

Vias Reflexivas



FMP

**FACULDADE
MUNICIPAL DE
PALHOÇA**

N. 3, jun de 2012

DIAS

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA



VIAS REFLEXIVAS

N. 03, jun. de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

DIAGRAMAÇÃO

Luzinete Carpin Niedzieluk

PERIÓDICO DIGITAL

www.fmpsc.edu.br

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Luzinete Carpin Niedzieluk

ISSN 2176-641X

Rua José Pereira dos Santos, 305

Bairro: Ponte do Imaruim

CEP: 88130-475



VIAS REFLEXIVAS

N. 03, jun. 2012

DIRETORA EXECUTIVA DA FMP

Mariah Teresinha do Nascimento Pereira

DIRETORA ACADÊMICA

Maristela Medeiros

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Maria do Carmo Rodrigues Hillesheim

CAPA

João Dias (Dão)

EDITORIA-CHEFE

Dr^a. Luzinete Carpin Niedzieluk

CONSELHO EDITORIAL

Fábio Pereira (Prof. Ms. FMP)

Juliane Di Paula Queiroz Odinino (Prof^a Dr^a FMP)

Perci de Freitas (Prof. Dr. FMP)

Marcelo José Cavalcanti (Prof. Ms. FMP)

Rangel de Oliveira (Prof. Dr. FMP)

Rosana Silveira (Prof^a Dr^a FMP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Profª Drª Luzinete Carpin Niedzieluk (FMP) 06

ARTIGOS

GESTÃO DE COMPETÊNCIAS: UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA
Profª Patrícia Barcelos Martins (SENAC) 07

PERSONAGENS ESQUECIDAS: A GUERRA DO PARAGUAI
Profª Edinalda Silveira de Souza Pires (FMP) 21

OS ANORMAIS E A HISTÓRIA DA LOUCURA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
Profª Luzinete Carpin Niedzieluk (UFSC/FMP) 28

CHICO MENDES HERÓI: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA REVISTA VEJA
Profª Martha Júlia Martins de Souza (PPGI/UFSC) 33

IDENTIFICAÇÃO DA VIABILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO DO SALÃO DE BELEZA JOANA POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS
Jóice STEINBACH (Acadêmica-FMP)
Profª Renata Cavallazzi Zimmer (Orientadora) 49

O CONCEITO DE ‘IDENTIDADE’ NA CHINA CLÁSSICA
Prof. Fernando Maurício da Silva (FMP) 64

JOVENS OPERÁRIOS: TRABALHADORES INFANTIS NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX
Prof. Jackson Alexsandro Peres (FMP) 86

O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PALHOÇA (SC)
Jussara Hartmann Duarte (FMP)
Claudia Regina Castellano Losso (UDESC) 97

APRESENTAÇÃO

A **Revista Vias Reflexivas** é uma publicação da Faculdade Municipal de Palhoça – SC tem como objetivo incentivar e divulgar a publicação de textos resultantes de reflexões nas áreas de Pedagogia e Administração, mas também outras áreas como psicologia, sociologia e filosofia, entre outras. Pretendemos divulgar a produção acadêmica fornecendo subsídios aos cursos de formação, consequentemente nosso público-alvo pretende atingir docentes e discentes de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu).

Os textos podem ser produzidos por pesquisadores/docentes da FMP, bem como por professores de outras Instituições de ensino e/ou pesquisa, visando a estreitar os laços entre a extensão, a pesquisa e o ensino. Estes textos são avaliados anonimamente por dois pareceristas do Conselho Editorial. Apenas os trabalhos aprovados pelos dois pareceristas serão encaminhados para publicação, desde que as modificações sugeridas, se houver, forem atendidas pelo autor. Assim, ao enviar o material para publicação, o autor está automaticamente concordando com as diretrizes editoriais da Revista e, além disso, cedendo os direitos autorais relativos aos trabalhos publicados.

Mais uma vez com muito esforço e persistência, mas também com muito orgulho e satisfação conseguimos dar continuidade ao Projeto de Extensão da Faculdade Municipal de Palhoça – **Revista Vias Reflexivas**.

Com grande satisfação apresentamos o 3º. Volume que, em conformidade com tal objetivo, traz artigos e ensaios que nos levam a um passeio didático-pedagógico multidisciplinar indicando-nos que somos sujeitos fragmentados, heterogêneos, clivados etc.

Por isto tudo, a **Revista Vias Reflexivas** é um espaço de discussão de caráter teórico ou aplicado, suscitando reflexões nas diversas áreas e garantindo a livre afiliação teórica dos autores.

Prof^a Dr^a Luzinete Carpin Niedzieluk
Editora-chefe

GESTÃO DE COMPETÊNCIAS: UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA

Patrícia Barcelos Martins (SENAC)

RESUMO: O presente artigo busca compreender as questões em torno da gestão de competências, partindo da premissa de que as pessoas sendo peças-chaves dentro de qualquer organização precisam ser estimuladas cada vez mais a desenvolverem competências. Essas competências consideradas individuais são constituídas de forma básica, por: conhecimentos, habilidades e atitudes. Ainda há as competências organizacionais ou essenciais que se referem a um conjunto de habilidades e tecnologias vinculadas à visão estratégica organizacional. A discussão sobre os conceitos, classificações das competências e sua gestão foram sustentadas por um referencial teórico composto entre outros estudiosos e autores, como: Durand, Zarifian, Fleury & Fleury, Hamel & Prahalad, Dutra, Santos. Após reflexões e comparações entre estes autores, entendeu-se que competência não é somente conhecimentos teóricos ou técnicos, mas a habilidade profissional de aplicar estes conhecimentos em atitudes dentro do ambiente de trabalho. A gestão de competências é uma ferramenta estratégica ligada à gestão de pessoas. Exemplo disso, é a avaliação de desempenho da área de recursos humanos, onde o *feedback* dos dados levantados pelas avaliações possibilitam a reciclagem das estratégias, incluindo aqui a definição das competências individuais e organizacionais desejadas por cada empresa.

PALAVRAS-CHAVES: Gestão de competências; gestão de pessoas; ferramenta estratégica.

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais as empresas precisam estar preparadas para crescer num mercado extremamente competitivo e para isto buscam melhorias em diversas frentes: custos, qualidade, produtividade, estratégias de marketing, sistemas informatizados, entre outras.

Existe, porém, uma dimensão que vem se fortalecendo e que tem se mostrado fundamental para a empresa fazer a diferença: a dimensão humana. Sem a preocupação pelas pessoas que compõem a organização, existe um sério risco do negócio fracassar ou não alcançar bons resultados.

Já foi o tempo em que a máquina era o ativo mais importante da empresa. Hoje, o desempenho humano no trabalho é a base para que uma empresa possa se mostrar apta a aceitar os desafios que o mundo empresarial impõe.

Todos que trabalham são cobrados a serem profissionais coletivos, ajustados às expectativas das empresas e comprometidos com o dia a dia, como se fossem “donos do negócio”. E isto só é possível quando as empresas garantem um ambiente propício para que os talentos surjam e sejam colocados a favor das organizações.

Em outras palavras, um dos indicadores de competitividade é a capacidade que a empresa possui de formar e reter capital intelectual, além de atrair novos talentos. Uma das ferramentas principais para que isto seja possível é a gestão de competências, modalidade que visa mapear a capacidade dos colaboradores nas competências definidas pela empresa, como por exemplo: criatividade, orientação para resultados, foco no cliente, negociação, dinamismo, dentre outras.

Desta forma, as competências diferenciam uma empresa de seus concorrentes e são a sustentação de sua sobrevivência, por isso os gestores precisam inserir nas estratégias organizacionais tempo, recursos financeiros, tecnológicos para administrar seus tesouros humanos.

2. TEORIA

2.1 Conceitos sobre o termo “Competência”

Competência vem do latim *competentia*, e significa a “qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; é capacidade, habilidade, aptidão e idoneidade”. (FERREIRA, 1999, p.353)

A literatura apresenta competência como sendo a capacidade intangível de um indivíduo, uma comunidade ou uma organização de exercer - na prática do trabalho - uma determinada habilidade, capacidade ou conhecimento. Isso significa que um indivíduo, uma comunidade ou uma organização competente não é apenas uma entidade com conhecimento, mas um ser/entidade capaz de aplicar tal conhecimento dentro do contexto de um trabalho, criando e adicionando valor através da multiplicação dos efeitos benéficos deste conhecimento ou habilidade.

Fleury & Fleury (2004, p.29) reforçam esta idéia quando colocam que a competência do indivíduo não é um estado, não se reduz a um conhecimento ou *know-how* específico. Para estes autores a “competência é um saber agir responsável e

reconhecido, que se traduz em diferentes aspectos como saber agir, saber mobilizar, saber comunicar, saber aprender, saber assumir responsabilidades e ter visão estratégica”.

Também Zarifian (2001, p.89) destaca a importância da cooperação e do compromisso, quando define competência como “A faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, de fazer com que esses atores compartilhem as implicações de suas ações, fazendo os assim, assumir áreas de co-responsabilidade”.

Competência, portanto, não é somente conhecimento teórico ou técnico, mas a habilidade profissional de aplicar este conhecimento dentro de uma equipe de trabalho.

Ainda Mussak (2003), define competência como a capacidade de “resolver problemas e atingir os objetivos propostos”. Este autor ilustra seu pensamento através de uma expressão:

$$Cp = \frac{R}{(T+E)}$$

Onde: Cp = Competência da pessoa ou da organização, R = Resultado alcançado, qualitativo ou quantitativo, T = Tempo utilizado para atingir o resultado, E = Esforço despendido ou volume de recursos consumidos.

Equacionando essa fórmula do ponto de vista operacional, a competência é a capacidade de atingir os resultados desejados, no menor tempo e com a melhor e menor utilização de recursos possíveis. (Otimização)

McLagan (1997) afirma que competência é o conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função. Na mesma linha de raciocínio, Fleury & Fleury (2004) colocam que a palavra competência, que vem assumindo diversos significados no mundo do trabalho, expressa cada vez mais as características pessoais: conhecimento, habilidade, atitude ligadas à tarefa e aos resultados.

Ruas (2001, p. 45, apud FLEURY&OLIVEIRA), considera que “Os elementos de uma competência podem ser enquadrados em três eixos que dizem respeito às atitudes (saber ser/agir), aos conhecimentos (saber) e às habilidades (saber fazer).”

Gramigna (2002) apresenta estes mesmos elementos citados pelo autor acima, através da metáfora de uma árvore, onde as habilidades são representadas pela copa da árvore e correspondem à capacidade de agir sobre a realidade resolvendo problemas e obtendo resultados. O conhecimento é representado pelos troncos e galhos da árvore e corresponde às informações empregadas na atuação sobre a realidade. Já as atitudes são

representadas pelas raízes da árvore e correspondem aos valores, crenças e princípios no grau de envolvimento e comprometimento com a tarefa.

Similarmente, Durand (1998, p. 67) também sugere um conceito de competência baseado nas três dimensões – **conhecimentos, habilidades e atitudes** associando aspectos cognitivos, técnicos, sociais e afetivos vinculados ao trabalho. Dessa maneira, competência é definida, segundo este autor “Como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias ao desenvolvimento de um objetivo específico”.

O **conhecimento**, ainda segundo o autor acima, é “(...) Informação adquirida por estudo ou experiência”. Refere-se ao “saber o que fazer”, à qualidade e quantidade de informação e à bagagem de experiências vividas.

A **atitude**, segundo Ferreira (1999), “é o modo de proceder, agir ou a maneira de se manifestar um propósito”. Relaciona-se ao “querer fazer” refletido no comportamento, na ação.

A **habilidade**, de acordo com Ferreira (1999), pode ser definida como “entendimento e proficiência em uma atividade específica, que particularmente envolva métodos, processos, técnicas e procedimentos”. De modo geral, habilidade relaciona-se ao “saber como fazer”, isto é, de posse dos conhecimentos, o indivíduo utiliza-se de métodos, processos (o melhor modo), para posteriormente concretizar sua competência em atitudes.

Com base no exposto, entende-se que toda pessoa carrega consigo competências próprias (atitudes, habilidades e conhecimentos), oriundas do seu autodesenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Assim, alinhando os conceitos apresentados, percebe-se que a competência propõe um saber fazer proveniente das experiências e dos comportamentos, ao invés de somente dos saberes teóricos valorizados na lógica da qualificação. Ao ingressarem nas organizações, determinadas pessoas trazem consigo competências específicas, já formadas e amadurecidas, outras demonstram potenciais para crescimento e outras ainda necessitam ser despertadas para criarem novas competências.

Os conceitos sobre as competências vão se aproximando das novas concepções do trabalho, baseadas na flexibilidade, na autonomia, responsabilidade e na capacidade de comunicação e de polivalência. E para melhor compreender a amplitude e o desdobramento das competências, a seguir se abordará a questão da classificação das competências.

2.2 Classificações das Competências

A classificação da formação de competências dentro de ambientes organizacionais, de acordo com Tonelli (2003) se apresenta como: Individual, funcional e organizacional.

As competências individuais (formadas pelas dimensões: habilidades, conhecimentos e atitudes), quando aplicadas a uma situação organizacional e reconhecidas como geradoras de resultados, formarão as competências funcionais que, conseqüentemente, formarão as competências organizacionais, intituladas ainda como competências essenciais.

As competências individuais, funcionais e organizacionais possuem uma relação interdependente, ou seja, influenciam-se reciprocamente.

De forma sucinta, as competências podem ser analisadas sob a ótica das pessoas e da organização. No primeiro caso, a ênfase recai sob a formação e desenvolvimento das competências individuais. No segundo caso, a ótica é focada para as estratégias da organização referentes ao *core competence*.

Pelo prisma das competências individuais, Hipólito (2001) agrega ao referido conceito, o elemento “resultados”, além dos aspectos básicos já inseridos (habilidades, conhecimento e atitudes). Isto significa que ao colocar em prática determinados conhecimentos em suas atividades profissionais, o indivíduo irá produzir resultados finais que, apesar de pertencerem à organização, acabam por se incorporarem as próprias competências do indivíduo que produziu determinado resultado.

Pela ótica que visualiza as competências organizacionais, Hamel e Prahalad (1995, p. 23) definem o conceito de *core competence*, como “Um conjunto de habilidades estratégicas, competências e tecnologias que permite uma empresa atender necessidades específicas de seus clientes, isto é, alcançarem vantagem competitiva sobre seus concorrentes”.

Ainda sobre o conceito de competências individuais e funcionais, são apresentadas a seguir, as consideradas fundamentais por Wood Jr. e Picarelli Filho (1999):

- Técnica – como habilidade em algumas atividades profissionais;
- Interpessoais – como habilidade de lidar com pessoas;

- De Negócios – com relação ao trabalho da organização;
- Intelectuais – referente às inteligências voltadas ao negócio.

Objetivando a excelência de gestão empresarial, estas competências e/ou conjuntos de competências funcionais apresentados anteriormente, podem ser aplicadas para atingir competências organizacionais.

Fundamentado nas teorias apresentadas pelos autores anteriores, nota-se que informações advindas das competências funcional e organizacional (ex. experiências, processos, sistemas, etc.) podem enriquecer o detalhamento de competências individuais.

As organizações vencedoras querem pessoas que entendam os pressupostos do progresso pessoal e organizacional, pessoas que sejam a expressão do que há além da competência convencional.

Uma primeira tentativa de agrupar as competências individuais está apresentada no quadro a seguir:

• Comunicativo; • Facilitador de comunicação; • Aberto às informações; • Integrador; • Hábil em trabalhar em equipe; • Conhecedor de línguas; • Educador de times estratégicos; • Promotor de um bom ambiente de trabalho, • Comprometido (saber engajar-se e comprometer-se com objetivos da organização), • Responsável no emprego; • Organizador de projetos; • Motivador; • Conhecedor de Ferramentas Técnicas; • Resoluto; • Disposto a aceitar e conviver com novas tecnologias; • Aprendiz constante (trabalhar o conhecimento e experiência, rever modelos mentais, desenvolver-se e propiciar para outros); Hábil em delegar; • Criativo; • Adaptável e Flexível; • Saber agir (o que e porque faz, julgar, escolher, decidir); • Independente para Decisões e Soluções de problemas; • Balanceador de interesses divergentes; • Negociador; • Gerenciador de conflitos; • Hábil para impor limites; • Representativo, • Líder; • Conselheiro, • Orientador, • Moderador; • Diligente e Inovador; • Empreendedor; • Com foco; • Mobilizador de recursos (pessoas, financeiros, sinergia); • Hábil na gestão de tempo; • Conhecedor de Políticas e Procedimentos /Normas culturais; • Fiel e íntegro; • Cooperativo; • Executor e gerador de visões estratégicas.

Fonte: MUSSAK, 2003; FLEURY&FLEURY, 2004.

Outro autor, Xavier (2002), divide as competências individuais em cinco categorias: capacidade emocional, conhecimentos, habilidades/comportamentos, capacidade intelectual e capacidade física.

A **capacidade emocional** está relacionada à inteligência emocional, que compreende: o autoconhecimento, a capacidade de controlar as próprias emoções, a motivação e automotivação, a empatia e a habilidade de relacionamento com outros.

A palavra emoção vem do francês, *émotion*, no latim quer dizer mover-se. As emoções, em princípio, são bem vindas; elas dão dinamismo ao profissional e algumas o empurram para o rumo certo, como por exemplo: motivação para produzir resultados, motivação para fazer um bom trabalho, otimismo, autoconfiança, confiança na empresa, nos produtos e vontade de servir ao cliente. Há emoções e sentimentos que ajudam o profissional a crescer: otimismo, alegria, tranquilidade, coragem, crença e amor. No entanto, há emoções e sentimentos que criam dificuldades, como: raiva, nervosismo, irritabilidade, desconfiança, inveja, arrogância e egoísmo.

O controle emocional é fundamental para que o profissional evite: explosões; ataques de raiva ou nervosismo; decisões precipitadas e intempestivas; comportamentos inadequados e arriscados.

O **conhecimento**, outra categoria descrita por Xavier (2002), focaliza-se nos saberes teórico-técnicos. Sem um forte capital intelectual é difícil alguém galgar posições de topo. Dentre outros, os conhecimentos considerados fundamentais para o sucesso são: capacidade técnica, conhecimento sobre área de atuação, conhecimento do mercado, experiência administrativa, experiência no ramo e visão empresarial.

Atualmente, as empresas não mais exaltam somente os conhecimentos; as **habilidades e as competências** expressas nos comportamentos são as que mais imediatamente se relacionam com os resultados e fazem a diferença no mercado cada vez competitivo. Diante de um cenário onde os atendimentos de excelência aos clientes e aos fornecedores estão no cerne dos debates, pode-se destacar as seguintes competências: ser cortês, trabalhar em equipe, ser criativo, ter iniciativa, ser comunicativo, ser ético, honesto e negociador.

A **capacidade intelectual** gira em torno dos conhecimentos, mas vai além deles, no sentido de saber utilizá-los da maneira mais eficiente possível.

É importante saber como a mente está operando, se há um desenvolvimento intelectual adequado para o profissional manter-se preparado para trabalhar. Inclui-se no desenvolvimento intelectual: memória, concentração, abertura para atualização e informação, capacidade para apreender, orientação estratégica para resultados, e o raciocínio lógico.

A última categoria elencada por Xavier (2002) sobre as competências é a **capacidade física**. Cuidar bem do físico e da aparência contribui para manter a competitividade, a empregabilidade e aumentar as chances de ascensão profissional. Além disso, a energia para o trabalho, a motivação dependem de boa saúde e do vigor físico.

Enfim, apesar de diferentes autores darem distintas classificações, verifica-se que a grande maioria visualiza os três aspectos das competências: conhecimento, atitude e habilidades. Mesmo com a variedade de nomenclaturas, constata-se que as competências individuais estruturam as competências organizacionais. Essas competências individuais englobam um leque de aspectos: emoções, raciocínios, habilidades, intelectos, comportamentos, e até mesmo personalidade que precisam ser geridos em convergência com os interesses da organização.

2.3 Identificando as competências

Diante das competências apresentadas, é necessário que dentro da organização haja a preocupação em administrar todo essa gama de habilidades, conhecimentos e atitudes dos indivíduos que a compõe.

A gestão por competências enfoca essencialmente, o desenvolvimento dos recursos humanos, “o que as pessoas serão capazes de fazer hoje e no futuro, considerando a integração entre estratégia empresarial, sistema de trabalho e cultura organizacional”. (SANTOS, 1999, p. 25).

Em sua concepção holística, essa gestão interfere no eficiente desempenho futuro de seus integrantes (colaboradores nos diversos níveis hierárquicos: operacional, tático e estratégico), no que tange tanto aos seus relacionamentos interpessoais quanto aos seus relacionamentos voltados aos aspectos técnicos.

A gestão de competências vislumbra-se como uma atividade contínua, onde se busca a formação de novas competências como forma de estratégia competitiva. Desta forma, a gestão de competências é uma prática estratégica que visa aumentar o desempenho global da corporação, através do incremento do desempenho individual de seus colaboradores.

Essa modalidade de gestão de pessoal tem se preocupado em identificar o que se espera de funcionário, quais as competências esse indivíduo apresenta, quais ele precisará desenvolver e a forma como ele irá se apropriar de novas competências.

A gestão por competência possui determinados objetivos que norteiam suas atividades. São estes: Orientar decisões gerenciais sobre a necessidade de se disponibilizar recursos e meios para a consecução do trabalho, bem como sobre as necessidades de treinamentos e capacitações dos colaboradores; Planejar as atividades e identificar as condições de trabalho que influenciam no desempenho dos indivíduos; Embasar as políticas e diretrizes de recursos humanos da empresa (ex: plano de cargos e salários); Premiar ou promover e até punir, advertir, transferir ou demitir colaboradores.

Para que a gestão das competências possa se estruturar é necessário o planejamento da identificação das competências. Araújo da Silva (2002) propõe o seguinte roteiro:

Etapas 1 - Levantar informações relacionadas à intenção estratégica: levando-se em conta objetivos, visão e missão da empresa;

Etapas 2 – Identificar as competências essenciais (organizacionais): quais competências convergem para o alcance da missão, visão da organização.

Etapas 3 – Desdobrar as competências funcionais de cada área: identificando áreas e processos de trabalho.

Etapas 4 – Desdobramento das competências funcionais em individuais.

Após estas etapas, é possível então, obter um panorama das competências necessárias para a atuação de determinada empresa no mercado. Este mapeamento de competências possibilita uma ampla visão de atuação de uma organização, facilitando o seu processo de gerenciamento como um todo.

Ainda sobre a estruturação da gestão de competências, Ramos (2001, p.80-81) cita que “um sistema de competências é integrado por três subsistemas: a investigação e normalização das competências, a formação destas, e a certificação e avaliação das competências”.

A investigação tem por objetivo garantir a evidência das competências requisitadas pelos cargos. Logo, é possível elaborar as normas de competências para os cargos, mediante a confrontação do perfil delineado pela investigação.

A formação e aperfeiçoamento de competências podem ocorrer por processos de educação permanente e continuada, promovidos pela própria empresa. O investimento neste subsistema de gestão de pessoal voltado ao aprendizado e à qualificação profissional precisa cada vez mais ser compreendido e devidamente planejado em prol tanto do desenvolvimento individual quanto organizacional. Isto significa que em diferentes casos, as competências podem ser desenvolvidas. Se há carência em

determinada competência, capacitações podem ocorrer a fim de instigar e estimular o afloramento de novas habilidades, comportamentos e conhecimentos nos funcionários.

As competências individuais que passam por avaliações e certificações se validam, tornando-se instrumentos de negociação do trabalhador a fim de gerar mobilidade profissional, ganhos de remuneração e aperfeiçoamentos constantes.

A responsabilidade pelo desenvolvimento das competências é participativa. O desenvolvimento pessoal num contexto organizacional requer esforços combinados do indivíduo (aspirações, motivação) e da organização (treinamentos/capacitações, adequados recursos e instrumentos de trabalho...).

Portanto, a gestão por competências ao compreender que o crescimento de seus colaboradores reflete no crescimento das competências essenciais, torna-se uma ferramenta útil às estratégias organizacionais.

Sobre esta questão, Dutra (2001, p.64) já destaca que: “cabe também à empresa estimular seus funcionários a investirem em seu autodesenvolvimento, gerando para isto, condições propícias para a produção do conhecimento”. Ainda segundo Zarifian (2001, p.121), “não se obriga um indivíduo a ser competente”. A empresa pode e deve criar condições favoráveis ao desenvolvimento de competências, promovendo, ela mesma, espaço e momentos para capacitações, ou patrocinando, através de bolsas de estudos ou salários mais “vantajados”, situações para o aprendizado.

2.4 A gestão de pessoas e a gestão de competências

Quando a gestão por competências está integrada à estratégia empresarial, é possível verificar a relação entre a identificação das competências com as diversas áreas dentro da gestão de pessoas, como: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, plano de carreira, remuneração e recompensas, avaliação de desempenho.

No que tange às atividades de recrutamento e seleção, a gestão de competências entre outras potencialidades, subsidia informações sobre o que se espera do candidato em relação à ocupação de determinado cargo, por exemplo.

Sobre a área de treinamento e desenvolvimento, a gestão de competência fornece um mapeamento das lacunas e carências acerca de determinados conhecimentos, habilidades ou atitudes. Com base nestas informações, é possível realizar um diagnóstico situacional, que irá nortear o planejamento e a execução das atividades de

aprendizado (treinamentos, seminários, palestras, cursos e formações) devidamente direcionadas a real demanda organizacional.

De acordo com os resultados extraídos da gestão de competências, a empresa pode identificar quais de seus colaboradores demonstram competências que estão influenciando de maneira positiva ou negativa nos objetivos da organização como um todo. De posse dessas informações, os gestores poderão modificar a questão da remuneração e das recompensas, bem como da carreira profissional, premiando e motivando uns ou ainda advertindo, punindo e até mesmo demitindo os que assim considerarem merecedores.

Diante do exposto, Conde (2001, p. 80) vem ratificar a ideia de integralidade da gestão de competência ao mencionar que: “O modelo holístico é o processo de gerenciamento (gestão) das competências que é fortemente integrado com outros processos chave dentro da organização”.

Dentre as áreas/subsistemas/atividades citadas anteriormente, relacionadas à gestão de competências, reservou-se a avaliação de desempenho para uma melhor discussão, haja vista, que essa avaliação é um instrumental básico de suporte para as decisões no gerenciamento das competências, sendo geralmente compreendida como uma das atividades dentro da própria gestão de competências.

Portanto, com base na gestão estratégica de recursos humanos, o monitoramento do desempenho profissional destaca-se como um mecanismo importante para a identificação das competências nas empresas, quer sejam elas de cunho organizacional ou individual.

Segundo Conde (2001. p. 80), através da avaliação do desempenho, “Cada indivíduo fica ciente de que resultado deve alcançar e como ele pode ser alcançado. As competências embasam a linguagem para definir os comportamentos desejados que permitam o melhoramento e a qualidade”.

Por intermédio do *feedback* dos resultados e dos dados da avaliação de desempenho, os líderes, gestores e subordinados identificam quais habilidades e conhecimentos são demandados para a melhor operacionalização das atividades, bem como quais competências são campos suscetível ao treinamento e aperfeiçoamento.

A avaliação de desempenho evoluiu do modelo estritamente de “mão única”, no qual somente o “superior” analisa seus subordinados a fim de identificar as competências exigidas a cada cargo, perpassando pela avaliação de “mão dupla”, onde a chefia e subordinados avaliam-se reciprocamente, discutindo o desempenho do trabalho

em termos de meta e resultados. Atualmente, atingindo o estágio conhecido como avaliação 360 graus, se propõe a utilização de múltiplas fontes e direcionamentos de monitoramento.

A avaliação 360 graus constitui, conforme Santos (1999, p. 11) em “uma técnica na qual os participantes do programa recebem simultaneamente *feedbacks* estruturados dos superiores, dos pares, de outros subordinados, dos clientes e até mesmo dos fornecedores”.

Esta é uma avaliação que segue diferentes sentidos e direções, buscando o melhoramento nos diferentes atores em diversos aspectos: comunicação, habilidade técnica, capacidade de resolutividade, entre outros.

Concordando com Chiavenato (1996), a medição do desempenho das competências deve ser pautada pelo entendimento e acordo entre avaliador e avaliado, deixando de lado o pré-julgamento superior e definitivo do comportamento dos subordinados.

A gestão de competências está intrinsecamente ligada à avaliação de desempenho, e tudo isto está atrelado à gestão estratégica, pois, consequentemente, o *feedback* dos dados levantados pelas avaliações permitirão a reciclagem das estratégias, incluindo aqui a definição das competências individuais e organizacionais desejadas por cada empresa.

Portanto, toda empresa que busca a competitividade e permanência no mercado tem se importado com a gestão por competências e com o monitoramento do desempenho humano como funções estratégicas, uma vez que estas permitem a inovação nos processos, atividades e objetivos organizacionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que os conceitos de gestão por competências são principalmente aplicados para negócios que estão inseridos em ambientes de alta competitividade. A busca de desenvolvimento de uma postura empresarial que visa agregar valor aos clientes e consumidores e desenvolver condições de crescimento futuro aos negócios são inevitáveis para a sobrevivência das organizações.

A gestão por competências, na forma como hoje é compreendida, trouxe um significativo impacto sobre o conceito de gestão estratégica. Nas primeiras décadas do

século passado, as empresas buscavam a criação de vantagens competitivas por meio de suas forças, das capacidades diferenciadas que possuíam em termos de produção.

Posteriormente, as estratégias competitivas passaram a se pautar basicamente na adaptação da organização às oportunidades e ameaças do meio externo à organização, sendo reservado ao ambiente interno um papel secundário. Na nova visão, verifica-se o equilíbrio entre as dimensões internas e externas. Sem desconsiderar as demandas e características recebidas do meio ambiente, as organizações estão redescobrando a força de suas competências internas como geradoras de vantagens em mercados altamente competitivos.

Tal mudança levou a uma maior valorização dos colaboradores/funcionários, que são os provedores das competências de que a organização necessita. Como destacado, a gestão de pessoas passou a ter uma maior relevância estratégica. Importantes mudanças foram verificadas também em suas principais atividades, como o recrutamento e seleção, o treinamento e desenvolvimento, a gestão do desempenho e a gestão de carreiras e de remuneração.

Novos parâmetros para a implantação das políticas e práticas dessas áreas surgiram, contribuindo para a maior eficácia de suas ações. Deve-se ter sempre em mente, no entanto, que o mundo atual é tão complexo que não é possível a criação de sistemas de gestão que ofereçam aos gestores o controle total das organizações. A gestão por competências precisa considerar essa característica para que não seja construída com base em suposições simplistas.

O tema tratado no presente artigo representa, portanto, um assunto que deve merecer grande interesse por parte dos gestores, por ter um potencial de contribuição bastante significativo. A gestão por competências representa uma importante opção para as organizações, levando ao redirecionamento das políticas e práticas de gestão de pessoas, as quais adquirem um novo significado por meio de sua adoção.

ABSTRACT: The present article compromises the questions related to competence management, starting from the assertion that people are keys pieces within any organization and need to be continually stimulated to develop competences. These competences are called personal and basely include knowledge, abilities and technology tied to the macro organization vision. The discussion of the concepts, competence classifications and its management was supported by a theory referral of studios and authors as: Durand, Zarifian, Fleury & Fleury, Hamel & Prahalad, Dutra, Santos. After

reflections and comparisons among these authors it is understood that the competence is not only theory and technique knowledge but the professional ability to apply them with attitude to the work environment. The competence management is deeply related to the evaluation of the management and is connected to the strategic gestion as well, so the feedback of the evaluations of data will grant the strategic recycle including the individual and organizational competence aimed by every firm.

KEYWORDS: Competences of the management; peoples of the management; strategic tool.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO DA SILVA, M. C. **Gestão de Competências**. IDORT. Centro de Desenvolvimento de Competências. São Paulo: JD Multimídia, [2002]. 1 CDROM.
- CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**: o passo decisivo para administração participativa. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CONDE, L. P. **Gestão de competências como prática de recursos humanos nas organizações**: estudo de caso em uma empresa de tecnologia da informação. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- DURAND, T. **Forms of incompetence**. In: Fourth International Conference on Competence-Based Management. Oslo: Norwegian Scholl of Management, 1998.
- DUTRA, J. S, et. Al. **Gestão por Competências**: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001.
- FERREIRA, A. B de H. **Novo Aurélio** – Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Estratégias Empresariais e Formação de Competências** – Um Quebra-cabeça Caleidoscópio da Indústria Brasileira. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GRAMIGNA, M. R. **Modelo de Competências e Gestão dos Talentos**. São Paulo: Makron Books, 2002.
- HAMEL, G; PRAHALAD, C. R. **Competindo pelo Futuro**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- HIPÓLITO, J. A. M. **Administração salarial**: a remuneração por competências como diferencial competitivo. São Paulo: Atlas, 2001.
- MCLAGAN, P. A. Competencies: the next generation. **Training and Development**. Vol 51, n. 5, May 1997, p. 40-48.
- MUSSAK, E. **Metacompetência** – Uma nova visão do trabalho e da realização pessoal. São Paulo: Gente, 2003.
- RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.
- RUAS, R. Desenvolvimento de competências gerenciais e contribuição da aprendizagem organizacional. In: FLEURY, M.T.L.; OLIVEIRA Jr. M.M. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

- SANTOS, F.C.A. **Estratégias de recursos humanos**: dimensões competitivas. São Paulo: Atlas, 1999.
- TONELLI, A. **Avaliação de Competências em Curso de Especialização a Distância via Web**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- WOOD JR, T; PICARELLI FILHO, V. **Remuneração por Habilidade e por Competências** – Preparando a Organização para a Era das Empresas de Conhecimento Intensivo. São Paulo: Atlas, 1999.
- XAVIER, R. de A. P. **Competência para o sucesso**. São Paulo: STS, 2002.
- ZARIFAN, P. **Objetivo competência**. Por uma nova lógica. Tradução de Maria Helena C. V. Trylink. Atlas: São Paulo, 2001.

PERSONAGENS ESQUECIDAS: A GUERRA DO PARAGUAI

Edinalda Silveira de Souza Pires (FMP)

RESUMO: Este trabalho pretende mostrar a leitura de textos de linguagens diferenciadas acerca do tema “A Guerra do Paraguai”. Para tanto, foram utilizados referências como literaturas, resenhas, *sites*, livros didáticos e observações à obra plástica. O objetivo geral da pesquisa é fazer uma releitura da pintura “A Batalha Naval do Riachuelo” de Victor Meirelles e do texto “I Juca Pirama.” Os objetivos específicos são: Proporcionar um novo olhar aos ideais governistas, por meio do que é deixado de registro; lembrar reais vencedores de uma conquista, dentre outros. A metodologia utilizada é revisão bibliográfica. Como resultados ao final do trabalho, pudemos perceber que desde os tempos remotos até atualmente, os representantes públicos registram seus ideais para que fique na história documental e assim se entenda que, o resultado de conquistas deve-se somente a um herói, quando na realidade vidas são ceifadas em não são reconhecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Ideologias; intertextos; linguagem escrita e visual.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O nacionalismo é um sentimento de valorização marcado pela aproximação e identificação com uma nação, mais precisamente com um ponto de vista ideológico. A pintura romântica no Brasil reflete o sentimento nacionalista que buscava no passado histórico interpretações e “personagens” que representam a nação recém-independente. Assim, Victor Meirelles reconstruiu a cena da “A Batalha Naval do Riachuelo”, tela

encomendada pelo ministro da Marinha, Dr. Afonso Celso, com a finalidade de contar fatos pelos quais se queria instituir a exaltação, glorificação e legitimação do Estado Imperial. Já, a poesia romântica buscou realizar um projeto de contrução da cultura brasileira. A partir da pesquisa histórica de Gonçalves Dias, implantou-se e solidificou-se a poesia romântica em nossa literatura além de, instituir-se crítica aos problemas nacionais. Sendo assim, toda postura artística da fase romântica se comprometia com o projeto de construção de uma identidade nacional.

Partindo da premissa de uma construção da identidade artística nacional, analisaremos alguns discursos presentes nestas duas obras artísticas, e nelas percebemos, infelizmente, a ausência do registro de personagens que foram os verdadeiros responsáveis pelo sucesso da batalha travada entre o Brasil e seus adversários, em uma época de conquistas e salvaguardas, em um dos temas principais do Romantismo, “o patriotismo.”.

Cabe ressaltar a influência da característica artística europeia e sua atração, na fuga, pelo medievalismo, como a honra, a fidelidade e a coragem, além da descrição física de força das personagens românticas, encontradas principalmente na poesia.

Os enredos contados nas obras artísticas românticas brasileiras visavam o único propósito de perpetuar uma História, cujas conquistas omitiam massacres, inclusive aos filhos da Mãe-Pátria, índios e negros, nas telas produzidas na época, inclusive em questão percebe-se que o artista pretende ao mostrar a beleza na representação física e na pose para “vitória”, ficando velados outros pressupostos, utilizando-se dos artifícios nevoentos, como na tela de Victor Meirelles, intitulada “A Batalha Naval do Riachuelo”, na realidade ela retrata uma História encomendada.

2. O NACIONALISMO ROMÂNTICO

O Romantismo pode ser considerado a fase autêntica do começo da existência literária brasileira. Neste período, a poesia melhorou e concebeu um significativo público leitor, que se tornou um estímulo maior à produção literária e, também para cumprir uma missão civilizadora.

A vinda de D. João VI e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, foi de suma importância para o desenvolvimento cultural brasileiro e para a própria difusão das ideias românticas.

Durante sua estada no Brasil, D. João VI tomou providências que proporcionaram resultados certos à cultura brasileira, como a reforma do ensino, o consentimento para o funcionamento de tipografias, a instalação da biblioteca pública, dentre outros. Essas providências incentivaram a produção intelectual e colaboraram por difundir as ideias de independência política.

O ano de 1836 é o marco inicial do Romantismo Brasileiro. No mesmo período, é lançada em Paris a Revista *Niterói* por iniciativa de alguns autores brasileiros, que, por conseguinte passou a ser a representação das novas ideias românticas no Brasil.

Escritores românticos nacionalistas filiaram-se à ideologia do projeto de formação de uma literatura genuína. Os temas eram aliados a uma realidade social e histórica próprias e em uma linguagem exclusiva dos escritores, semelhante ao estilo popular brasileiro.

No início do século XIX, as terras brasileiras não eram muito habitadas e a sociedade culta existia, praticamente, em algumas cidades como no Rio de Janeiro. Nesta época, a literatura era de *Folhetim*, isto é, um folheto anexo no jornal. Era hábito desse pequeno público se reunir em sarais para “ler” o desenrolar das histórias, e em companhia uns dos outros, em reuniões regulares.

Enfim, o desejo de transformar a realidade, leva o autor romântico a enfatizar a ideia de nacionalidade, principalmente quando mergulha no passado histórico reencontrando heróis.

3. A OBRA “A BATALHA NAVAL DO RIACHUELO”

O nacionalismo na pintura romântica brasileira é refletido na busca do passado histórico fatos e personagens que representem a nação recém-independente, assim Victor Meirelles reconstroi e reúne elementos formadores da nova nação.

Victor Meirelles foi um pintor catarinense, nascido em 1832. Alguns autores o consideram o representante mais genuíno da pintura brasileira e o verdadeiro fundador da pintura nacional. Dentre suas obras mais destacadas está “A Batalha Naval do Riachuelo”, executada no próprio palco da guerra, iniciada em 1865 e concluída em 1872.

A História inicia devido ao importante acesso da Bacia do Rio da Prata para o transporte de mercadorias, e o país que controlasse a navegação de seus rios, em todo

interior do território, por conseguinte, controlaria sua economia. O Paraguai não tinha acesso direto para economia via mar, de posse do Uruguai e da Argentina, o primeiro em constante disputa pelo último e pelo Brasil. Se o Paraguai vencesse a batalha do Riachuelo, poderia navegar pelo Rio Paraná, conquistar o Uruguai e ocupar o Rio Grande do Sul para melhorar seu comércio.

A batalha foi vencida pela Tríplice Aliança (1864-1870), Brasil, Uruguai e Argentina, que contaram ainda com o apoio dos banqueiros e dos fabricantes de armas ingleses e franceses, os quais visavam lucro com a guerra, estes lhes emprestaram dinheiro e venderam espingardas, canhões e navios de guerra.

Segundo Freire [s/d], e adaptado do texto, do livro **Um Século de Pintura**, estão representados na tela “A Batalha Naval do Riachuelo” o vapor *Amazonas* e em seu passadiço o chefe Barroso, que ao seu lado contava com o prático Bernardino, o comandante Brito e o guarda-marinha Barbosa, à proa estava o imediato Delfim Carlos de Carvalho. À direita do vapor *Amazonas* estava um vapor paraguaio a pique, como descrevem as marolas nas águas com parte do convés fora, e acima diversos inimigos. Na caixa da roda, pouco imersa, um marinheiro brasileiro que caíra devido ao choque, fora mortalmente ferido a bala por um oficial paraguaio. Ao longe, dois barcos brasileiros perseguem os vapores paraguaios que fogem rio acima. Rio abaixo se vê um barco e duas chatas. No último plano, vê-se outra embarcação, brasileira, encalhada próxima do barranco, a qual foi alvo das baterias em terra. Para tanto, a tripulação precisou nadar até às margens ou pular dos navios em movimento para abordá-los, como fizeram os dos navios paraguaios e outro vapor paraguaio mais ao longe, os quais são representados fugindo rapidamente. No centro do quadro, à popa do vapor *Amazonas*, vê-se uma embarcação que está rumo a outra para prestar socorro. À esquerda, e no segundo plano, veem-se paraguaios e alguns camarotes, mais ao longe, em terceiro plano, uma embarcação entre duas, e distante, outro barco encalhado na margem do rio. Os barcos danificados no seu centro são resultados de albaroamento.

Meirelles procurou realçar a vitória do país na guerra e incitar, dessa forma, o mergulho no orgulho nacional, em detrimento da representação da violência e do horror da batalha. É importante frisar que embora a ideia de união esteja presente nas obras, foi feita de maneira hierarquizada como é possível observar na distribuição desses elementos na imagem, com o objetivo de deixar para memória do povo a exaltação aos seus vultos.

Então, percebemos que são nos momentos-limite que as pessoas se revelam. “A Batalha do Riachuelo” desvela um brasileiro herói e sem remorso.

4. A POESIA ROMÂNTICA DE GONÇALVES DIAS: “I-JUCA PIRAMA”

No Brasil, a poesia romântica progrediu por volta de 1830 a 1870. Ainda que haja muito em comum entre os poetas, pode-se classificá-los em gerações, segundo os temas que prevaleciam em cada um dos grupos. A primeira geração introduziu o Romantismo no Brasil e teve como um de seus principais representantes, Gonçalves Dias.

Dias era filho de mãe mestiça de negro com índio, foi um dos melhores líricos brasileiros, mas é sempre citado como poeta indianista, por ter sido quem de fato dimensionou a poética ao tema indianista. O autor exaltou a consciência épico-dramática de honra, de valentia, de coragem, de integridade e de altivez do índio I-Juca Pirama - ser humano acima do europeu por não ter se contaminado pelos males da civilização ética e culturalmente, descritos de maneira a lembrar guerreiros da Idade Média, cavaleiro medieval “[...] sou bravo, sou forte, sou filho do Norte; Meu canto de morte, Guerreiros, ouvi” e “São rudes, severos, sedentos de glória,/ Já prélios incitam, já cantam vitória” (DIAS, 1997, p. 4) Dias também escreveu poesias significativas em torno da destruição feita pelos colonizadores brancos, como por exemplo; “Canto do piaga” e “Depreciação”, estes poemas são sim passivos de julgamento na perspectiva do índio.

Em *I-Juca Pirama* (1851), cujo título tupi significa “o que há de ser morto, e que é digno de ser morto”, o poema narra a história de um índio tupi que é aprisionado por uma nação inimiga. No poema podemos identificar essas representações como sendo o índio o brasileiro, “Ação tão nobre vos honra, /Nem tão alta cortesia/ Vi eu jamais praticada/ Entre os Tupis – e mais foram/ Senhores em gentileza” (DIAS, 1997, p. 8). Faz-se ver aqui que esse indianista romântico atribuiu ao personagem expressões e valores da cultura aristocrática, aprisionado pelos colonizadores, a “nação inimiga”, que deseja morrer lutando como guerreiro corajoso “Alteiam-se os tetos d’altiva nação;/ São muitos seus filhos, nos ânimos fortes,/ Temíveis de guerra [...] São todos Timbiras, guerreiros valentes! [...] Condão de prodígios, de glória e terror!” (DIAS, 1997, p. 2) que por um lado, e por outro deseja viver, cuja única razão é o único meio de

sobrevivência para, então, cuidar de seu pai, doente e cego, o qual poderia ser a representação de um país passivo de invasão e da barbaridade da colonização.

Vê-se uma discussão no poema sobre os valores e sentimentos humanos, como a bondade filial à nação e à honra, superando os limites da abordagem puramente indianista e ganha universalidade, tendência romântica que se contrapõe à tendência individualista egocêntrica, cujo convívio no mesmo movimento representou também uma de suas contradições, reproduzindo a transformação da nossa cultura das manifestações nativistas da literatura colonial em nacionalistas.

Dias, enquanto poeta lírico-amoroso cantou temas consagrados pelo Romantismo pelas linhas temáticas do amor, da tristeza, da melancolia, dentre outros, não exagerou com pieguice. Compôs também poesias sobre a natureza como por exemplo, “O mar”, “Rosa no Mar”.

A expressão do homem romântico enfoca uma nova ordem social e moral, deixando-se envolver pela conjuntura, prevalecendo a ficção para a idealização, em contraste com a realidade almejada, cuja política é de liberdade e de patriotismo.

5. CONCLUSÃO

Por meio da análise das obras românticas: “A Batalha Naval do Riachuelo” e “I-Juca Pirama” pôde-se constatar a ausência de citação e descrição do perfil dos brasileiros, negros e indígenas. Fala-se, por meio da linguagem plástica ou gráfica, de personagens cujas características são fictícias, com descrição e nomeação diferentes dos verdadeiros atores da História, em eventos com representações ideológicas próprias. Em “A Batalha Naval do Riachuelo”, percebemos pela cor e forma uma linguagem plástica, que descreve toda situação que se queria deixar para memória brasileira, acenos de vitória, alegria, contrastando com expressões corporais e faciais torcidas pela dor, bem como, ações ocultadas pelo nevoeiro mesclado às fumaças emitidas pelos canhões.

Embora, o Romantismo buscasse desvencilhar a literatura brasileira da européia, suas raízes ainda se mostravam com presença forte, desta última. Com relação à ausência dos atores brasileiros, cujas propriedades não correspondiam ao sinônimo de evolução. Percebe-se que estes eram considerados incapazes de emblemar a nação com o perfil ideológico que se almejava deixar para/na História.

Por meio do estudo das obras dos autores das obras supracitados, “A Batalha do Riachuelo” e “I Juca Pirama” poder-se-á entender melhor a ideologia por trás do que foi registrado na História, uma vez que, o sistema capitalista é individualista e competitivo no qual o “eu” tem maior importância do que o “outro”, sobrepondo-se o interesse individual ao coletivo.

Desta forma, a intenção era de gerar uma narrativa tanto plástica quanto visual que se colocasse na História, assim os autores e artistas considerados românticos brasileiros tentaram, com todas as dificuldades encontradas, dar identidade ao Brasil por meio de seus ofícios, mostrando a bela mestiçagem cultural, logo, universal, com todas as suas qualidades.

ABSTRACT: This work intends to show the reading of texts of different languages on the theme "A Guerra do Paraguai." For both, were used as reference literature, reviews, websites, books and comments to the plastic work. The overall objective of this research is to reconsider the painting "A Batalha Naval do Riachuelo" Victor Meirelles and the text "I Juca Pirama." The specific objectives are: to provide a new look to the governing ideals, through what is left record; remember winning a real achievement, among others. The methodology used is a literature review. As the final results of the study, we realize that from ancient times until today, the public representatives record their ideal to be in documentary history and thus understand that the result of conquest should be only one hero, when in reality lives are snuffed out not to be recognized.

KEYWORDS: Ideologies; intertexts; written and visual language.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, Antônio. CASTELO, Aderaldo. **Das origens ao romantismo**. São Paulo: Difel, 1981.
- DIAS, Gonçalves. **I-Juca Pirama**. Rio Grande do Sul: L&PM, 1997.
- LIDIOFIN. A Guerra do Paraguai. Disponível em: <<http://lidiofin.blogspot.com>> Acesso em: 01 out. 2008.
- FREIRE, Laudelino. **Um século de pintura**. Apostila, [s/d].
- LUCA, Fábio. **O romantismo e a fundação da nacionalidade**. Apostila, [s/d].
- PEDROSO, Tabajara. **Guerra do Paraguai**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura: [s/d].
- SANTIAGO, SILVIANO. **Vale quanto pesa Ensaio sobre questões político-culturais**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

VILLELA, Adriana Melo. et al. **I-Juca-Pirama**: código estilístico. Disponível em: <<http://leberallibertarioliberalino.blogspot.com>>. Acesso em: 16 jul. 2007.

OS ANORMAIS E A HISTÓRIA DA LOUCURA: SEMELHANÇAS

Luzinete Carpin Niedzieluk (UFSC/FMP)

RESUMO: O presente ensaio busca mostrar a relação entre a obra **História da Loucura** e a obra **Os Anormais** de Michel Foucault trazendo à tona as duas fases do autor, a arqueológica e a genealógica. A metodologia é a de revisão bibliográfica. Os resultados são surpreendentes porque além das relações entre as obras, encontramos nos textos muitos ecos do marxismo, ideologia presente na época em que o autor escreveu estas obras.

PALAVRAS-CHAVE: História da loucura; Os anormais; Foucault.

Neste ensaio tentaremos mostrar a relação entre a **História da Loucura**, escrita em 1961 por Michel Foucault e **Os Anormais** escrito em 1975 por este mesmo autor.

A **História da Loucura** segundo Merquior é “[...] uma história das condições econômicas, políticas, ideológicas e institucionais de acordo com as quais se realizou a segregação dos insanos durante o período clássico” (1985, p. 35). Foucault em uma carta-resposta, datada de 10/08/57, para o professor Lindroth (este tinha lido algumas partes do livro **História da Loucura** e comentou que tudo o que vê ali é literatura “alambicada”) diz que o objetivo de seu projeto “Não é escrever uma história da evolução da ciência psiquiátrica, mas uma história do contexto social, moral e imaginário em que ela se desenvolveu” (1990, p. 95). Este livro foi escrito na chamada fase arqueológica do autor.

Faz-se relevante trazer uma pequena síntese de algumas partes da **História da Loucura**, pois nela Foucault mostra que no classicismo, além dos loucos/insanos também eram internados doentes, pobres, desempregados na busca de um local para dormir e de alimento, ou seja, os hospitais funcionavam como estabelecimentos de caridade, como depósitos de pessoas excluídas, não sendo um estabelecimento médico propriamente dito, mas uma estrutura semijurídica que decide julga e executa. Neste período, o rei prescreveu uma lei no dia 16/06/1676 em que deve haver um Hospital Geral em cada cidade do reino e algumas cidades organizaram esses estabelecimentos.

Segundo Foucault, o classicismo inventou o internamento, para ele, o vazio deixado pelos leprosos da Idade Média foi ocupado pelos “internos”. Esse “gesto que aprisiona não é mais simples: também ele tem significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, e morais. E que dizem respeito provavelmente a certas estruturas essenciais do mundo clássico em seu conjunto”. (2000a, p. 53). Nesta passagem do autor, encontramos alguns ecos do marxismo, porém Foucault só menciona os Aparelhos Ideológicos do Estado sem se aprofundar neles em seu texto.

No final do século XVIII, com a industrialização nascente, essas casas desapareceram, pois foi um fracasso, apenas tiveram um valor funcional. No mundo industrial, o trabalho é entendido como a solução geral, remédio para todas as formas de miséria, sua eficácia é reconhecida porque é baseada em sua “transcendência ética” (2000a, p. 71). E para Foucault é neste lugar que a loucura vai aparecer, ao lado da ociosidade maldita, dos pobres, bons ou maus, dos ociosos, voluntários ou não. “A loucura é percebida através de uma condenação ética da ociosidade e numa imanência social garantida pela comunidade de trabalho” que pode rejeitar todas as formas de inutilidade social.

No século XVII, muitas categorias como a de doentes venéreos, devassos, dissipadores, homossexuais, blasfemadores, alquimistas e libertinos são internados, e esse internamento tem um caráter puramente de “polícia”, sem uma coerência médica, psicológica ou psiquiátrica, porém todos são considerados “insanos”.

As ideias terapêuticas que contribuíram para essa organização da cura da loucura foram: 1. *a consolidação* – acredita-se que odores fétidos, como óleo de âmbar, couro e penas queimadas, provocam na alma sentimentos desagradáveis e acalmam os loucos. Limalha de ferro é ingerida por loucos para fortificar suas membranas e fibras; 2. *a purificação* – as terapêuticas são associadas a operação de purificação. A transfusão de sangue é sugerida por Hoffmann como remédio para cura da melancolia. Produtos como mirra, aloés e o elixir de Paracelso são usados para cura dos vapores. Whytt recomenda quinino para cura de doença nervosa; 3. *a imersão* – o uso desta técnica remonta a antiguidade, era usada desde Epidauro. Na Idade Média era comum mergulhar um maníaco várias vezes na água; 4. *a regulação do movimento* – no século XVIII acreditava-se que o movimento do balanço do mar era um regulador da mobilidade orgânica.

Foucault prossegue sua obra percorrendo sobre a loucura e o processo de internamento mostrando a diferença da era clássica para o final do século XVIII em que

o internamento/asilo torna-se lugar de cura e o século XIX reconhece à boa e a má loucura (uma percepção moral). O autor menciona que “[...] o olhar que agora incide sobre a loucura não está carregado com tantas cumplicidades; é dirigido para um objeto que ele atinge através apenas de uma verdade discursiva já formulada; o louco só lhe aparece como que decantado pela abstração da loucura” (2000a, p. 439).

No final da obra, Foucault continua descrevendo a loucura contemporânea citando Nietzsche, van Gogh e Artaud, para ele “[...] a loucura é ruptura absoluta da obra; ela constitui o momento constitutivo de uma abolição, que fundamenta no tempo a verdade da obra; ela esboça a margem exterior desta, a linha de desabamento, o perfil contra o vazio” e “a loucura não é mais o espaço de indecisão onde podia transparecer a verdade originária da obra, mas a decisão a partir da qual ela irrevogavelmente cessa, permanecendo acima da história, para sempre” (2000a, p. 529).

Observamos que o que importa na obra dos três (filósofo, artista e escritor) acima citados, é que todos engajam nelas o tempo do mundo, pela loucura que a interrompe provocando um dilaceramento sem reconciliação em que o mundo é obrigado a interrogar-se, portanto, a loucura é contemporânea da obra, dado que ela inaugura o tempo de sua verdade.

Os Anormais é o resultado de um curso realizado no Collège de France, entre 08 de janeiro a 19/03/1975, em que são transcritas as onze aulas ministradas por Foucault nesta instituição.

Enquanto que em 1961, ao descrever a formação discursiva, a série “loucura”, Foucault a descreve como uma repressão, uma exclusão, uma redução do sujeito louco ao silêncio, isto é, o poder atuando como repressivo, em 1975, na sua segunda fase, a genealógica, o autor descreve **Os Anormais**, isto é, a formação do conceito de anormalidade, mostrando que atualmente eles (os considerados anormais) são incitados a falar, por meio das confissões e que o poder “[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso” (2000, p. 08).

Percebemos uma mudança de postura em Foucault porque em sua primeira fase ele se ocupava de uma arqueologia das formações discursivas propondo uma “teoria das descontinuidades” e na segunda fase, a genealógica, ele irá desenvolver o programa de uma genealogia das relações saber/poder em função da qual, a partir dos anos 1970, refletirá seu trabalho, isto é, Foucault se propõe a pensar diferente dos outros (campos da ciência) e, sobretudo dele mesmo, mas ao fazer isso, ao propor novos conceitos,

como, por exemplo, na *Arqueologia do Saber* ao descrever as formações discursivas e outros conceitos, às vezes se enclausura em métodos estruturais vigentes até então.

Entendemos que **Os Anormais** é um prolongamento da **História da Loucura**, descrito com um outro olhar, com outra perspectiva.

Em **Os Anormais**, especificamente, na aula do dia 25/01/75, Foucault trata dos “três elementos” que constituem o “grupo dos anormais” são o monstro, o indisciplinado e o onanista. Nestes grupos, o autor valoriza os elementos de dispersão entre eles mostrando que no fim do século XIX, a forma como as instituições definiram o anormal o relaciona a estes três grupos, isto é, o anormal é descendente dessas três figuras, apesar delas terem origens e histórias totalmente diferentes.

Nesse sentido, **Os Anormais** retrata o processo de integração da psiquiatria na medicina legal. Conforme Marchetti & Salomi, na aula do dia 08/01/1975, o autor põe em questão “‘enunciados que têm um poder de vida e morte’ e ‘funcionam na instituição judiciária como discursos de verdade’, temas como o do grotesco (“A sabedoria grotesca”), o do ubuesco (“o terror ubuesco”), que deveriam sugerir o emprego de uma categoria da ‘análise histórico-política’, pois mostram o ponto mais elevado dos ‘efeitos de poder a partir da desqualificação daquele que os produz’” (2002, p. 427). Nesta aula, Foucault mostra que o grotesco é tornado institucional pelo poder, isto é, o grotesco torna-se uma categoria sócio-política, torna-se funcional. Ainda nesta aula, é mostrado que existem discursos que têm efeitos de poder superiores a outros e que apresentam ‘valores’ pertencentes ao ‘sujeito que enuncia’.

Na aula do dia 15/01/75, Foucault problematiza a dicotomia loucura x crime mostrando o lugar indefinido entre eles (o entre lugar). O psiquiatra nesta articulação (psiquiatria x crime) não está divulgando um saber, mas sim, está representando um aparelho médico judicial cujo objeto não é a doença e nem tampouco a criminalidade, mas o espaço das condutas mínimas de ordem cotidiana e isso é balizado por padrões de normalidade. Na verdade, o autor explicita que os macrofenômenos se produzem a partir dos microfenômenos.

Ao definir o campo da anormalidade, as instituições se equivocaram, pois estavam diante de problemas até então inusitados, porém elas exercem um poder de normalização sobre eles.

As temáticas dessas aulas ministradas por Foucault são uma espécie de *continuum* em seu curso e nelas são trabalhadas as suas discontinuidades. Chama atenção, a aula do dia 05/02/1975 porque ali é-nos mostrado que a partir do momento da

aplicação do artigo 64 do Código Penal de 1810 que preconizava o seguinte: “Não há crime nem delito, quando o acusado estava em estado de demência na época da ação, ou quando foi coagido por uma força que não pôde resistir”, isso faz com que a instituição médica, em caso de loucura, tenha de tomar o lugar da instituição judiciária. Isso é exemplificado por Foucault com três casos: 1. o da mãe que mata o filho e o come com repolho porque provavelmente, estava com fome; 2. o do homem que mata duas crianças porque achou que eram filhos de nobres; 3. Henriette Cornier que mata uma criança porque alega que foi uma “ideia”.

Neste momento, o aparelho jurídico convoca o aparelho psiquiátrico para resolver o dilema e este passa a se afirmar como campo de especialidade: a medicina. E não encontrando uma resposta para enquadrar a loucura de Henriette Cornier, a psiquiatria alega que sua loucura é centrada no instinto (fenômeno ligado ao comportamento e não mais a consciência), há um deslocamento do que antes a psiquiatria centrava no delírio, neste momento, passa a centrar no instinto (isto é, a ruptura).

O Estado no século XIX, nas relações sobre família x masturbação - na criança, etc., intervem e normaliza essas condutas por meio do dispositivo geral de controle sobre elas. Na verdade, a justiça funciona como tratamento dos anormais e estes estão entre nós (os considerados normais) porque é por meio deles (dos anormais) que os normais são capturados.

Nesse sentido, os sujeitos são capturados neste movimento de produção de saber/poder e entendemos que em **Os Anormais**, Foucault mostra a anormalidade articulando-a a outros elementos como possessão, feitiçaria que não são da ordem da doença, do patológico, mas sim, pertencem à ordem da anomalia (da conduta do indivíduo).

Houve muitas mudanças desde o século XVIII, época dos leprosários, das casas de internação, dos grandes hospícios, todos estes descritos em **História da Loucura**, para o século XIX, época da emergência de casos inusitados em que o aparelho jurídico convoca o aparelho psiquiátrico para resolvê-los e são essas mudanças que Foucault descreve nestas duas obras **História da Loucura** e **Os Anormais** sob diferentes óticas e nos faz perceber o quanto somos peças fundamentais neste jogo universal de produção saber/poder.

ABSTRACT: This essay seeks to show the relationship between the works *History of Insanity in the Age of Reason* and *The Abnormal* by Michel Foucault. They bring up two phases from the author, archaeological and genealogical ones. The methodology is made up by bibliographic review. The results are surprising because in addition to the relationships between both works, it is possible to find in the texts many echoes of the Marxism, which used to be the ideology at the time the author wrote his works.

KEYWORDS: History of madness; The Freaks, Foucault.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. Uma Biografia. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 6. ed. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2000a

_____. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

_____. **Os Anormais**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault. O Niilista de Cátedra**. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHICO MENDES HERÓI: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA REVISTA VEJA

Martha Júlia Martins de Souza (PPGI/UFSC)

RESUMO: O presente estudo investiga o caso Chico Mendes com base na notícia publicada em 2004 pela Revista Veja na internet. A notícia narra a inclusão de Chico Mendes no livro de heróis da pátria, através da lei sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Chico Mendes era um seringueiro e ambientalista brasileiro que lutou para preservar a Amazônia contra o desmatamento causado pelos fazendeiros que o faziam com o intuito de manter a pecuária extensiva na região. Chico Mendes sofreu inúmeras ameaças de morte devido a sua tentativa de salvar a floresta tropical. Entretanto depois de sua morte, ele continuou a ser lembrado por grupos de ativistas políticos, ambientalistas e principalmente pela imprensa internacional que deu ampla atenção ao seu caso. Tendo em mente a relevância política do caso, esse trabalho analisa a notícia vinculada pela revista Veja baseada na importância da luta de Chico Mendes

na luta a favor da preservação da região amazônica. Esse trabalho objetiva analisar os mecanismos linguísticos e ideológicos presentes no discurso da mídia fomentado pelos preceitos da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1995, 2003, 2006) e Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 2004).

PALAVRAS-CHAVE: Chico Mendes; Revista Veja; Análise crítica do discurso.

1. INTRODUÇÃO

O discurso da mídia vem atraindo a atenção de vários pesquisadores do Brasil e exterior interessados em investigar a imprensa como grande propagadora de discursos hegemônicos imbricados de crenças e valores socialmente construídos através das relações de poder que acontecem nas sociedades e refletem suas ideologias no texto midiático (Van Dijk, 1988; Fairclough, 1995; Caldas-Coulthard, 1997; Piasecka-Till, 2002, Rodrigues, 2002). Tendo em vista o avanço da internet e seu uso como canal propagador de notícias do mundo inteiro, esse estudo tem como objetivo oferecer uma breve discussão com ênfase no aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003; 2006) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday, 2004) sobre o caso Chico Mendes a partir de um pequeno artigo vinculado pela Revista Veja e publicado no sítio da revista <http://veja.abril.com.br/>. O artigo intitulado *Chico Mendes herói* datado de Setembro de 2004 noticia a inclusão do seringueiro Chico Mendes no livro dos heróis oficiais da Pátria através da lei sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Em virtude da relevância do caso para a sociedade brasileira servindo de mola propulsora para a criação da Lei de Reservas Extrativistas e conscientização da necessidade de (re) pensar o meio ambiente e seus recursos como fonte findável, onde a participação dos governos e da sociedade como um todo na tomada de decisões acerca da preservação do meio ambiente faz-se necessária para que seja possível resguardar as gerações futuras do usufruto do bem comum que é a natureza. Dessa forma, esse trabalho versa sobre os aspectos da metafunção ideacional e dos preceitos interdisciplinares concedidos pela ACD para focalizar na notícia vinculada pela Revista Veja sobre Chico Mendes.

2. O CASO CHICO MENDES

Chico Mendes foi assassinado em Dezembro de 1988 em sua casa na cidade de Xapuri, no estado do Acre na região Norte do país. Filho e neto de seringueiros, manteve a tradição da família em trabalhar na floresta com a extração do látex, matéria prima da borracha, objetivando uma prática alternativa à mantida pelos donos das terras que destruíam a mata virgem para dar espaço a cultura da pecuária e agricultura (ALLEGRETTI, 2002). O crescimento principalmente da atividade pecuarista na região incentivada pelo Governo Federal deu margem ao aumento de conflitos entre os trabalhadores locais e pecuaristas ávidos por explorar a região considerada propícia para a prática. Os seringueiros começaram a ser expulsos das terras e ameaçados de morte pelos fazendeiros que necessitavam de espaço para dar vazão à prática da pecuária extensiva nas áreas de floresta. À medida que foram expulsos das terras, os seringueiros prejudicados por não poderem mais trabalhar nos seringais, organizaram-se para protestar sob a liderança de Chico Mendes por melhores condições estruturais no Estado reivindicando por escolas e principalmente terras onde pudessem trabalhar na extração do látex (ALLEGRETTI, 2002). A técnica conhecida por *empate* foi a forma encontrada pelos trabalhadores locais para reivindicar a regularização das terras e da atividade seringueira, bem como lutar contra a destruição da floresta. Essa técnica consistia simplesmente em permanecer de pé em frente às árvores para evitar que fossem cortadas por pecuaristas e fazendeiros. Empatar, na linguagem da região amazônica significa impedir, o que na opinião de Allegretti (2002, p. 235) desencadeou a “organização do primeiro Sindicato do Acre e da consciência que adquiriram em relação aos direitos de posse” Com isso, os seringueiros da região, entre eles Chico Mendes começaram a ser vistos como entraves ao progresso e ao desenvolvimento da região e consequentemente tiveram suas vidas ameaçadas em decorrência dos inúmeros protestos que impediam os fazendeiros de desenvolverem seus projetos de base predominantemente econômica na região. É Mary Allegretti, antropóloga que trabalha com políticas públicas e movimentos sociais na Amazônia desde 1978, que nos traz em linhas gerais o depoimento de um seringueiro sobre a devastação da mata virgem:

O que se está fazendo com a castanheira e a seringueira é um verdadeiro crime. É um crime derrubar uma árvore como esta. A seringueira e a castanheira são como se fossem nossas mães. Quando nossos pais vieram do Nordeste pra cá, tiraram delas o sustento. Foi

com leite de castanha que nos criaram. Foi com leite de seringa que nos vestiram. (ALLEGRETTI, 2002, p. 276).

Chico Mendes desempenhou papel importante na luta contra o desmatamento da floresta e expulsão dos seringueiros de suas terras, que além de tudo era considerada como fonte de renda para muitas famílias que estavam estabelecidas na região por várias décadas. Foi principalmente devido a sua militância, que Chico Mendes deu suporte a causa dos trabalhadores locais, através da tentativa de conscientização de fazendeiros, da realização dos empates, mas principalmente através da curta, porém imponente trajetória como político local, que viabilizou o diálogo entre as reivindicações dos seringueiros e as autoridades governamentais, como relembra Allegretti sobre a participação de Chico Mendes na política (2002, p. 251) “em 1977 foi eleito vereador, exerceu o mandato até 1982 e utilizou o espaço político para, durante este período, denunciar os conflitos, responsabilizar os governos estadual e federal pelos problemas de terra, e apoiar o Sindicato na defesa dos seringueiros frente aos fazendeiros”.

Após sua morte, Chico Mendes ganhou enorme destaque na imprensa internacional, o que no Brasil serviu para despertar o interesse da imprensa nacional. O caso Chico Mendes, como ficou conhecido, ecoou nos quatro cantos do mundo, levando a mensagem de respeito e preservação para com região amazônica tão negligenciada por tantos anos. Nas palavras do jornalista Zuenir Ventura, autor da série “O Acre de Chico Mendes”, com o qual ganhou os prêmios Esso de Jornalismo e Vladimir Herzog de Reportagem, a repercussão do caso foi tão grande na época que até “os fazendeiros lastimam que com sua morte tenha-se criado um mártir; os seringueiros choram a perda do mártir” (VENTURA, 2003, p.226); e ele ainda completa que só posteriormente compreendeu que:

A morte anunciada, o choque provocado no mundo, o sentimento de culpa do próprio país, em especial do governo por não ter feito nada para impedir o crime, a tomada de consciência da sociedade para com a questão ambiental, tudo isso acabou apressando conquistas, obrigando a se fazer depois de sua morte o que Chico não conseguiu que fosse feito enquanto vivia. (VENTURA, 2003, p. 226).

Em decorrência da morte de Chico Mendes, a especial atenção dada pela imprensa à causa dos seringueiros acabou por fortalecê-los, de modo que inúmeras são as conquistas que advêm dessa luta como a criação do Comitê Chico Mendes, onde

diversos sindicalistas, ambientalistas, entidades políticas e religiosas puderam reivindicar um julgamento para os assassinos do seringueiro. Dentre outras conquistas alcançadas, a grande vitória decorrente da morte do seringueiro foi a criação das Reservas Extrativistas, que propicia a regularização fundiária e o uso dos recursos naturais de forma a respeitar o meio ambiente (ALLEGRETTI, 2002). As reservas se espalharam pelo país, onde segundo Ventura (2003, p. 236) a reserva “Chico Mendes, a maior delas, passa por cinco municípios (incluindo Rio Branco, Xapuri e Brasiléia) garantindo a sustentação de 1838 famílias”.

Em dezembro de 1990, os assassinos de Chico Mendes foram condenados a 19 anos de prisão em um julgamento histórico para o Acre e para o Brasil.

Na seção subsequente serão abordados os pressupostos teóricos que embasam esse estudo.

3. INTERFACE ENTRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E O DISCURSO DA MÍDIA.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma ferramenta teórico-metodológica que possibilita uma análise interdisciplinar dos diversos fenômenos discursivos que influenciam os mais variados textos da sociedade refletindo assim questões relacionadas ao poder, ideologia e dominação presentes na linguagem, ou seja, age como um recurso apto para pesquisas sociais e que pode ter sua perspectiva ampliada quando associada a outros recursos analíticos das ciências sociais, o que segundo Fairclough (2003, p.210) “é um método que pode apropriar-se de outros métodos”. O autor entende que a ACD “é a análise das relações dialéticas entre o discurso (incluindo linguagem e outras formas de semioses) e outros elementos das práticas sociais” (Fairclough, 2003, p. 205), por isso, sua maior preocupação são as diversas mudanças e transformações pelas quais as sociedades vêm passando atualmente e, dessa forma, investiga como o discurso se insere nas práticas sociais, transformando-se e servindo como elemento propagador de crenças e valores. Fairclough ainda sugere que os textos como elementos de eventos sociais “contribuem com as mudanças na educação ou nas relações industriais e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8). Sendo assim, como consequência das mudanças ocorridas na sociedade, os efeitos ideológicos advindos e inseridos nos textos na concepção de Fairclough (2003, p. 9) “contribui para estabelecer, manter e modificar as relações sociais de poder, dominação e exploração”.

Uma vez que, as diversas práticas sociais pelas quais os indivíduos estão inseridos podem ser associadas a diversas áreas da vida social, é relevante compreender que tais práticas definem a forma de agir do indivíduo. É ainda por meio do discurso que se manifesta a representação da vida social, ou seja, a forma como os atores sociais se posicionam e são representados por diversos meios, seja através dos governos, das leis ou da mídia em geral. Dessa forma, (FAIRCLOUGH, 2003) observa que os três principais aspectos do significado relacionados dialeticamente entre si são a Ação, Representação e Identificação que correspondem respectivamente às categorias de Gêneros (Genre), Discurso e Estilos, ou ainda (i) ao modo de agir, (ii) modo de representar, (iii) modo de ser. Entretanto, para o escopo desse trabalho a análise e descrição dos dados giram em torno do modo de representar, uma vez que, o principal objetivo aqui é investigar a representação do seringueiro Chico Mendes pela Revista Veja, tendo como base a metafunção ideacional tal como proposta por (Halliday, 2004).

O diálogo entre a ACD e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é necessário a fim de que possam desvendar os mecanismos linguísticos que perpetuem as relações de poder controle e dominação, tanto nas dimensões semióticas quanto linguísticas, uma vez que ambas preocupam-se com a relação entre linguagem e diversos aspectos da vida social enquanto método e teoria transdisciplinar, onde muitas categorias analíticas utilizadas pela ACD advêm da LSF, que entende o texto como multifuncional, ou seja, concomitantemente expresso nas três metafunções. Sendo assim, sob a ótica da LSF, entende-se que as representações, identidades e relações estão sempre presentes no texto e que a linguagem que está em constante processo de evolução, pode ser considerada um sistema que produz significados, onde é dado ao indivíduo a oportunidade de atingir seus objetivos de comunicação e interação com base na influência do contexto ao qual está inserido.

Segundo Halliday (1973, p. 45 citado por Eggins, 2004, p. 352):

Quando interpretamos a linguagem nesses termos (semântico-funcionais), podemos lançar algum destaque no desconcertante problema de como é que o uso mais comum da língua, nas situações do dia a dia, transmitem tão efetivamente a estrutura social, os valores, os sistemas de conhecimento, todos os mais profundos e penetrantes padrões de uma cultura. Com uma perspectiva funcional da linguagem, podemos começar a apreciar o modo como isso é feito.

Com base na análise funcional da linguagem, a LSF oferece algo além das diversas possibilidades de leituras e interpretações de um texto ou como sugere Eggins “os textos são ricos em significados: eles produzem significados sobre o que está acontecendo e o porquê, mas também trazem significados sobre as relações e atitudes, sobre distância e proximidade” (Eggins, 2004, p. 352), tudo isso proporcionado pelos contextos reais da vida em sociedade.

Com relação ao discurso da mídia, Fairclough (2006, p. 97) nos adverte que “os processos de mudança acontecem dentro da mídia em massa”, uma vez que a mídia é a grande responsável não só pelas transformações atuais como também por encurtar distâncias, principalmente em tempos de grandes avanços nas telecomunicações na sociedade contemporânea. É partir daí que, Fairclough (2006) sugere que o processo de mediação está relacionado ao distanciamento do binômio espaço-tempo, uma vez que a distância física não mais indica impossibilidade de comunicação nos dias de hoje. Caldas-Coulthard (1997) entende que a mídia desempenha papel de relevância em diversas esferas, seja social, política ou educacional e ainda afirma que “ao serem expostas às notícias, as pessoas fazem conexões e tentam entender e explicar como os eventos reportados na mídia relacionam-se à sociedade como um todo” (CALDAS-COULTHARD, *ibid*, p.11). É através da linguagem que são repassados os discursos discriminatórios, como o discurso racista, sexista, homofóbico, tão presentes em nossa sociedade, onde uma análise mais acurada só é possível quando a interface entre a linguagem e as relações de poder e controle são percebidas nesse discurso. O discurso, particularmente o midiático é formulado a partir de uma forte corrente social e culturalmente construída através da representatividade de diversas instituições ligadas ao poder, seja o governo, as leis advindas de uma determinada gestão, os sistemas de saúde e ensino ou ainda como é sugerido por Halliday (1978, p.23 citado por Caldas-Coulthard, *ibid*, p.12):

Em uma teoria da sociedade, a linguagem desempenha um papel central – a linguagem é controlada pela estrutura social e a estrutura social é mantida e transmitida através da linguagem. A cultura molda nossos padrões de comportamento e uma grande parte de nosso comportamento é mediada através da linguagem.

Fairclough (1995) salienta que tendo em mente que o discurso midiático exerce papel de agente social uma vez que corrobora com os processos de mudanças sociais e culturais, ele aponta como de extrema relevância o entendimento dessas mudanças na

sociedade, a fim de que qualquer pessoa seja capaz de analisar criticamente a linguagem da mídia, ou seja, todos devam ser críticos e letrados no discurso midiático. Para isso, ele ressalta que estar atento ao discurso da mídia significa entender além do que o discurso propõe, mas indica compreender o processo de produção como um todo, pois como Caldas Coulthard (ibid) mesma sugere os produtores da linguagem da mídia fazem parte também das estruturas sociais as quais estamos todos imersos, ajudando a construir socialmente o significado da notícia, ou nas palavras de Fairclough:

É importante estar atento ao que lemos em um jornal ou vemos na televisão que não é uma simples e transparente representação do mundo, mas o resultado de práticas e técnicas profissionais específicas, que poderiam e podem ser relativamente diferentes com resultados relativamente diferentes. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 204)

É possível estabelecer um direcionamento da análise com o intuito de direcionar a análise do texto midiático, sendo que nesse contexto se adequa perfeitamente na investigação da figura de Chico Mendes tal qual foi retratado pela Revista Veja no ano de 2004. As perguntas abaixo são baseadas na proposta desenvolvida por Fairclough (1995, p. 202-203) para o discurso da mídia de forma geral, artigo de jornal, programa de televisão ou rádio, etc.

- a) Como o texto é elaborado, por que é elaborado dessa forma?
- b) Que tipos de processos (grupos verbais) e participantes (grupos nominais e pronominais) estão no texto? Como são categorizados e metaforizados?
- c) Que presenças e ausências estão em primeiro e segundo plano na caracterização do texto?

Dessa forma, é possível estabelecer um arcabouço que viabilize desvendar o discurso e o que está pressuposto nele, seja de forma implícita ou de forma explícita, uma vez que a ACD como área interdisciplinar, conforme mencionado previamente, constitui ferramenta imprescindível para a análise e discussão do discurso da mídia.

4. CHICO MENDES HERÓI: CORPUS DE ANÁLISE

Para Malinowski a compreensão do contexto é indispensável para o entendimento da análise que está sendo conduzida de forma a garantir a inteligibilidade como um todo (Malinowski, 1943 citado em Eggins, 2004). Dessa forma, Halliday

afirma que tudo que acontece no momento que a linguagem está sendo usada influencia no que será produzido com a linguagem (Halliday, 1978; 1985 citados em Eggins, 2004). O contexto de situação se expressa em três variáveis distintas: Campo (sobre o que é o texto), Relações (sobre o tipo de relações entre os participantes) e o Modo (sobre como a linguagem contribui na organização do texto). Assim, temos como corpus para esse artigo a publicação da Revista Veja em meios eletrônicos, através da URL (<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/chico-mendes-heroi>) datada do dia 23 de Setembro de 2004, intitulada *Chico Mendes herói* que noticia a inclusão do nome de Chico Mendes à lista do Livro dos Heróis da Pátria, onde dentre eles estão os nomes de outras figuras ilustres conhecidas no Brasil, como Tiradentes, mártir da Conjuração Mineira e Zumbi dos Palmares, líder resistente do Quilombo que leva seu nome em sua homenagem. Nesse sentido, a proposta desse estudo é investigar a forma como o seringueiro e ativista político Chico Mendes é retratado pela mídia brasileira, com ênfase no artigo da Revista Veja, 16 anos após sua morte. O objetivo desse estudo consiste em uma tentativa de compreender como o caso Chico Mendes ainda repercute na mídia e como a figura de Chico Mendes está ainda tão presente nos principais contextos que envolvem a temática meio ambiente, floresta amazônica, bem como resistência e avanços dos seringueiros.

5. A REPRESENTAÇÃO DO ATOR SOCIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE DA TRANSITIVIDADE.

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) faz uma interface com a ACD contribuindo na descrição e interpretação da linguagem observando a relação entre texto e contexto tal como proposta por Halliday & Matthiessen (2004). A LSF propõe um construto que denomina a linguagem como funcional, uma vez que diz respeito às situações de uso da língua, em inúmeras atividades e práticas sociais que indicam o que realmente fazemos com a língua e é também sistêmica porque diz respeito a diversas possibilidades de escolhas que se utiliza com o intuito de gerar significado. Dessa forma, Eggins (2004, p. 3) sumariza de forma encadeada algumas características da teoria sistêmico-funcional utilizada por diversos analistas da linguagem:

- a) A linguagem é funcional;
- b) Sua função é produzir significados;
- c) Esses significados são influenciados pelos contextos social e cultural, onde existe troca;

- d) O processo de uso da linguagem é um processo semiótico, um processo de produzir significado através das escolhas.

É com base nessas características que Eggins (2004, p.2) vê a LSF como “um modelo útil de descrição e interpretação da linguagem como recurso estratégico de produção de significado”. É importante compreender que quando produzidos, os textos são expressos simultaneamente nas três metafunções, conforme mencionado anteriormente. Para a análise e compreensão da representação de Chico Mendes focaremos no tipo de significado ideacional que é representado no nível da léxico-gramática através do sistema de transitividade, que diz respeito à relação entre as ações e as relações entre participantes e circunstâncias. Nessa estrutura, os processos são representados por grupos verbais, enquanto que os participantes são representados por um grupo nominal e as circunstâncias por um grupo adverbial (Halliday, 2004).

Uma vez que os tipos de processo da oração estão relacionados aos significados e as funções que estes desempenham, a seguir enumeramos os seis tipos de processos com seus respectivos participantes: material (Ator + Meta), mental (Experienciador + Fenômeno), verbal (Dizente + Verbiage) relacional (Portador + Atributo/Valor + Característica), existencial (Existente) e comportamental (Componente + Fenômeno). Ou ainda na explicação de (Halliday, 1985, citado em Simpson, 1993, p. 88):

O que significa dizer que uma oração representa um processo? Nossa mais poderosa concepção de realidade consiste de acontecimentos de: fazer, acontecer, sentir, ser. Estes acontecimentos estão classificados no sistema semântico da linguagem expressos através da gramática oracional.

Com base nisso é que podemos trabalhar alguns exemplos do artigo da Revista Veja que trata sobre Chico Mendes.

O participante em destaque na análise das orações é Chico Mendes estando sempre relacionado ao processo que indica ação, ou seja, o processo material. O exemplo abaixo sugere um Chico Mendes agente e paciente.

- i) O líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, Chico Mendes, ***assassinado*** em dezembro de 1988.

Outra forma encontrada no jornal para retratar Chico Mendes é através da identificação com o grupo social a que pertence. Dessa forma, observamos na oração abaixo Chico Mendes sendo referido como um ambientalista, através da escolha lexical

ecologista. A esse respeito, (Van Leeuwen, 1996 citado em Fairclough, 2003, p. 146) esclarece que “quando os atores sociais são classificados, eles podem ser representados especificamente ou genericamente”. Os dados nos mostram que Chico Mendes fora figurado tanto de forma pessoal como de forma geral conforme os exemplos que se seguem.

ii) ...que inclui o *ecologista* na lista de heróis oficiais do país.

É possível destacar ainda a presença do pronome anafórico na construção do participante que fora previamente mencionado:

iii) *Ele* foi assassinado em Xapuri, pequeno município amazônico.

Dentre as principais características relacionadas aos outros participantes encontrados no artigo da Revista Veja podemos dizer que:

a) Os participantes que representavam as instituições governamentais (Lula, ONU), ou seja, que de certa forma denotam poder aparecem como Circunstância, dando ao participante de maior destaque, Chico Mendes, a posição temática na oração. De acordo com Halliday (2004, p.64)

“o tema é o elemento que serve de ponto de partida da mensagem: e é isso que localiza e orienta a oração dentro do seu contexto”.

iv) *Chico Mendes*, cuja importância na luta pela preservação da Amazônia foi reconhecida até pela ONU...

b) Como bem nos alerta Fairclough (2003) as generalizações servem para ofuscar os agentes, ou seja, transpor a responsabilidade de um ato de seu verdadeiro culpado para outro participante; dessa forma, observamos no exemplo abaixo que os fazendeiros e madeireiros estão valorados de modo negativo, sendo os únicos responsabilizados pela exploração da maior floresta do mundo, sem a menção a outros agentes que poderiam também ser responsabilizados como o governo ou agências de fiscalização do meio ambiente.

v) à exploração descontrolada promovida *por fazendeiros e madeireiros* na maior floresta tropical do mundo

Os assassinos aparecem ainda na posição temática relacionados ao processo *foram condenados*, sendo então mencionados pelos seus nomes.

c) Chico Mendes aparece ainda no artigo estando relacionado ao presidente Lula, ambos em posição temática, que em 2004 no auge de seu governo possuía índice de popularidade bastante elevado à época, fato bastante comentado nos principais jornais do país.

vi) *Lula e Chico Mendes* se conheceram em 1980, durante um encontro de líderes sindicalistas.

Para que se possa compreender melhor o caso Chico Mendes através da notícia vinculada pela Revista Veja levantamos uma breve discussão acerca dos principais elementos que se destacam na notícia e que serão abordados à luz da Análise Crítica do Discurso, ferramenta transdisciplinar de apoio para nossa análise, uma vez que julgamos necessário pontuar algumas características marcantes inerentes ao contexto político e social do país.

O caso Chico Mendes repercutiu no mundo todo por se tratar de um crime contra um defensor da floresta e da causa seringueira. A forma como Chico Mendes é retratado na notícia da Revista Veja deixa bastante claro a importância do seringueiro para a luta a favor da causa dos trabalhadores da floresta, bem como para a preservação da natureza, em que sua imagem e dos demais participantes envolvidos é construída paulatinamente por escolhas feitas no texto midiático. A representação do assassinato, julgamento dos assassinos e a inclusão de Chico Mendes no livro de herói da pátria revelam o poder de alcance da notícia relacionada ao assassinato do líder seringueiro e sua luta impulsionada pelo processo de mundialização dos fatos. De acordo com Fairclough (2006) os diversos discursos contribuem para moldar a globalização, processo em si bastante complexo e multifacetado, gerando mudanças aos discursos propagados pela imprensa. Chico Mendes como herói é sempre caracterizado como ator social em ação, em conformidade com Fairclough (2006) que afirma que, sob os agentes sociais ativos incidem maior poder de controle e ação. Dessa forma, observamos um Chico Mendes reverenciado pela mídia e principalmente partícipe de novas significações no modo como a lei é conduzida no país, mesmo que para isso o preço pago tenha sido sua própria vida. Um julgamento histórico é conduzido no norte do país por ser a primeira vez no Brasil que um assassinato de seringueiro é levado até a última instância no pequeno Fórum de Xapuri e que tamanha tendo sido a repercussão do caso (ALLEGRETTI, 2002, VENTURA, 2003).

Ao passo que Chico Mendes é descrito de forma heroica, os outros participantes envolvidos na notícia são reportados em segundo plano, como é o caso das instituições governamentais como a ONU e o Congresso que aparecem sob a forma de circunstâncias, como simples informações complementares, tirando toda a carga semântica das instituições como a ONU e o Congresso na tomada de decisões. Simpson (1993, p.90) assim define as circunstâncias como “meras informações adicionais que

forneem informações sobre como, quando, onde e por que”, o que pode vir a refletir as motivações políticas em não enfatizar outras co-partícipes pela morte de Chico Mendes. De acordo com Van Leeuwen (1996, citado em Fairclough, 2003), inúmeras são as motivações que levam a exclusão ou inclusão de atores sociais em um texto, que decorrem tanto de causas politicamente relacionadas como simplesmente advém da tentativa de se evitar a redundância ou irrelevância. Em contrapartida, os assassinos de Chico Mendes aparecem classificados (na Circunstância *por fazendeiros e madeireiros*) e nomeados (*os assassinos, o fazendeiro Darci Alves da Silva e seu pai, Darli Alves*) e foram valorados de modo negativo na notícia, como mostram a Circunstância *numa emboscada organizada por latifundiários e madeireiros* e a Meta *à exploração descontrolada*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso Chico Mendes continua ganhando bastante destaque na mídia, principalmente na imprensa brasileira que despertou para a importância da luta dos seringueiros na atuação contra a devastação da floresta, agindo de forma a garantir a preservação da mata nativa e assegurar maior fiscalização das leis que regulam os trabalhadores que dependem dos recursos da floresta para seu sustento. Chico Mendes, apesar de não ser um caso isolado de seringueiro assassinado na região amazônica, teve uma grande receptividade com sua luta, principalmente fora do país, onde fora premiado por sua atuação na defesa da natureza.

Acreditamos que muito pode ser analisado tanto sobre o caso Chico Mendes quanto no nível da temática meio ambiente, movimentos sociais na floresta e desenvolvimento sustentável; entretanto, para o escopo desse estudo, limitamo-nos a interpretar os dados relacionados ao artigo publicado na Revista Veja retratando Chico Mendes como herói nacional, uma vez que a partir da lei sancionada pelo presidente Lula, o seringueiro é oficialmente tido como herói da pátria, dentre inúmeros outros que trabalharam em prol da defesa do território nacional e da soberania brasileira. Este caso é infinito em suas possibilidades de análise, todavia aqui adotamos a perspectiva sob a ótica da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional para enveredar em uma análise linguística através da transdisciplinaridade concedida por ambas as ferramentas.

ABSTRACT: The present study investigates Chico Mendes' case based on the news report published in the internet in 2004 by the Brazilian *Veja Magazine*. The news report focuses on the inclusion of Chico Mendes's name on the book of Brazilian heroes approved by the President Luís Inácio Lula da Silva. Chico was a Brazilian rubber tapper and environmentalist who fought to preserve the Amazon and protested against the deforestation caused by landowners who cut the trees down in order to practice the livestock farming, very common in the Amazon region. Chico Mendes suffered from numerous death threats because of his attempt to save the forest. After his death, he continued to be remembered by groups of political activists, environmentalists, and mainly by the international press that gave broad attention his case. Bearing in mind the political relevance of the case, this work analyzes the news report considering the importance of Chico Mendes in preserving the forest. This work aims at analyzing the ideological and linguistic mechanisms embedded in the media discourse fostered by the theoretical and methodological precepts of the Critical Analysis of Discourse (Fairclough, 1995, 2003, 2006) and Systemic Functional Linguistics (Halliday, 2004).

KEYWORDS: Chico Mendes; *Veja Magazine*; Critical Discourse Analysis.

7. REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, Mary. A construção social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. **Análise fonológica:** introdução à teoria e à prática com especial atenção para o modelo fonêmico. Brasília: UNB, 2002.
- EGGINS, Suzanne. **An introduction to Systemic Functional Analysis**. Londres: Continuum, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. Londres: Arnold, 1995.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse:** Textual analysis for social research. EUA e Canadá: Routledge, 2003.
- HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**. Londres: Hodder Arnold, 2004.
- SIMPSON, Paul. **Language, Ideology and Point of view**. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- PERRIN, Karen. Chico Mendes herói. **Revista Veja**, set. 2004. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/arquivo/chico-mendes-heroi>>. Acesso em: 10 set. 2011.

8. APÊNDICE

O líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, Chico Mendes,	assassinado	em dezembro de 1988
---	-------------	---------------------

Ator	Material	Circunstância
------	----------	---------------

foi inscrito	oficialmente	nesta quinta-feira	no seletor <i>Livro dos Heróis da Pátria</i> do Brasil.
Material	Circunstância		

A inclusão	foi determinada	por decreto	pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu companheiro no Partido dos Trabalhadores (PT).
Meta	Material	Circunstância	Ator (agente passivo)

Em decreto publicado no <i>Diário Oficial</i> ,	Lula	sancionou	uma lei aprovada	pelo Congresso,
Circunstância	Ator	Material	Meta	Circunstância

que	inclui	o ecologista	na lista de heróis oficiais do país.
	Material	Meta	Circunstância

Entre nomes que constam do livro	estão:	o imperador Dom Pedro I, os marechais Deodoro da Fonseca e Duque de Caxias, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e Zumbi dos Palmares,	
Característica	Relacional	Portador	

que	liderou	um quilombo	em Alagoas no século XVII.
	Material	Meta	Circunstância

Chico Mendes, cuja importância na luta pela preservação da Amazônia foi reconhecida até pela ONU,			
Ator			

liderou	um grupo de seringueiros	que	se opôs
Material	Meta/Ator		Material

à exploração descontrolada	promovida	por fazendeiros e madeireiros	na maior floresta tropical do mundo.
Meta	Material	Circunstância	Circunstância

Ele	foi assassinado	em Xapuri,	pequeno município amazônico	onde está enterrado,
Ator	Material	Circunstância		

no dia 22 de dezembro de 1988,	numa emboscada organizada por latifundiários e madeireiros.		
Circunstância			

Os assassinos,	o fazendeiro Darci Alves da Silva e seu pai, Darli Alves,		
Ator			

foram condenados	a 19 anos de prisão em dezembro de 1990,	num julgamento histórico	que atraiu a atenção do mundo inteiro.
Material	Meta	Circunstância	Circunstância

Lula e Chico Mendes	se conheceram	em 1980,	durante um encontro de líderes sindicalistas.
Ator	Material	Circunstância	Circunstância

Juntos,	participaram	da fundação do Partido dos Trabalhadores	
Ator	Material	Meta	

IDENTIFICAÇÃO DA VIABILIDADE DE REESTRUTURAÇÃO DO SALÃO DE BELEZA JOANA POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS

Jóice STEINBACH (Acadêmica-FMP)

Renata Cavallazzi Zimmer, Ms (Prof. orientadora)

RESUMO: A sociedade moderna é constituída por distintas organizações responsáveis pelo atendimento das necessidades humanas. Diante desse contexto, organizações administradas com competência proporcionam padrões mais elevados de qualidade de vida. O desenvolvimento deste artigo objetivou identificar a viabilidade de reestruturação do Salão de Beleza Joana - empreendimento inserido no mercado da beleza - por meio da elaboração de um plano de negócios. O plano de negócios é uma ferramenta de gestão utilizada para demonstrar a viabilidade e probabilidade de sucesso do empreendimento no mercado, bem como para monitorar e estabelecer projetos que visam o crescimento organizacional, sua redação conduz análises do ambiente do negócio, objetivos, estratégias, competências, investimentos, recursos e oferece informação a respeito dos pontos fracos, ameaças, oportunidades e forças da empresa. Buscou-se subsídios para confecção do estudo nos conceitos de administração, empreendedorismo, micro e pequenas empresas, serviços e plano de negócios. Neste trabalho optou-se pelo método indutivo e o principal instrumento para coleta de dados foi uma pesquisa de caráter bibliográfico, exploratório e descritivo, sendo os resultados obtidos analisados sob a perspectiva quantitativa e qualitativa. O objetivo proposto foi alcançado, as análises efetuadas descreveram uma reestruturação favorável para o empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de negócios; empreendedorismo; administração.

1. INTRODUÇÃO

O cenário atual retrata a globalização como produto do sistema econômico capitalista. Este processo repercute a integração e a interdependência econômica, social, cultural e política entre as nações e exige uma maior desenvoltura sistêmica das organizações, a fim de que sejam criadas condições de introdução, crescimento e amadurecimento das empresas no mercado.

Considerando a competitividade procedente do novo contexto, pode-se inferir a contribuição do empreendedorismo para o progresso das organizações diante de um mercado variável de escolhas. E perante esta conjuntura, o empreendedor poderá fazer uso de uma importante ferramenta de gestão, o plano de negócios, para auxiliá-lo no desenvolvimento do negócio.

A construção de um plano de negócios consiste na integração de técnica, experiência e bom senso. É um instrumento orientador que visa minimizar o insucesso organizacional, por tal motivo o desenvolvimento de um plano de negócios em si não garante o sucesso da empresa. Sendo assim, objetiva-se neste estudo identificar a viabilidade de reestruturação do Salão de Beleza Joana, a partir das análises efetuadas com a construção do plano de negócios para o empreendimento.

Localizado no município de Palhoça desde 1997, o empreendimento atua disponibilizando aos clientes os serviços de corte, coloração, lavagem e escova de cabelos, manicure, pedicuro e depilação corporal e facial. Atuante no segmento desde o ano 1993 quando a empreendedora identificou na área de cuidados pessoais a estreita relação existente entre beleza e autoestima. A empreendedora busca, por meio de uma estrutura singular, tornar-se uma mulher bem sucedida, independente, com participação ativa no orçamento familiar e prima pela eficiência e eficácia dos serviços prestados contribuindo para o desenvolvimento da beleza e manutenção da autoestima dos clientes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade moderna é constituída por distintas organizações responsáveis pelo atendimento das necessidades humanas. Assim sendo, as organizações desempenham importante papel social, influenciando tanto de forma positiva, quanto negativa o modo de vida dos seus indivíduos. Diante do atual contexto de sociedade organizacional o estudo da administração é imprescindível.

A administração, para Lacombe e Heilborn (2003), em sua conceituação tradicional, é definida como um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum.

Na compreensão de Andrade e Amboni (2007), a administração faz referência ao desempenho da organização como um todo no contexto em que está inserida, correlacionando-a aos conceitos de eficácia, eficiência, efetividade e relevância. Enquanto para Maximiano (2010), administrar é o processo de tomadas de decisões sobre a utilização de recursos para atingir objetivos.

No entendimento de Drucker (2002), a administração só pode ser descrita e definida pela sua função, pois é o órgão específico de uma atividade empresarial. Para o autor esse órgão deve atingir a finalidade e a missão específica da instituição, tornar o trabalho produtivo, transformar o trabalhador em realizador e gerir os impactos e as responsabilidades sociais.

Por tal motivo o perfil do executivo deve ser polivalente, de modo a aliar um conjunto de conhecimentos e habilidades para maior desenvoltura profissional. Dessa maneira, a capacidade de sucesso do administrador é colocada à prova, perante a dinamicidade do cenário atual, pelo empreendedorismo.

Atualmente, o conceito de empreendedorismo é disseminado e associado às pessoas realizadoras, que mobilizam recursos e correm riscos para criar novas ideias. Contudo, existem diversas definições para o termo empreendedor, devido à contribuição de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, pois cada especialista fez uso dos seus princípios para construir o conceito. Duas correntes principais tendem a conter elementos comuns à maioria delas: os economistas que associaram o empreendedor à inovação e os comportamentalistas que enfatizam as atitudes, de acordo com Dolabela (2008) e Maximiano (2006).

Na visão de Dornelas (2008) o empreendedorismo envolve pessoas e processos que desempenham ações para transformar ideias em oportunidades, e a criação de negócios de sucesso é resultado da execução eficiente e eficaz dessas oportunidades. Diante dessa visão de aplicação comercial, compreende-se quão importante é o empreendedorismo para as organizações e seus efeitos à sociedade.

O empreendedorismo é considerado o motor propulsor do progresso comercial e como consequência do desenvolvimento de uma cultura empreendedora as denominadas micro e pequenas empresas - MPE's são na atualidade componente vital da economia, responsáveis pelo crescimento da sociedade na qual uma empresa está inserida.

De acordo com Longenecker, Moore e Petty (1997), especificar um padrão de tamanho para definir pequenas empresas é arbitrário, pois diferentes padrões são

estabelecidos em lei. E também o tamanho da organização dependerá das empresas com a qual é comparada. Porém, os critérios mais utilizados para mensurar o tamanho de uma organização são: número de empregados, volume de vendas, valor dos ativos, seguro da força de trabalho e volume de depósitos.

Bernardi (2010) afirma que, não há um critério universal adotado para definir MPE's, os comparativos apresentam valores relativos de acordo com o enfoque. Por tal motivo, o autor especifica três classes de critérios utilizados: critérios quantitativos, critérios qualitativos e critérios mistos.

A microempresa e empresa de pequeno porte são definidas na legislação brasileira de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) (BRASIL, Lei Complementar nº 123).

Na compreensão de Dolabela (2008), as MPE's são responsáveis pelas taxas crescentes de emprego, de inovação tecnológica, de participação no produto interno bruto - PIB e de exportação. Entretanto, a percepção da sociedade quanto as MPE's ainda é turva, pois está acostumada a ver o Estado e grandes organizações como pólos da economia.

As lacunas de necessidades não atendidas pelas grandes empresas são preenchidas por pequenos empreendimentos, por isso o nascimento das MPE's está intimamente ligado à criatividade, o empreendedor tem que identificar as oportunidades de mercado e satisfazer os nichos mercadológicos existentes (DOLABELA, 2008).

O Governo brasileiro sancionou lei que objetiva incentivar o empreendedorismo e retirar da informalidade milhares de trabalhadores, denominados microempreendedor individual - MEI, que em conformidade com a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, é definido:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo (BRASIL, Lei Complementar nº 128).

O Portal do Empreendedor interpreta a legislação e define como empreendedor individual o pequeno empresário devidamente legalizado, que trabalha por conta própria obtendo como faturamento anual no máximo até R\$ 36.000,00 e possua um empregado registrado que receba o salário mínimo ou piso da categoria.

O SEBRAE defende que com o MEI inicia-se uma importante mudança na legislação brasileira, pois reconhece a cidadania e a dignidade humana como fundamentos da justiça social ao garantir a livre iniciativa das pessoas para terem suas próprias empresas. A regulamentação do MEI tem por finalidade: desburocratizar os sistemas de formalização de pequenos negócios; gerar trabalho e renda; distribuir renda, reduzir a pobreza, o subemprego e a desigualdade social; e criar condições para o desenvolvimento de microempreendedorismo.

É importante ressaltar a importância da figura do microempreendedor individual para o crescimento socioeconômico no país. A lei do MEI possibilita a desenvoltura do empreendedorismo brasileiro em todos os setores da economia, mas em especial do setor de serviços, devido aos benefícios organizacionais que proporciona.

A acirrada competição do mercado exige organizações ágeis e flexíveis, envolvendo as empresas num dinâmico e constante aprendizado. Neste contexto econômico os serviços têm alcançado notória posição de destaque como diferencial competitivo para as organizações.

Fitzsimmons, A. e Fitzsimmons, J. (2010), defendem que uma experiência perecível, intangível, desenvolvida para um consumidor que desempenha o papel de coprodutor é denominada serviço. Na concepção dos autores há uma extensa definição para o termo serviços, entretanto todas convergem o conceito às características de intangibilidade e consumo simultâneo.

Serviços são definidos por Grönroos (2009) como um processo fornecido para solucionar os problemas do cliente, esse processo envolve atividades intangíveis e

interação entre clientes e ambiente organizacional, seja com funcionários dos serviços, recursos, bens físicos ou sistemas do fornecedor de serviços.

Como afirmam Lovelock e Wright (2001), conceituar o termo serviços foi tradicionalmente difícil devido a sua diversidade, contudo em essência serviço é a ação oferecida por uma parte à outra. Embora, por vezes, um produto físico esteja envolvido no ato o desempenho da ação é intangível e não resulta na propriedade dos fatores de produção.

São denominados serviços as atividades econômicas que agregam valor e produzem benefícios para o consumidor, em tempos e lugares distintos e em decurso da realização dos desejos daquele a quem se remete o serviço, no entendimento de Lovelock e Wright (2001).

Na atualidade os serviços são essenciais e atuam como diferencial competitivo para as organizações, agregando valor ao negócio e a percepção desta importância para o desenvolvimento econômico é imprescindível aos gestores. Cabe ao administrador, estabelecer objetivos claros e definir estratégias tangíveis para garantir o sucesso da organização e, para isto, poderá fazer uso do plano de negócios como ferramenta gerencial.

Na concepção de Dornelas (2008), o plano de negócios descreve o empreendimento e abrange aprendizagem e autoconhecimento, pois proporciona ao empreendedor informações referente ao ambiente no qual a empresa está inserida. Para o autor o plano de negócios é constituído por seções específicas, geralmente padronizadas para melhor compreensão.

O plano de negócios deve ser considerado como um projeto capaz de produzir resultados, de acordo com Bernardi (2010), e seu desenvolvimento envolve decisões estratégicas e objetivos definidos em todos os níveis organizacionais; sendo estabelecido através de cinco distintas etapas: ideias e concepção do negócio; coleta, preparação dos dados; análise dos dados; montagem do plano; e avaliação do plano.

Maximiano (2006) entende o plano de negócios como um projeto, destinado a descrever em detalhes o empreendimento, desde a concepção, produto ou serviço até os aspectos administrativos como se estivesse operando de fato, possibilitando ao empreendedor analisar antecipadamente os problemas e tomar decisões para minimizá-los.

Ao reproduzir de maneira formal e escrita a conversão de ideias de um negócio próspero e lucrativo estará o empreendedor desenvolvendo um plano de negócio, o qual

quando desenvolvido de forma competente torna-se ferramenta persuasiva na procura de investidores interessados em apoiar a ideia e de instituições para financiamento da proposta (BARON; SHANE, 2007).

O plano de negócios reduz os riscos de insucesso da organização, pois direciona os recursos da empresa para atingir os objetivos estabelecidos. Diante desse fato, o presente artigo tem por objetivo caracterizar o empreendimento estudado e descrever as análises apresentadas no desenvolvimento do plano de negócios para identificar sua viabilidade de reestruturação.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

O empreendimento em estudo atua no mercado da beleza desde 1993, denominado Salão de Beleza Joana, está localizado no município de Palhoça/SC sito à Rua Machado de Assis nº 538 no bairro Jardim Eldorado, regularizado sob inscrição municipal nº 1.806 com enquadramento no código 260 - Serviços de higiene e embelezamento pessoal-barbearias, salões de beleza, saunas, duchas, termas e massagens etc.

A empreendedora vislumbrou na área de cuidados pessoais uma maneira de participar ativamente do orçamento familiar e buscar independência financeira, diante dessa oportunidade inaugurou no município de Rancho Queimado o Salão de Beleza Joana. Em 1997 na mudança de domicílio de sua família para a cidade Palhoça disponibilizou seus serviços para outros salões da região, período em que pode conhecer o novo cenário de trabalho, reinaugurando seu próprio salão em 1998.

Decidida a empreender procurou informação, traçou alguns objetivos e implantou ações para que pudesse abrir seu próprio negócio. Deste então, o Salão de Beleza Joana exerce suas atividades sem a elaboração de um planejamento definido, as bases estratégicas do empreendimento são intrínsecas à empreendedora, responsável por desenvolver as atividades administrativas e operacionais.

O Salão de Beleza Joana oferece aos seus clientes serviços de corte, coloração, lavagem e escova de cabelos, depilação corporal e facial, manicure e pedicuro. O serviço carro chefe da organização é o de manicure, responsável por 70% dos atendimentos, seguido pelos serviços: pedicuro, depilação, sobrancelha e cabelo.

Apesar do pequeno portfólio de serviços os insumos necessários para que os mesmos sejam prestados é extenso e a empreendedora adota os estabelecimentos do

comércio de Palhoça como fornecedores, pois encontra nestes os materiais essenciais à prestação de serviços. A compra dos insumos é efetuada em casas especializadas na venda de cosméticos e produtos para salões de beleza, os principais fornecedores são: Cotirô Cosméticos, Tay Cosméticos e Wolare Cosméticos, localizados na região central do município de Palhoça; a compra de materiais diversos é realizada nos supermercados do município.

A empreendedora possui dois determinantes para a seleção dos produtos utilizados no salão de beleza, o primeiro requisito é a conformidade do produto com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. O segundo determinante é o preço, a pesquisa de preço precede a realização de uma compra. Dessa maneira, é possível oferecer serviços de qualidade com preço competitivo, primando pela saúde dos clientes. A gestora agrega valor ao seu empreendimento executando os serviços com primazia em conjunto com os produtos de qualidade selecionados.

A qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelo Salão de Beleza Joana não são aferidas por indicadores específicos, a empreendedora recebe o *feedback* em conversas informais com os clientes, nessas discussões os pontos relevantes mencionados são: rapidez no atendimento, atenção ao cliente, dedicação ao prestar o serviço e cumprimento do horário agendado.

O relacionamento com o cliente é fator chave para o desenvolvimento do negócio. A gestora sustenta estreita comunicação com os consumidores com a finalidade de conhecer o perfil dos clientes e desenvolver a personalização do serviço prestado, alinhando desta maneira a organização às necessidades mensuradas, bem como a resolução eficiente dos problemas identificados.

A distribuição dos serviços dá-se de forma direta ao cliente nas instalações do empreendimento, que possui estrutura adequada para prestar os serviços oferecidos. Com aproximadamente 32 m² distribuídos em três cômodos, utiliza uma das dependências para os serviços de depilação, a outra para os serviços de cabeleireira, manicure e pedicuro, além de um banheiro. Os equipamentos e materiais são distribuídos de modo a facilitar o processo de prestação de serviços, quanto às instalações físicas e equipamentos esses possuem boa conservação e atendem as necessidades organizacionais.

A administração do empreendimento é fundamentada em dados, informações e indicadores empíricos relacionados ao desenvolvimento histórico da organização, a gestora detém visão sistêmica do processo organizacional. As ações de propaganda e

promoção desenvolvidas são limitadas, restringem-se atualmente como principais canais de divulgação os clientes e a fachada do estabelecimento.

O controle das despesas organizacionais realizado não possui caráter científico, faz-se uso racional dos recursos da empresa e a precificação é efetuada considerando-se as despesas para manutenção do estabelecimento. A aquisição dos insumos imprescindíveis às atividades do negócio é realizada com pagamentos à vista e a cobrança dos serviços prestados é executada da mesma maneira, somente com papel moeda.

Por tal motivo o empreendimento não possui endividamento, as dívidas referem-se às despesas de manutenção, o pagamento dos encargos é efetuado anualmente para renovação de alvarás de funcionamento, junto aos órgãos competentes. O Salão de Beleza Joana possui 18 anos de atuação, nesse período auferiu resultados e possibilitou à empreendedora recuperar o investimento inicial efetuado, atualmente o negócio possui capital de giro suficiente para custear suas atividades.

A empreendedora busca tornar o ambiente de trabalho agradável, seguro e produtivo utilizando a filosofia do programa ‘5S’ aplicando os sentidos de utilização, de ordenação, de limpeza, de saúde e de autoestima. Como também seguir as orientações da ANVISA e vigilância sanitária.

O Salão de Beleza Joana diferencia-se dos seus concorrentes adotando como posicionamento estratégico a liderança preço-custo, o empreendimento presta serviços de qualidade à comunidade feminina palhocense, principalmente às moradoras do bairro no qual está localizado de maneira mais efetiva e com preços mais atrativos que seus concorrentes.

Na visão da empreendedora o negócio possui como pontos fortes: local próprio, boas instalações, experiência nos serviços prestados e clientes já fidelizados, quanto aos pontos fracos a gestora descreve a inflexibilidade nos horários de atendimento. Diante dos atributos organizacionais apresentados desenvolveu-se o plano de negócios do Salão de Beleza Joana, a análise dos resultados obtidos será exposta a seguir.

4. PLANO DE NEGÓCIOS DO SALÃO DE BELEZA JOANA

O plano de negócios é uma ferramenta de gestão norteadora para o desenvolvimento e manutenção de um empreendimento perante a conjuntura econômica

atual, que demanda planejamento por parte de seus administradores. A chave para o sucesso organizacional neste cenário é alinhar os recursos disponíveis às bases estratégicas da empresa - missão, visão e valores.

A estrutura de plano de negócios utilizada foi desenvolvida com base nas propostas de autores da disciplina: Baron e Shane (2007), Bernardi (2010a) e Dornelas (2008), as informações foram compiladas e adequadas à realidade do empreendimento. Com o intuito de fundamentar o plano de negócios a acadêmica serviu-se de documentos disponibilizados pela empreendedora, análise do setor de atuação da empresa, além de pesquisa aplicada aos clientes e clientes em potencial.

A partir da confecção do plano de negócio foi possível realizar um estudo detalhado do Salão de Beleza Joana para sua reestruturação. Tal estudo forneceu à empreendedora conhecimentos aprimorados a respeito da organização, do mercado e da nova estrutural legal - microempreendedor individual - para enquadramento do negócio, que subsidiarão tomadas de decisões futuras. O empreendimento oferece aos seus clientes serviços de corte, coloração, lavagem e escova de cabelos, depilação corporal e facial, manicure e pedicuro.

O Salão de Beleza Joana atua num mercado que desconhece crise econômica, o mercado da beleza, e que está em constante expansão. Observou-se que o setor apresenta uma expectativa, segundo ABIHPEC, de crescimento em 30% para 2011. Neste contexto favorável o salão atua objetivando cumprir a missão de oferecer serviços de excelência, contribuindo para o desenvolvimento da beleza e da manutenção da autoestima de seus clientes.

Aliando valores organizacionais aos fatores chave de sucesso a gestora pretende alcançar a visão do empreendimento em: ser reconhecido como sinônimo de qualidade, de praticidade, de conforto, de higiene e de pontualidade nos serviços prestados no município de Palhoça/SC até 2015. O empreendimento estabelece frente aos concorrentes a liderança preço-custo como posicionamento estratégico. A proposta de reestruturação do empreendimento delineou objetivos e metas tangíveis para sua concretização.

A análise SWOT efetuada proporcionou melhor conhecimento do Salão de Beleza Joana, apontou-se a carteira de clientes fidelizados, experiência da empreendedora e imóvel próprio como pontos fortes; quanto à oportunidade vislumbrada destaque para a expansão do mercado. As principais ameaças consistem no elevado número de concorrentes e novos entrantes, e ponto fraco o desconhecimento

dos preços praticados pelos concorrentes, ratificado na pesquisa de satisfação dos clientes quando 100% dos pesquisados classificam como barato o preço dos serviços.

A pesquisa aplicada aos clientes trouxe informações relevantes quanto ao perfil de consumo e grau de satisfação, pode-se observar desde o poder aquisitivo até a assiduidade na compra dos serviços. Os resultados aferidos demonstram que 76,47% dos clientes pesquisados classificam o atendimento do Salão de Beleza Joana como muito bom. Identificou-se a oportunidade de oferecer serviços de massagem (47,06%) e a fidelização de 64,71% dos pesquisados em continuar frequentando o estabelecimento numa possível mudança de endereço.

O desenvolvimento da pesquisa com cliente potencial possibilitou conhecer o perfil de consumo dos clientes de salões de beleza estabelecidos no bairro. A análise evidenciou os serviços mais utilizados (cabelo 87,14% e depilação 83,87%) e a exigência fundamental na escolha do estabelecimento, sendo a qualificação profissional cotada com índice de 58,33%. Além disso, essa pesquisa permitiu identificar a publicidade do empreendimento revelando baixo indicador, apenas 17,99% dos pesquisados afirmaram conhecê-lo. Entretanto, daqueles que não o conhecem 24,34% manifestaram interesse em conhecer o Salão de Beleza Joana.

A construção do plano financeiro possibilitou a inferência dos benefícios relativos à reestruturação do empreendimento. Primeiramente, faz-se necessário destacar que não há investimento inicial a ser realizado, pois o salão dispõe de todo maquinário e equipamento necessários à prestação de serviços devido seus 18 anos atuação no mercado, trata-se de uma reestruturação substancialmente administrativa.

Até o presente estudo a empreendedora não mantinha controle financeiro formal, mesmo adotando tal conduta, após levantamento dos dados históricos foi contabilizado para o ano de 2011 a projeção de faturamento no valor de R\$12.000,00. Considerando o crescimento previsto para o setor obteve-se as projeções de R\$15.600,00 em 2012 e R\$ 20.280,00 para 2013.

Com relação às despesas fixas, verifica-se que não sofrem grandes oscilações nas projeções efetuadas: 2011 com R\$9.405,84; R\$9.430,19 em 2012 e para 2013 o valor de R\$10.064,48. Em relação à projeção observa-se que 73% em média das despesas fixas são referentes ao pró-labore da empreendedora, valores justos a sua atuação no desenvolvimento das atividades organizacionais.

As despesas variáveis apresentam determinada estabilidade nas previsões, não impactando significativamente nos demonstrativos financeiros, pois o valor dos

insumos utilizados é inversamente proporcional ao rendimento ocasionado. As projeções para despesas variáveis resultaram os valores de R\$1.265,85; R\$1.473,54 e R\$1.751,98, respectivamente para os anos 2011, 2012 e 2013.

Há um incremento gradativo nos resultados líquido do exercício de R\$1.328,31 em 2011 considerando a atual estrutura do negócio, para R\$4.696,27 em 2012 e R\$8.463,54 em 2013 avaliados a nova estrutura legal do empreendimento e o crescimento do setor. Neste contexto, ao final do terceiro ano o Salão de Beleza Joana, em conformidade com o fluxo de caixa previsto, acumulará o saldo de R\$8.463,54.

Para auxiliar no exame financeiro e identificar a viabilidade da reestruturação proposta do empreendimento, fez-se uso dos indicadores ponto de equilíbrio e lucratividade líquida. O ponto de equilíbrio é um indicador financeiro que informa ao gestor o volume necessário de vendas, no período considerado, para cobrir todas as despesas do empreendimento, observa-se ponto de equilíbrio de 87,63% para 2011, no ano de 2012 a projeção alcança o percentual de 66,76%, enquanto para 2013 o valor é de 54,32%.

Enquanto a lucratividade líquida demonstra a capacidade de capitalização do negócio, verifica-se que o empreendimento possui lucratividade líquida de 11,07% para o ano 2011, em 2012 o percentual de atinge 30,10%, já para 2013 a previsão deste indicador obtém o valor de 41,73%. Aferidos, observa-se a estrita relação existente entre estes indicadores e o faturamento alcançado pela organização. Faturamento e lucratividade líquida apresentam ascensão, já o vínculo faturamento-ponto de equilíbrio é inverso.

O estudo aprofundado do plano financeiro expõe o benefício primordial da reestruturação do Salão de Beleza Joana: a redução da carga tributária. A alteração da estrutura legal de profissional autônomo para microempreendedor individual - MEI revela os índices de redução de tributos em 70% no primeiro ano de atuação e 63% no segundo, a diferença de percentual refere-se às isenções previstas em lei para a regularização do microempreendedor individual.

Ao julgar a atuação do empreendimento no cenário pessimista projetado verifica-se igualmente quão benéfico é a diminuição dos tributos, a reestruturação possibilita a manutenção do estabelecimento e efetivação de suas obrigações financeiras. O demonstrativo de resultado do exercício para 2011 alcançaria o valor de apenas R\$128,31, enquanto as projeções considerada a reestruturação os valores de R\$3.136,27 em 2012 e R\$6.435,54 para 2013.

Os benefícios para atuar na formalidade como MEI para a gestora são inúmeros e correspondem além de indicadores financeiros. Terá acesso a serviços bancários, segurança jurídica, cobertura previdenciária (auxílio-doença, salário-maternidade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílio reclusão) e possibilidade da contratação de até um funcionário com menor custo (3% previdência e 8% FGTS).

Salienta-se ainda em favorecimento à reestruturação do empreendimento a peculiaridade de atuação no mercado. A empreendedora possui 18 anos de experiência no negócio, nesse período aferiu os investimentos iniciais realizados e capital de giro suficiente para conservação do empreendimento, que possui um índice de endividamento zero. As despesas existentes referem-se à manutenção do estabelecimento.

Outro ponto relevante é o desempenho das atividades administrativas e operacionais de responsabilidade restrita à gestora, por isso a disseminação dos objetivos determinados neste plano de negócios e as metas traçadas para alcançá-los são imediatamente absorvidos, elevando os índices de sucesso e desenvolvimento do Salão de Beleza Joana.

Neste contexto, a concretização de um cenário pessimista ou a estagnação do mercado seria administrada sem maiores preocupações, a atuação somente da empreendedora facilita a reorientação de estratégias para atingir os objetivos organizacionais, como por exemplo: a manutenção do pró-labore no período de crise, o uso racional dos insumos evitando desperdícios, gerência de despesas com publicidade etc.

Fundamentado nas análises efetuadas durante o desenvolvimento do plano de negócios, bem como nas exposições acima, torna-se evidente que a reestruturação do Salão de Beleza Joana é plenamente exequível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste artigo trouxe como tema de estudo o plano de negócios, uma ferramenta de gestão utilizada no ambiente organizacional para demonstrar a viabilidade de um empreendimento, seja ele um negócio novo ou não. O

plano de negócios reúne informações relevantes que subsidiam as tomadas de decisões dos administradores.

Diante do objetivo basilar deste estudo: identificar a reestruturação do Salão de Beleza Joana, logrou-se êxito; ao elaborar revisão de literatura com base em autores da área de administração, empreendedorismo, micro e pequenas empresas, serviços e plano de negócios, com o intuito de fundamentar teoricamente o trabalho. A caracterização do empreendimento, bem como a elaboração do plano de negócios permitiu uma análise profunda da organização revelando pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades a serem administradas; elencou informações importantes a respeito do mercado em que está inserida, direcionando a reestruturação do empreendimento.

Neste momento cabe ressaltar a aprovação em Plenário do Projeto de Lei Complementar 87/11, o qual reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no SIMPLES Nacional. Com a mudança, os limites de enquadramento do faturamento anual aumentarão de R\$240 mil para R\$360 mil para as microempresas e de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões no caso das pequenas empresas. Já para o empreendedor individual, o reajuste será de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil ao ano. A matéria será encaminhada para análise do Senado e posterior sanção da presidente da República, o reajuste entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012.

Pode-se observar que o estudo desenvolvido ratificou a viabilidade de reestruturação do Salão de Beleza Joana no município de Palhoça/SC e será oportuno como embasamento para a realização de estudos mais aprofundados sobre o próprio empreendimento. Convém, entretanto propor a elaboração de um planejamento estratégico a fim de que o empreendimento se consolide cada vez mais no mercado de modo a oferecer serviços de excelência, contribuindo para o desenvolvimento da beleza e da manutenção da autoestima de seus clientes.

ABSTRACT: Modern society is made up of different organizations responsible for meeting human needs. In this context, organizations competently administered the achievement of higher standards of quality of life. The development of this article aimed to identify the feasibility of restructuring the Beauty Salon Joana - venture entered the beauty market - through developing a business plan. The business plan is a management tool used to demonstrate the feasibility and likelihood of success of the enterprise market, as well as to monitor and establish projects aimed at organizational growth, drives his writing analyzes the business environment, objectives, strategies, skills

investments, resources and provides information about the weaknesses, threats, opportunities and strengths of the company. We tried to subsidies for making the study the concepts of management, entrepreneurship, micro and small enterprises, services and business plan. In this work we opted for the inductive method and the main instrument for data collection was a bibliographical research, exploratory and descriptive, and the results analyzed from the qualitative and quantitative standpoint. The objective was achieved, the analyzes performed described a restructuring favorable to the enterprise.

KEY-WORDS: Business Plan; entrepreneurship; management.

6. REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. **Panorama do Setor**. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/conteudo/panorama_do_setor_2010-2011-14042011.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2011.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração**: das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: M. Books, 2007.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo uma visão do processo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de plano de negócios**: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas, 2010.
- _____. **Manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2010b.
- BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 12 maio 2011.
- _____. Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 12 maio 2011.
- _____. **Projeto de Lei Complementar 87/2011**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/economia/202036-aprovada-ampliacao-dos-limites-de-enquadramento-no-simples-nacional.html>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker**. São Paulo: Nobel, 2002.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing**: gerenciamento e serviços. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LOVELOCK, Christopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços**: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

_____. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O que é?**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/oque.php>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cartilha do microempreendedor individual V1**. São Paulo. Disponível em: <http://empreendedorindividual.sp.sebrae.com.br/documento/mei_volume1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

O CONCEITO DE ‘IDENTIDADE’ NA CHINA CLÁSSICA

Fernando Maurício da Silva (FMP)

RESUMO: O assunto em questão é a identidade ou indicação 指 [zhǐ]. O problema inicia historicamente com a relação entre o discurso 道 [dào] e os termos 名 [míng], entendidos segundo a noção de “harmonia” 和 [hè], fluxo 沖 [chōng], tempo-vivido 恒 [héng], duração” (久 [jiǔ]) e coexistência 同 [tóng], no *Laozi*. Modifica-se na obra de Mozi na relação entre combinação 调 [diào] e debate 辯 [biàn], pensados em torno do escopo entre termo 名 [míng], linguagem 辯 [biàn], coisa 物 [wù] e “real” 法 [fǎ]. Enfim, o problema da indicação 指 [zhǐ] retorna com a noção de harmonia através da analítica dos “cortes” 辯 [biàn] lingüísticos, com o perspectivismo de Zhuangzi.

PALAVRAS-CHAVE: indicação 指; conjunto 同; linguagem 辯.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma breve apresentação da discussão clássica chinesa em torno do conceito de Identidade 指 [zhǐ] em seus diversos sentidos. Os autores são os expoentes principais: Laozi, Mozi, Gong Shu Long e Zhuangzi. O tema assim se apresenta como vetor para uma constelação de questões. A filosofia na China é escrita desde a antiguidade, a exemplo da Legislação da mesma, pouco oral, muito extensa e longamente comentada. Tornou-se contemporânea ao ocidente desde o século XIX e é injustificado seu distanciamento. Na atualidade da filosofia, portanto, cabe a obrigação desta aproximação quando conceitos aí originados são importantes auxiliares para uma genealogia de parte da razão européia, como é o caso conhecido de Leibniz.

2. HARMONIA E DURAÇÃO: O LAOZI.

Desde a Dinastia Zhou, o problema da identidade é colocado ao lado de conceitos reflexivos de variados tipos. Assim, a obra clássica *Laozi* utiliza pela primeira vez o termo 和 [hè] (harmonia) em referência a *yin yang*, mas não para explicá-los: “*Dào* gera um, um gera dois, dois gera três, três gera todas as coisas; atrás de todas as coisas há escuridão e diante há claridade (萬物負陰而抱陽); o jorrar 沖 [chōng] do sopro (氣) [qì] se faz harmonia 和 [hè]” (*Laozi* XLII). Nas festividades públicas daquele período, o termo 和 [hè] aplicava-se a “ligação” entre macho e fêmea, sons graves e agudos, sabores salgados e doces, etc. A novidade do *Laozi* é fazer este conceito valer em referência a um jogo de conceitos reflexivos, incluindo indiretamente o par *yin yang*, em sentido ainda não amplo como ocorrerá no *Zhuangzi* e no *Mozi*.

São conhecidos os versos iniciais do *Laozi*: “Curso 道 [dào] que se pode discursar não se mantém 常 [cháng] discursando; [porque] nome 名 [míng] que se pode nomear não se mantém 常 [cháng] nomeado. “Não nome 無名 [wú míng]: origem 始 [shǐ] do céu e da terra; Há nome 有名 [yǒu míng]: mãe 母 [mǔ] de todas as coisas” (*Laozi* I). Trata-se do conjunto das coisas (a) que se geram ou vêm à luz 生 [shēng] desde o *Dào* (curso, discurso-guia), (b) que possuem luz e escuridão dispostas e (c) cujo

sopro ou impulso se harmoniza. Por um lado, o *Laozi* joga com a ambigüidade dos termos 生 [shēng], 母 [mǔ] e 始 [shǐ], distinguindo “nascer” (causa), “origem” (começo) e “mãe” (origem-material). Por outro lado, enquanto em XLII “jorrar a diante” ou “verter com ímpeto” (沖 [chōng]) é o conceito central, “continuidade” 常 [cháng] será o caso do Capítulo I. O termo 和 [hè] (harmonia) está, portanto, ligado a noção de “fluir” (沖 [chōng]), que no contexto de toda obra é sempre referido ao termo “movimento contínuo” (常 [cháng]). Portanto, ainda que *yin yang* não sejam conceitos chaves do *Laozi*, sua ocorrência está incluída na discussão comum acerca da mudança das coisas, 易 [yì] na linguagem dos *Zhou*.

Além disso, é notório que os primeiros versos do Capítulo I começam aplicando o termo 常 [cháng] para questionar o valor do *discurso* (道 [dào]) e dos *termos* (名 [míng]) de um discurso. A mínima familiaridade com a história chinesa antiga permite saber que esta discussão permeia toda a filosofia da época, sobretudo no “taoísmo” de Zhuangzi, no mestre deste, Hui Shi, e em seu opositor, Mozi. Portanto, *yin yang* são conceitos vinculados a discussão sobre a Mudança ou Movimento 常 [cháng], bem como ao valor e estrutura da linguagem (道 [dào]) e seus termos (名 [míng]), que igualmente mudam. Por isso é preciso analisar estes dois aspectos em cada um destes autores.

常 [cháng] é sinônimo de 恒 [héng], este último o termo mais freqüente do *Laozi*, depois de 道 [dào], 德 [dé] e 無 [wú]. Porém, 恒 [héng] é usado em um sentido positivo, enquanto 常 [cháng], negativo: utiliza-se 常 [cháng] para dizer o movimento imutável ou invariável das coisas (que no *discurso* sobre elas e nos *termos* que as nomeiam seria impossível) e 恒 [héng] (muitas vezes *héng dào*) para dizer “viver por mais tempo” ou “tempo vivido não interrompido” do sopro (氣 [qì]) das coisas e dos homens. A tese geral do *Laozi*, portanto, consistirá em afirmar que uma palavra-guia 道 [dào] do “tempo-vivido” 恒 [héng] jamais pode ser constante 常 [cháng]. O ato de fixar *termos* 名 [míng] para as *coisas* 物 [wù] é estabelecer uma relação de determinação do discurso que guia a ação 道 [dào], o que justamente compreende a interrupção do *tempo*

vivido 恒 [héng]. A noção que orienta o *Laozi* para defender esta tese é a de *origem* 始 [shǐ] (para céu e terra) e *mãe* 母 [mǔ] (para o conjunto das coisas). Em outras palavras, o *Laozi* consiste em meditar sobre o *acontecimento do tempo-vivido* em função do seu ter nascido e possível interrupção com a morte prematura. As coisas são o seu já ter nascido, cujo “mistério” (conforme ultimo verso do Capítulo I) impõe o tempo vivido 恒 [héng].

Como se vê este problema filosófico consiste na discussão sobre a mudança temporal e sobre a denominação das coisas. Tempo e linguagem compõe um dos eixos da especulação chinesa clássica. A questão subjacente no *Laozi*, enunciada posteriormente no *Zhuangzi*, é responder se o tempo de vida pode ou não ser espontâneo. Ter-nascido e poder interromper o tempo-vivido 恒 [héng] são da ordem do não-discursável, o que significa que o *Laozi* precisa pensar a relação entre tempo e linguagem em uma diretriz inteiramente diversa do *Mozi*. Se em Confúcio o conceito de 恒 [héng] já é pensado como valor ético determinante, no *Mozi* é justamente na definição do *movimento* que tal conceito aparecerá. Analisar esta passagem e sua diferença com o *Laozi* é indispensável para se compreender em que sentido o *acontecer-temporal* é questão filosófica quando defrontado com o acontecer da linguagem.

Ao distinguir a etimologia de 恒 [héng] e 常 [cháng] se obtém a primeira pista para incluir-se neste problema: 常 [cháng] pode ser usado como unidade de medida de comprimento, pois, incluindo o radical para “saia”, refere-se à medida para o alfaiate confeccionar roupas. Ora, o primeiro filósofo a usar este conceito é Mozi, ao afirmar que 常 [cháng] é o estandarte (critério) constante do discurso-guia (道 [dào]) para resolver os problemas de direito enquanto certo e errado, benéfico e não benéfico ou admissível e inadmissível. Ou seja, no *Mozi*, 常 [cháng] significa o que pode ser estabelecido como medida-constante na ordem do discurso. Por isso, o *Laozi* consiste em uma contra-argumentação a Mozi e Confúcio, que pretenderam estabelecer critério para o discurso-guia. É quando o Cânone moísta precisa explicitar o *lugar* (所 [suǒ]), o *movimento* (動 [dòng]) e a *duração* (久 [jiǔ]), que o conceito de 常 道 [cháng dào] surge na obra:

1. Cãnone: a duração inclui todos os tempos particulares. Exposição: os tempos formadores e os tempos presentes combinam-se, aurora e crepúsculo são combinados juntos para formar o duradouro. Cãnone: o espaço inclui todos os lugares. Exposição: leste e oeste, sul e norte, estão todos encerrados no espaço. 2. Cãnone: movimento no espaço requer duração (continuidade). A razão é dada sob “antes” e “depois”. Exposição: no movimento, o móvel deve primeiramente vir do que está mais perto e só depois ir para o que está mais longe. O perto e o longe constituem espaço. Anterior e posterior constituem a duração. Uma pessoa que se move no espaço requer duração (paciência). 3. Cãnone: espacialidade: os limites (contornos) do espaço são constantemente mutáveis. A razão é dada sob “extensão”. Exposição: existe o sul e o norte na manha e novamente na aurora e no crepúsculo. Espaço, entretanto, já mudou seu lugar (a tempo).

Estas conceituações são de ordem mecânica e geométrica, típico do moísmo e outros autores da mesma época. O tempo é pensado como um contínuo espaço-temporal-prático, no sentido de número infinito de espaços e tempos locais coexistentes. A extensão espaço-temporal é pensada como uma linha infinita, cujas partes são extensivamente mutáveis. O mais relevante a ser notado é que o autor está conceituando o tempo (duração) sem pressupor o próprio tempo, como fizera o grego pré-socrático ao afirmar que o tempo (*cronos*) se converte em fluxo infinito (*apeíron*) ordenado por número (*kósmos*). Operando com um pensamento imanente, o *Mozi* concebe um *contínuo-mutável-extenso*, ou seja, que algo está constantemente passando de um momento para outro enquanto sua localização está constantemente mudando. Esta concepção é limitada a mecânica – justamente sobre o que recairá a crítica de Zhuangzi –, mas mostra o pragmatismo da época: em distinção a dialética grega que pensara o problema do tempo e do movimento a partir das distinções entre uno-múltiplo, determinado-indeterminado e contínuo-contíguo, os chineses dedicaram-se a relação entre semelhança-diferença e contínuo-contíguo, sob os títulos “universais” de *yin yang*. *Mozi* não define o espaço como união de pontos, mas de lugares: enquanto o “ponto” implica na fragmentação do próprio espaço pela exterioridade entre eles, o lugar-mutável concebe uma parte aberta ou livre do espaço como um todo. Neste sentido, o espaço não é pensado como medida, mas como conjunto de lugares-abertos. Esta abertura chama-se, no limite, perto e longe, razão pela qual se deve afirmar que “os limites do espaço são constantemente mutáveis” ao longo do tempo. A importante consequência é que o todo será primordial, já que as partes estão sendo pensadas como regiões *próximas* entre si.

O problema, entretanto, é como pensar o diferente que assim forma um todo unívoco. Como distinguir os *discretos*, como norte e sul ou direita e esquerda? Este problema foi colocado pelos paradoxos de Hui Shi, filósofo da Escola dos Nomes e contemporâneo a Zhuangzi: “o sol do meio-dia é o sol declinante, a coisa nascida é a coisa morrendo; indo para o Estado de Yue hoje, chego lá ontem” (*Zhuangzi*, XXXIII). Este paradoxo consiste em negar a universalidade de tempo e espaço e concebê-los pragmaticamente nas próprias coisas, o que esvazia as diferenças gerais e implica na aparente contradição no campo da *utilidade*. No *momento* do meio-dia o sol é declinante em outro *lugar*, assim como a perspectiva também será variável entre nascer e morrer, se for diversa a direção (antes ou depois) em que se os considera. Hui Shi, longe de produzir sofismas, constrói paradoxos que radicalizam o pensar de sua época. É este problema que o *Laozi*, o *Mozi* e o *Zhuangzi* esforçam-se por resolver.

O taoísmo consistirá em aceitar esta crítica ao *Mozi*, mas não decidir-se pelo relativismo, já que este não é capaz de dar conta do 恒道 [*héng dào*], limitando-se ao 常道 [*cháng dào*]. Mozi e Hui Shi pensam o todo a favor do particular *in concreto* e Laozi e Zhuangzi pretenderão colocar um “universal” que não precise, entretanto, ser pensado como um pressuposto *in abstracto*. Zhuangzi argumenta que o moísmo permanece dentro de uma das diversas perspectivas possíveis, assim como Hui Shi não seria capaz de pensar a unidade destas partes enquanto acontecimento. A resposta taoísta consistirá em distinguir a temporalidade das coisas e a temporalidade do *dào*, 恒 [*héng*] e 常 [*cháng*]: “espaço existe, mas não pode ser reduzido aos locais; o tempo é duração, mas não pode ser reduzido aos tempos iniciando e finalizando” (*Zhuangzi*, XXIII), noção derivada do conceito de tempo-vivido 恒 [*héng*] do *Laozi*.

A metáfora que o *Laozi* utilizará para pensar o 恒道 [*héng dào*] é o fluxo da água, tal como ocorrera no fragmento sobre o *yin yang* quando se falou em 冲 [*chōng*]. Ninguém pretenderia pensar a duração da corrente de água fragmentando-a em lugares e momentos. O *Laozi* recorre a este exemplo para questionar o critério moísta, já que não é possível relativizar *in concreto* as “coisas” componentes da água. Ora, 恒 [*héng*] se compõe do radical “encerrar tudo e navegar” (亘 (𠂔) [*gèn*]), podendo expressar o movimento contínuo de uma nau no rio, da lua no céu, etc. 亘 (𠂔) [*gèn*] denota o fluxo

através de um caminho que se expande para todos os lugares, sentido que se pode observar no *Livro da Música* quando se diz “encerrando a lua e o aterrizando do sol”. Também se tornou comum utilizar-se a metáfora de um redemoinho ou de um ciclone, como fluxo que se expende e envolve. Entretanto, assim como o *Mozi* define 恒 [héng] como “duração” (久 [jiǔ]), ao afirmar que este último é o “constantemente mutável” e o “expansivo de lugares”, também o *Laozi* XVI refere-se a 恒道 [héng dào] como guiar-se de acordo e o explica como “duração” (久 [jiǔ]). Porém, no *Laozi*, o termo (久 [jiǔ]) deixa de referir-se a cada coisa particular e passa a significar a duração da vida espontaneamente, livre de riscos ou sem interrupção (Capítulos VII e LVII). Trata-se de indagar pelo modo de existir “naturalmente” (espontaneamente) 自然 [zì rán], em distinção ao mero sobreviver e a morte prematura. Ou seja, o conceito de 恒道 [héng dào] permitiria distinguir a duração (久 [jiǔ]) do perecimento 已 [yǐ] (*Laozi* XXX e XXXV), do perigo 殆 [dài] (*Laozi* XVI e LII) e do desastre 殃 [yāng] (*Laozi* LII): “evitar perigo de vida é chamado *héng*”, “qualquer coisa contrário ao *dào* não viverá sua vida natural”. Entrementes, note-se que a língua chinesa não possui nenhum termo antigo próximo ao latim *natura*, mas é possível traduzir certos termos por “natural” quando este é aplicado no sentido de “espontâneo”.

O *Laozi* define o fluxo espontâneo da vida 恒道 [héng dào] como durar vivendo (久 [jiǔ]). Assim se compreende o sentido do enunciado do Capítulo II: “assim, *héng* é como presença (有 [yǒu]) e não presença [de] algo”, em oposição à tese moísta que pensa *héng* como diferenciação linear. Com isto, o conceito laoziano de 恒 [héng] explicar-se-á como 對反 [duì fǎn] *juntar em dupla, diferenciação mútua*. Trata-se de pensar como os diferentes (alteridade) formam unidade ou produzem um ao outro. Não só dentro e fora são *opostos*, mas mãe e filho estão sob *alteridade* e, entretanto, admitem uma *unidade por continuidade ou duração*. Este é o problema taoísta que só com os Han será definitivamente associado às questões da Escola YinYang.

O *Laozi* fornece a lista dos seguintes casos de conceitos reflexivo-combinatórios: “Presença e ausência produzem-se mutuamente (相 [xiāng]); difícil e fácil complementam-se mutuamente; longo e curto contrastam mutuamente; alto e baixo

convergem mutuamente; som e tom harmonizam-se mutuamente; antes e depois seguem-se mutuamente” (*Laozi* II). Traduzimos 有 e 無 por presença e ausência para evitar a forma verbal “haver” (ou “ter”) e “não haver”, já que os versos seguintes estão todos na forma substantivada e sobretudo porque, em chinês, os termos podem ser compreendidos como substantivo ou verbo, de forma que presença e ausência são os melhores equivalentes em português. Este conhecido capítulo não está desenvolvido sob o critério dos conceitos de *yin yang* e a ocorrência do termo “harmonia” tão pouco vem associada a isso, o problema filosófico em questão é anterior ao uso técnico de *yin yang*. O que o *Mozi* e o *Zhuangzi* perceberão remotamente nos conceitos de *yin yang* diz respeito ao problema da *relação entre unidade e diferença*, de modo que o *Laozi* é a primeira obra a oferecer um conceito que trate destes dois níveis como um único todo. 相 [xiāng] é explicitado como *juntar em dupla* (對 反 [duì fǎn]), ou ainda como *retorno-duplo (dos diversos)* 返 复 [fǎn fù], *voltar-constante* 复 返 [fù fǎn] ou *retorno-cíclico* 回 复 [huí fù]. Seja como oposto, como diferente ou como alteridade, em todos os casos o critério é pensar o *curso-temporal-vivido* 恒 道 [héng dào] enquanto mutualidade dos diferentes na unidade do retorno.

O *Laozi* serve-se do termo *fluxo* 冲 [chōng], literalmente “jorrar adiante”, ocorrente naquela passagem em que se lê *yin yang* (Capítulo XLII), cujo sentido deve ser compreendido como a interação daquilo que transcorre “jorrando adiante”. Pode-se ler mais exatamente no Capítulo IV: “O *Dào* *jorra a diante* (flui) sem cessar. Pode ser usado, mas sua capacidade nunca se extingue. Profundo: parece anterior a todas as coisas. Abissal: parece existir.” Este argumento do *Laozi* é muito significativo para a época: o *Dào* (curso que coloca sentido, discurso que guia) parece existir, mas não é uma coisa entre outras, ou ainda, parece anterior as coisas e, entretanto, não é determinável por medição temporal 常 [cháng], já que sua temporalidade (恒 [héng]) justamente se caracteriza por um fluir 冲 [chōng]. Por isso a presença ou ausência, haver ou não haver (有 無), bem como as demais determinações reflexivas (alto/baixo, antes/depois, som/tom, difícil/fácil e longo/curto), não são suficientes para predicar o *Dào*, porém não são prescindíveis. Sendo *insuficientes e imprescindíveis*, é a sua *mutualidade* que permite falar de um 恒 道 [héng dào]. Os predicados reflexivos

existem em função das coisas e, não sendo o *Dào* uma coisa, nem por isso existe independente de tais relações, mas justamente na *impossibilidade de separação* destes atributos uns dos outros como se fossem coisas. Se a chamada “essência” designa o permanente na coisa sem ser atributo coisal, então poderíamos falar aqui em *atributo insuficiente e imprescindível* quando a essência for pensada como duração *in concreto*. Um cavalo pode ser alto ou baixo, mas o próprio “alto” ou “baixo” não existe sem o cavalo, assim como o *Dào* não existe como coisa e sequer sem a mutualidade de alto e baixo. O fluxo de um rio não existe sem a água nem sem as margens do rio, mas o fluxo não é nenhuma destas condições materiais deste rio. Partindo de critérios temporais (o ter-nascido, o movimento de retorno e o fluir), o *Laozi* foi capaz de conceber o *Dào* (discurso indicador de sentido) como um tipo de existência que não é ao modo de uma coisa 物 [wù], nem ao modo das palavras 名 [míng], e que, portanto, não pode ser expresso pela distinção entre coisa e termo, conforme pretenderam os filósofos da Escola dos Nomes.

Diferentemente do *Mozi*, que trata da relação entre semelhança e diferença semanticamente, o *Laozi* recorre a uma tematização do próprio tempo dos acontecimentos e a distinção entre linguagem nominativa e metafórica. Por um lado, o *Dào* não tem referência, pois seu “nome” é um artifício produzido justamente pela ausência de termo: “Há algo indefinido (...). Não sei seu nome, dou-lhe a grafia “*Dao*”; se forçado a nomeá-lo digo “grande”. Grande soa “além”, além soa “longínquo” e longínquo soa “retornante” (*Laozi*, XXV). Não admite predicação determinante, mas é percebido na mutualidade entre elas; não existe como uma coisa ou não coisa e, entretanto, inclui tudo, já que nenhuma coisa é dita existir, predicada ou referida, sem um *Dào*; enfim, parece como um existente, um princípio, um Senhor do Céu ou uma causa primeira e, entretanto, justamente é “nada” (“não se pode perguntar de quem ele é filho”). Por outro lado, a única forma de falar disto que nem é nem não é, consiste nas metáforas: “a porta das admirações” (*Laozi*, I); “raiz do Céu e da Terra” (VI); “parece antecessor de todas as coisas” (IV); “abismo” (sem fundo) ou “centro vazio” (XVI). O grafema 道 [dào] é, por si só, uma metáfora (XXV), é metafórico e não nominativo porque não há nada aí para ser nomeado ou referido, bem como isso do qual se fala “não é isso nem aquilo”, mas o acontecimento que se dá *além* dos diversos e, entretanto, *aquém* destes.

O *Laozi* é uma teoria do acontecimento enquanto acontecimento, ou seja, em sua atualidade. Assim se compreende porque a referência acerca de *yin yang* veio acompanhada da noção “harmonia”: a música é a única arte cuja obra se realiza exclusivamente em ato, pois o músico e qualquer outro ouvinte somente experimentam a música em sua *duração* (久 [jiǔ]) ou execução. É o problema da duração que levará o *Mozi* e o *Zhuangzi* a insistirem em termos musicais para falar de *yin yang* e demais termos reflexivos. O *Dào* denomina a existência espaço-temporal de cada coisa e de todas enquanto dura seu acontecer. Apesar do *Dào* ser predicado como “além das coisas”, o acontecimento é compreendido como não teleológico: “O Céu e a Terra não são benevolentes, pois para eles os homens são como cães de palha destinados ao sacrifício (...). O espaço entre Céu e Terra é como um fole: esvazia-se e volta a encher¹” (*Laozi*, V). Além disso, a duração é compreendida conforme a finitude, e por isso o *Dào* também está aquém das coisas: “uma tempestade não dura o dia inteiro; um terremoto não dura uma manha; Quem os produz é o céu e a terra; se o céu e a terra não podem produzir nada de duradouro, muito menos o homem.” (*Laozi*, XXIII). Céu e terra são *duradouros* (não eternos) (久 [jiǔ]) assim como as coisas são *contínuas* (portanto, mensuráveis e nomeáveis) (常 [cháng]), mas o 道 [dào] é 恒 [héng], ou seja, *fluir* (冲 [chōng]) *espontâneo* (自 然 [zì rán]) ou ao acaso². Portanto, deve-se distinguir três noções temporais no *Laozi*: (1) o fluir das coisas como duração (久 [jiǔ]) do céu e da terra; (2) o fluir das coisas no *Dào* como ter-nascido ou vivendo (acontecendo espontaneamente) 恒 [héng]; (3) o próprio 恒 道 [héng dào], cujo fluir que nunca acaba.

Com efeito, o *curso-permanente* 恒 道 [héng dào] já foi definido como retorno-permanente (返 [fǎn]) e é neste tempo-vivido que as coisas fluem e céu e terra duram. As coisas são nomináveis enquanto se distinguem mutuamente, incluindo os conceitos

¹ O *Liezi* explica esta passagem afirmando que viver conforme regras ou viver desregradamente não faz qualquer diferença para a existência, assim como esclarece que o mundo é como um fole na medida em que ora as coisas vivem, ora morrem, como um sopro momentâneo.

² A palavra “acaso” ou “azar” é de origem árabe e provavelmente inclui-se na linguagem ocidental por meio do francês “*hasard*”. Comumente, os dicionários francês-chinês traduzem *hasard* por 偶 [ǒu] ou por 碰 [pèng]. A etimologia destes termos revela sua referência à inter-relação entre coisas, denotando par ou paridade: 碰 [pèng] tem, à esquerda, o radical para “pedras” e, à direita, para “continuidade” (escrita por dois conjuntos de traços iguais a cada lado e que se juntam), o que possivelmente remete a idéia de sucessão do poder entre governantes, onde cada qual marcava o “tom” das estações com pedras sonoras. O acaso, portanto, é pensado como continuidade de acontecimentos, mesmo quando em exercício de “jogo”, como no *Yi Jing*.

éticos e estéticos: “Quando surge no mundo o belo como belo, já há o feio; quando surge no mundo o bom como bom, já há o mau” (*Laozi*, II). Tais denominações não são contínuas (冲 [chōng]) da mesma maneira que as coisas pelo fato de suas diferenças estarem incluídas no fluxo do ter-nascido ou já-ter-surgido. Porém, como este *já ter acontecido* somente é conhecido em função das predicções reflexivas que as coisas admitem (belo/feio, bom/mau, alto/baixo, etc), o próprio *curso-perpétuo* 恒道 [héng dào] não pode ser conhecido como um princípio desta origem ou como efeito de uma causa anterior. O 恒道 [héng dào] não se conhece nem como princípio, nem como finalidade das coisas, não é dito nem causa, nem sentido, mas é sempre a cada vez reconhecido na *mutualidade* 相 [xiāng] do atuar das coisas 爲 [wèi]. Por isso não se trata de afirmar que há um princípio de retorno: sendo cada coisa seu acaso atual, a relação de mutualidade impõe a cada vez um modo do fazer 爲 [wèi] caracterizado por um jorrar (冲 [chōng]) retornante e permanente (返 [fǎn]) do já nascido 恒 [héng]. As coisas retornam porque nunca chegam a passar efetivamente, é o mesmo que sempre se repete porque tempo algum se move ou transcorre.

Segundo o *Laozi*, as coisas possuem uma dupla característica: sendo algo que já veio a existir 恒 [héng] (pensado enquanto agir 爲 [wèi]), (1) cada coisa está se fazendo a si mesma permanentemente (retornando) (返 [fǎn]) e (2) mantendo a si mesma (jorando a diante) (冲 [chōng]). É este duplo caráter que se chama 恒 [héng], e este termo explicita a metáfora do *Dào* por expressar uma duração que nunca morre ou permanece. Ora, uma vez que o 恒道 [héng dào] se conhece aquém e além das coisas, ou seja, imprescindivelmente desde as coisas, mas não dependentemente delas, então será enquanto “profundidade” que poderá ser pensado. Só assim se poderá entender porque o taoísmo Han interpretará no *Laozi* que *yin-yang* estão nas coisas sem depender delas, por serem mútuos não a partir delas, mas do 恒道 [héng dào]: “Ambos (presença e ausência) coexistem juntos, embora com nomes diferentes. Coexistir é o que se chama profundo, a profundidade do fundo, a porta de toda admiração” (*Laozi* I). O Capítulo IV explicita o *Dào* como Abismo (淵 [yuān]) e jorrar inesgotável (冲 [chōng]): “O Curso

flui e, no entanto, atua sem se esgotar. Abismo, como o ancestral de todas as coisas”. O jorrar a diante deve ser pensado no sentido de vaziar, como a água que vaza do espaço vazio de um vaso, como nos explica o Capítulo XI: “Trinta raios convergem no eixo da roda; é no vazio desta está o uso do carro. Com argila pode-se fazer um vaso; é no vazio do vaso tem-se o seu uso; abrindo-se portas e janelas pode-se fazer a casa; é no vazio daquela que a casa tem uso. Assim, o que há faz-se por meio do propício; E o que não há faz-se por meio da prática”.

Deve-se compreender o “jogo de palavras” entre 淵 [yuān], 玄 [xuán], 冲 [chōng] e 無 [wú]: o abismo 淵 [yuān] compreende a metáfora para o “sem fundo” ou “profundo” 玄 [xuán], bem como para o espaço vazio ou a ausência 無 [wú], do mesmo modo como o centro da roda, as janelas e portas da casa ou o interior de um vaso são úteis na medida em que as coisas estão ausentes. Assim, o 恒道 [héng dào] deve ser entendido como uma porta (espaço vazio) em que jorram as diversas coisas enquanto ações, não havendo *fundamento* para tanto (abismo). O mundo é uma ausência ou vazio, um livre não haver, ou seja, é pensado como *possibilidade* daquilo que há enquanto se faz, como um vaziar ou jorrar a diante. Portanto, este *em-curso* das coisas somente é possível justamente por não ter qualquer fundamento de sua possibilidade, sequer enquanto determinação linguística, seja como nome ou como causa.

Assim como o *jorrar adiante* é a metáfora para a presença atual das coisas no tempo, tal como ocorre na execução de uma música, o *profundo do abismo* expressa a coexistência 同 [tóng] das coisas neste jorro. Com efeito, a palavra traduzida por “profundo” (妙 [miào]) significa literalmente “preto”, “escuro”, “profundo”, “silencioso”, o que remete a noção do *Dào* como informe (em oposição à coisa, referida em função de sua *figura*) e não-nomeável. 妙 [miào], por sua vez, é composto pelos radicais para “mulher” e “raro” ou “imediatamente”, cujo sentido aproxima-se dos termos “misterioso” ou “admirável”. No Capítulo VI, o *Laozi* afirma que o espaço entre Céu e Terra é como um vale ao modo de uma *fêmea profunda* (玄牝 [xuán pìn]), o que forneceria o caráter de conservação as diversas atuações possíveis de cada coisa. Portanto, a *coexistência* 同 [tóng] é *silenciosa* no mesmo sentido que a *ausência* de objetos que preenchem uma porta mantém a porta útil.

Assim se compreende em que sentido o curso-vivido 恒道 [héng dào] consiste na coexistência sem fundamento ou *possível*. O jorrar adiante consiste no movimento de nascer e morrer das coisas, mas o próprio curso não “morre”. É neste sentido que o *Laozi* compreende a vida autêntica como morte natural ou não interrupção da espontaneidade da vida, caso em que 恒 [héng] é entendido como 朴 [pǔ], “madeira não talhada”, termo que nos capítulos XXXII e XXXVII referem-se à noção de “sem-nome”. Dizer que o 恒道 [héng dào] é o modo de viver como 朴 [pǔ] é explicado como *espontaneidade* (自然 [zì rán]) ou *agir não agindo* (爲無爲 [wéi wú wéi]), o que obviamente se segue da tese acerca da *ausência de fundo*.

3. SEMELHANÇA E DIFERENÇA POR ANALOGIA: O MOZI.

O *Mozi* (Capítulo VII) é o texto filosófico mais antigo a determinar *yin yang* por conceitos, onde se menciona a antítese quente-frio e depois *yin yang* em referencia ao Céu e ao curso do tempo, cujos conceitos são termos extraídos da música: “Um Rei faz surgir em tempo conveniente 节 (節) [jié] as quatro estações; faz combinarem-se 调 (調) [diào] *yin* e *yang*, a chuva e o orvalho”. Com efeito, 调 [diào] traduz-se por combinar, tom, melodia, enquanto 节 [jié] significa nó, articulação, juntura, segmento, seção, compasso. 节 (節) [jié] consiste na imagem do nó de bambu, designando a marcação ou medida do compasso musical. Por isso o sentido da afirmação do *Mozi* é “o Rei combina o *yin yang* marcando o compasso das estações”, princípio este que é o mesmo da medicina chinesa que surgirá originariamente entre os Han. Ambos são termos musicais, assim como o 和 [hè] do *Laozi*, também utilizado pelo *Zhuangzi*. 调 [diào] implica na combinatória e 节 [jié] na segmentação contigua ou articulação da unidade por combinação, de modo a dar conta da unidade entre os estados *yin* e *yang* e salvaguardar sua distinção. Porém, é no interior da epistemologia moísta que se pode apreciar o alcance desta conceituação. Com efeito, enquanto o *Zhuangzi* determinará *yin yang* no interior do problema *parte-todo*, o *Mozi* o fará devido ao problema da *causalidade*, mas ambos colaboram para resolver o problema da *Identidade*. O problema da *Identidade* é colocado inicialmente pela *Ming Jia* (Escola dos Nomes), torna-se um problema mais amplo no *Zhuangzi* e, então, vem a ser reconsiderado no

Cânone moísta. Porém, apesar da anacronia da datação deste Cânone, a análise destes capítulos fornecerá a diferença para com o *Zhuangzi*, a saber, a orientação pela categoria de *causalidade e unidade*.

É preciso começar por observar que o *Mozi* define o conhecimento como um “meio pelo qual se conhece, mas não necessariamente” (XLII), o que significa que não há saber sem a coisa 物 [wù] conhecida, de onde se segue que “o conhecimento é o encontro com o objeto”, não por correspondência, mas conforme a percepção da *forma* e da *figura*. Assim, os objetos são percebidos pelos sentidos e compreendidos pelo 心 [xīn]. Neste contexto, a tendência é traduzir *Xin* por “mente”, ainda que esta palavra seja mais frequentemente empregada para dizer “coração”. O que ocorre é que o coração, assim como todos os órgãos, é compreendido como um centro impulsionador e, neste caso particular, impulsionador (*qi*) do sangue e das emoções. Porém, as emoções não são compreendidas como forças físicas nem psíquicas, mas como movimentos fisiológicos de dentro para fora, cujo caráter é produzir uma expressão típica exterior (riso, choro, etc). Enfim, “consciência” seria uma tradução mais adequada que “mente”, se entendida como *intenção*, já que o *Xin* não é um continente, mas um dos centros (casa, residência, palácio) impulsionadores dos sopros orgânicos.

Quanto à coisa, esta não se confundiria com o nome: “um nome é aquilo com o que alguém fala de uma coisa e a coisa é aquilo do que alguém fala”. Portanto, o moísmo parece compreender um realismo, já que afirma inclusive que “‘coisa’ é um nome geral”, assim como ‘cavalo’ é “um nome classificador” e ‘*Zang*’ “é um nome privado”, “pois é restrito a uma realidade”. Porém, é notório que este realismo é devido às soluções fornecidas aos problemas da linguagem, não partindo diretamente da especulação sobre o mundo. Enfim, conhecer significa saber qual nome aplica-se a que coisa, de forma a se poder construir proposições do tipo “isto (é) mesa”. Entretanto, no lugar disto ser compreendido como um simples dêitico de ordem mentalista, seria justamente o caso que mostraria que “nomes e realidade se formam juntos”.

A partir disso o Cânone moísta poderá afirmar que os *nomes* expressam *coisas*, *proposições* expressam *noções*, *enunciados* expressam *causas* e *designações* expressam *classes*. Para se acompanhar os moístas neste ponto, sempre será preciso recordar que não há aqui um empirismo (as coisas não causam as idéias) nem mentalismo (a mente não causa a *forma* do real), mas a tese que supõe a simultaneidade destes dois pólos. Se o *Laozi* já havia afirmado que “antes e depois se seguem mutuamente” ou que “alto e

baixo se distinguem mutuamente”, Mozi chega então a postular esta mutualidade entre nomes e coisas. Uma vez que “辯 [biàn] (debate, disputa, discriminação, discurso) distingue correto e incorreto, discrimina ordem e desordem, explicita semelhança e diferença, examina os princípios dos nomes e realidades e remove as dúvidas e incertezas” (XLV), haverá os seguintes métodos:

Um critério particular indica o que não é assim; Um critério hipotético indica o que no presente não é assim; O método da imitação consiste em tomar um modelo e o imitado é o que está tomado como um modelo. A imitação será correta se for conforme a causa. O método do confronto consiste em comparar duas séries de proposições consistentemente pensadas. O método da analogia diz que ‘tu eras assim, porque eu não devo ser assim?’. O método de extensão consiste em atribuir o mesmo ao conhecido e ao desconhecido (Mozi XLV).

O chinês clássico colocara a questão sobre a relação entre linguagem e coisa e o moísmo foi um dos esforços para explicitar a distinção entre termos 名 [míng], linguagem 辯 [biàn], coisa 物 [wù] e “real” 法 [fǎ]. Entretanto, do mesmo modo como 辯 [biàn] não traduz λόγος (lógos), pois é discurso em sentido de debate e discriminação, 法 [fǎ] não pode ser compreendido como uma instância real *sob* as coisas. Esta palavra designa os “padrões” ou “modelos” que através da linguagem podem ser esperados ou não acerca de uma coisa. Por exemplo, cada estação do ano é um padrão que servirá de critério imitativo para se poder discriminar outros períodos do ano. Um diagnóstico médico é sempre executado a partir de padrões 法 [fǎ] pensados em termos de *yin yang*. Diversas teorias chinesas posteriores aplicarão tais critérios moístas. É neste mesmo sentido que o *Mozí* afirmara que o governante estabelece *padrões* de ação. Enquanto o caractere 辯 [biàn] inclui o radical para “faca”, sugerindo o exercício de dividir, 法 [fǎ] inclui o radical significativo para “água”, referindo-se ao fluxo e a continuidade.

O método de *imitação* e de *extensão* é muito próximo daquilo que a tradição europeia chama método *dedutivo* e *indutivo*. O Cânone explica que o *método de imitação* consiste em tomar uma proposição geral como modelo (fórmula) e com ela fazer uma imitação (experimento), de modo que a causa será conforme ao modelo se gerar o evento esperado. O *método de extensão* consistiria em afirmar que “todos os

homens são asiáticos” por ser possível afirmar que “este é igual a aquele”. Mas esta aproximação pretendida por Feng You Lan não é exata, como se mostrará a seguir. Seja como for, estes dois métodos possuem em comum o fato de dependerem da idéia de *causa*, em distinção a *analogia* e ao *confronto*, dependentes das proposições e da percepção. Será o *Zhuangzi* quem procurará eliminar esta diferença, o que parece explicar o sentido geral do seu pensamento.

O *Mozi* define “causa” como “aquilo que faz algo surgir”, não distinguindo causa final, formal e material, mas enfatizando o valor da *eficiência*: “se há a causa, necessariamente há o efeito” (XL). Esta definição lógica permite distinguir dois casos: “Causa menor: aquela com a qual algo pode não ser como é, porém sem a qual nunca seria como é”; e a “Causa maior: aquela com a qual algo é necessariamente como é e sem a qual não seria nunca como é” (Mozi XL). Certamente esta distinção corresponde aquilo que Russell chamara *causa necessária* e *causa necessária e suficiente*, assim como Feng You Lan está correto ao afirmar que os moístas não distinguiram a *causa suficiente* (*aquela com a qual algo é necessariamente como é e sem a qual pode ou não ser como é*). Mas o que teria levado o moísmo a não distinguir este terceiro caso é a questão filosófica mais pertinente. Do mesmo modo como não há nome sem coisa e vice-versa e, uma vez que a causa é uma realidade conhecida (relação inerente com objeto) por um tipo de discurso (imitação e extensão), então não é concebível causa sem efeito. É por isso que os moístas também não poderão falar em *causa primeira* e *causa final*. Isto se compreende ao notar que a objeção moísta contra a tese de Gongsun Long (segundo o qual uma “pedra branca” não é o mesmo que uma “pedra”, já que pedra não diz o que é branco e branco não diz o que é pedra) consiste em esclarecer que tanto “pedra” quanto “branco” designam nomes 名 [*míng*] de uma única figura ou forma, portanto, são simultâneos. Este argumento é bastante significativo para qualquer teoria da predicação que pretenda não partir do problema da referencia, ao modo de Frege ou de Husserl. Mas o relevante está em observar que a prova disto consiste em explicitar a ambiguidade da palavra chinesa 同 [*tóng*] (identidade, totalidade, acordo, semelhança). Toda discussão que o século III a.C. produziu sobre o conhecimento gira em torno deste conceito. Hui Shi, pertencente à escola dos nomes junto com Gongsun Long, defendera que há unidade entre semelhança e diferença, o que foi sustentado por Zhuangzi sobre outra perspectiva e objetado pelos moístas desta época. O Capítulo XL afirma que “há

同 [tóng] de relação de identidade 指 [zhǐ], de relação parte-todo, de coexistência e genérico”, o que se explica da seguinte forma:

Tóng: Haver dois nomes, mas um objeto é a igualdade de “identidade”. Não estar fora do total é igualdade “como unidades”. Ambos ocuparem o aposento é a igualdade de estarem “juntos”. Ser o mesmo em algum respeito é igualdade de ser “de um tipo”. Os objetos necessariamente sendo diferentes se os nomes são dois é ser “dois”. Não ligado ou unido é “não unidades”. Não no mesmo lugar é “não junto”. Não no mesmo em um certo aspecto é “não de um tipo”³.

A palavra 指 [zhǐ] significa literalmente “dedo indicador” ou “indicar”, tendo sido empregada primeiramente por Gongsun Long (Capítulo *Dissertação sobre zhǐ e wù*) para designar os nomes ou termos classificadores, em distinção aos particulares que designam coisas (wù). Ou seja, 指 [zhǐ] exprime a noção do que pode ser apontado em comum. Já o conceito de Tòng e suas derivações acima citadas podem ser esclarecidos da seguinte forma:

Tipos de <i>Tóng</i> (semelhança, proximidade)	Identidade	Haver dois nomes ou termos para uma coisa
	Inclusão	Relação entre parte e todo
	Coexistência	A existência de dois em um mesmo lugar.
	Generalidade	Ter pontos similares.
Tipos de <i>Yi</i> (diferença)	Dualidade	Duas coisas que necessariamente diferem.
	Dessimilitude (ausência de relação genérica)	Não ter qualquer semelhança.
	Separação	Coisas que não ocupam o mesmo espaço.
	Dessemelhança	Nada ter em comum.

Assim, por exemplo, o modo como as partes do corpo formam um *tóng* por inclusão não pode ser confundido nem com a sua mera coexistência espacial, nem com

³ Mozi, XLII, *Tóng*, LAI, 2009, p. 152.

a similitude de certas partes (já que as de outro corpo e em outro espaço de coexistência não formam um *tóng* por totalidade), muito menos com a identidade proposicional que existe entre tais partes. O braço direito e o esquerdo possuem semelhança por identidade (ambos são “braços”) e nem por isso coexistem e, entretanto, estão inclusos no mesmo corpo. O relevante desta tese está no fato do moísmo não só distinguir 指 [*zhǐ*] (identidade) e 同 [*tóng*] (semelhança), mas colocar a *semelhança* num campo diverso da *analogia*.

É preciso distinguir analogia e semelhança. A questão epistemológica do moísmo é saber como termos 名 [*míng*] e coisas 物 [*wù*] se assemelham 同 [*tóng*]. Para encontrar tal similitude é então necessário “cortar” 辯 [*biàn*] metodologicamente as proposições para discriminar sua proximidade com os padrões processuais enunciativamente típicos 法 [*fǎ*]. Portanto, é preciso responder como é possível fixar padrões. Se *termos* e *coisas* se fazem juntos, então os critérios deverão mudar tanto quanto variarem as coisas. Esta investigação depende da relação entre diversidade e semelhança, ou seja, do modo como se passa de tipo para tipo. Os tipos são discriminados segundo padrões que, como um modelo dado pela *figura* das coisas, fornecem a semelhança posterior que é dada pelas proposições. O 法 [*fǎ*] (modelo) não é proposicional, mas empírico, pois dependente da figura que está na constância das coisas, diferentemente da semelhança e diferença que são da ordem enunciativa (desde que não se esqueça que ambos geram-se juntos). Portanto, os métodos de *imitação* e *extensão* não são primeiramente pensados como formas lógicas de argumento (dedutivo e indutivo), mas como casos de aproximações (sendo a analogia um terceiro caso).

A grande contribuição moísta foi ter explicitado que a única forma de conhecimento possível para as coisas, que variam tal como os termos, é a descrição, conforme observou Graham (GRAHEM, 1978, p351). Tomando a geometria como paradigma deste conhecimento discriminativo por descrição, os moístas entendem que nas figuras das coisas é possível destacar elementos padrões que permitam afirmar o mesmo de diversos cavalos, no mesmo sentido que se afirma de diversos círculos as suas propriedades comuns. Com efeito, sendo quatro os objetos do conhecimento (termos, coisas, relação entre termos e ação), o conhecimento consistirá na ligação analógica entre estes objetos. A capacidade de fazer esta ligação é chamada pelos

moístas de 才 [cái] (habilidade), de tal forma que, assim como em Confúcio (*Lu Yun* II-17), saber é entendido como “saber fazer”.

Agora um cego pode dizer: “Aquilo que brilha com força é branco, e aquilo que é como fuligem é preto”. Mesmo os que podem ver não podem rejeitar essas definições. Mas, se você colocar uma coisa branca e uma preta diante de um cego e pedir-lhe para distingui-las, então ele fracassa. Portanto, eu digo: “Um cego não sabe o que é branco e o que é preto”, não porque não pode denominá-los, mas porque não pode distingui-los” (Mozi, XXXIX, *Tóng*) (LAI, 2009, p 156).

Mozi distingue-se não dois sentidos de conhecer, proposicional e perceptivo, mas dois modos do fazer, onde o que se pode *fazer* 爲 [wèi] com os termos é o que lhes dá valor, como a todas as coisas. Como a descrição das coisas não se dá somente através de termos, mas de *proposições* (*termos-agrupados*), e como não são apenas as coisas que servem de objeto, mas também as *ações* destas, então o conhecimento entre ações e proposições consistirá em fixar um padrão em termos de *paralelismo*. Este paralelismo ou similitude de proposições é classificado pelo *Mozi* em cinco tipos: (1) *isto, assim* (是 [shì] 然 [rán]); (2) *isto, não assim*; (3) *não isto, assim*; (4) *um universal, um não*; (5) *um isto, um assim*. O primeiro caso assim se exemplifica: “Um cavalo branco é um cavalo. Cavalgar em um cavalo branco é montar a cavalo. Um cavalo negro é um cavalo. Cavalgar em um cavalo negro é montar a cavalo. Huo é um homem. Amar a Huo é amar um homem. Zang é um homem. Amar a Zang é amar a um homem. Isto é afirmar o que é justo” (Mozi XLV). Mozi está afirmando que a proposição “um cavalo branco é um cavalo” é, por predicação, similar ou paralela a “cavalgar um cavalo branco é cavalgar um cavalo”. A forma desta relação de semelhança é “isto, assim”. Diferentemente será as relações entre proposições do tipo “isto, não assim”:

Os pais de Huo são homens. Contudo, quando Huo serve a seus pais não está servindo aos homens. Seu irmão menor é um homem formoso. Porém, quando ama seu irmão menor não está amando aos irmãos formosos. Uma carroça é madeira, porém montar em uma carroça não é montar madeira. Um barco é madeira, porém ir em um barco não é ir em madeira. Um salteador é um homem, porém, o fato de que haja salteadores não significa que haja muitos homens. E de que não haja salteadores não significa que não haja homens. Como se explica isso? Odiar a existência de muitos salteadores não é odiar a existência de muitos homens. Desejar que não haja salteadores não é desejar que não haja homens. O mundo geralmente coincide com isto.

Sendo assim, embora um homem salteador seja um homem, amar aos salteadores não é amar aos homens e não amar aos salteadores não é não amar aos homens. Do mesmo modo, matar a um salteador não é matar a um homem. Não há nenhuma dificuldade nesta proposição (Mozi XLV).

Este argumento é semântico e não lógico-formal, pois se deve a diferença entre *sha dao* (matar salteador) e *sha ren* (assassinar, literalmente “matar pessoa”). O mais evidente que se pode afirmar do Cânone moísta é que se trata de uma *teoria do significado* e não de uma lógica-dedutiva, capaz de incluir termos simples, compostos, proposições e paralelos entre proposições. É preciso recordar duas coisas sobre a língua chinesa: (a) que os signos chineses não são palavras que grafam a pronúncia, cujo significado deve ser conhecido posteriormente, senão que, consistindo de caracteres pictográficos, um sentido sempre é manifesto na palavra, como se a própria palavra fosse fenômeno; (b) que as proposições são aglutinações de termos a favor não só do sentido da frase, mas também de um novo sentido. É fato que os chineses não foram capazes de elaborar uma *analítica da linguagem*, mas iniciaram uma *fenomenologia da linguagem*, na medida em que se ocuparam da função prática dos termos. Ou seja, a teoria da significação moísta consiste em estabelecer os casos possíveis e não possíveis de *semelhança* entre proposições, sendo que o sim-não e o isto-assim são os elementos da analogia. Como se viu, é esta a forma que os moístas encontraram para resolver o problema clássico da *diferença temporal entre os termos e as coisas*. Porém, é apenas o *Zhuangzi* que pensará um critério em que a semelhança é pensada como um Todo intrínseco, muito embora somente os Han iniciarão uma tentativa de sistematização desta tese, bem como somente os modernos lograrão explicitá-la.

4. CONCLUSÃO: COMBINATÓRIA E HARMONIA NO ZHUANGZI

Dialogando com o *Laozi* e o *Mozi*, será o *Zhuangzi* que colocará em questão *como um todo pode ter unidade ainda que constituído de partes distintas*, de forma a elaborar a noção de *unidade composta pela diversidade*. Após fazer referência as revoluções do sol e da lua e outros pares diversos (plenitude e decrepitude, refinamento e espessamento, vida e morte, etc), *Zhuangzi* conclui “*yin yang* se combinam 调 [diào] e se harmonizam 和 [hè].” Enquanto o *Mozi* fala em 调 [diào] e 节 [jié], o *Zhuangzi* utiliza 调 [diào] e 和 [hè], em que *diào* exprime a noção de combinatória e *jié* de

segmentação. Porém, 和 [hè] enfatiza a unidade entre as partes mais que 节 [jié], já que este último exprime a noção de uma marcação ou medição externa a própria matéria atual da música. Assim, a diferença entre *Mozi* e *Laozi* se repete quanto ao *Zhuangzi*, pois o primeiro insiste em pensar *yin yang* do mesmo modo como havia pensado a *duração*, a saber, desde a noção de região ou medida. Porém, ambos entendem que se trata sempre de uma relação de justaposição e alternância, onde ritmo e matéria se confundem. Basta notar que a expressão 调和 [diào hè] significa “harmonizar e pôr de acordo”. Os conceitos do *Yi Jing* já admitiam este problema, *como o distinto* (“um *yin*, um *yang*”) *forma unidade, ao mesmo tempo mantendo as diferenças e constituindo uma identidade neste todo*. Só com os Han, mais precisamente com Don Zhong Shu, a teoria do *yin yang* ganhará alguma proximidade com a Dialética (em sentido historicista).

<i>Yi Jing</i>	变 [biàn]: mudança por alternância cíclica. 易 [yì]: mudança por manifestação. 通 [tōng]: mudança por transito ou comunicação mútua.
<i>Lao zi</i>	和 [hè]: harmonia.
<i>Mo zi</i>	调 (調) [diào]: combinar. 节 (節) [jié]: articular.
<i>Zhuang zi</i>	调 (調) [diào]: combinar. 和 [hè]: harmonia.

Dizer que o *Mozi* pensa *yin yang* desde a noção de “região” ou “contínuo-segmentável” (常 [cháng]) significa que, por exemplo, as estações do ano são *padrões* ou *modelos* 法 [fǎ] cuja continuidade exige sua combinação (調) [diào] pelo Rei em tempo conveniente (節) [jié]. O contínuo espaço-temporal é então pensado a partir das coisas individuais, de modo que é a identidade 同 [tóng] destas coisas que o *Zhuangzi* procurará recuperar em primeira ordem. Este último tratará desta questão atacando o próprio critério moísta empregado nas classes de proposições de semelhança ou diferença (*isto, assim; isto, não assim; não isto, assim; um universal, um não; um isto,*

um assim). O *Zhuangzi* distingue o 道 [dào] enquanto 恒 [héng] e os diversos modos de discursos-guias (“dàos”) que, como tal, são *recortes* 辯 [biàn] (falar, dizer, discutir, discriminar). É para dar conta desta distinção que se ataca a noção de “isto/não-isto” e “semelhança/diferença” nos Capítulos XVII-XXII, chamados conjuntamente de *Qiwu Lun* (*Classificação que iguala as coisas*). Assim, o livro sugere inicialmente o problema: “Há o ‘isto é’ e ‘isto não é’ dos confucionistas e moístas, onde o que é isto para um não é isto para o outro e o que não é para o primeiro, é para o segundo” (Zhuangzi, II). Trata-se, no fim do período antigo, de constatar que todo discurso 道 [dào] é um recorte 辯 [biàn] no sentido de *perspectiva*, cujo valor está na persuasão. Porém, este perspectivismo não é positivo por dois motivos: (1) a discussão é marcada pelo desacordo em termo de “isto é” e “isto não é” e (2) cada perspectiva é um recorte possível na medida em que universaliza seus próprios critérios. A unidade da perspectiva, portanto, está em que o mesmo sentido orientado para baixo somente ocorre no mesmo discurso-guia 道 [dào] que orienta para cima.

ABSTRACT: The object in question is the identity or indication 指 [zhǐ]. The problem begins historically as the relationship between speech 道 [dao] and the terms 名 [ming], defined according to the notion of "harmony" 和 [HE], flow 冲 [chong], long-lived 恒 [heng], duration "(久 [jiǔ]) and coexistence 同 [tong], the Laozi. Changes in the work of Mozi in the relation between combination 调 [diao] and debate 辯 [bian], thought about the scope of the term 名 [ming], language 辯 [bian], thing 物[wu] and "real" 法 [fǎ]. Anyway, the problem of indication of the problem 指 [zhǐ] returns to the notion of harmony through the analytic of "cuts" 辯 [bian] language, with Zhuangzi's perspectivism.

KEYWORDS: Indication 指; totality 同; linguagem 辯.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAHAM, A. C. **Later mohist; logic, science and ethics**. Columbia: Columbia University Press, 1987.
- HANSEN, C. **Language and Logic in Ancient China**. Michigan: Michigan University Press, 1983.
- JULLIEN, F. **O Sábio não tem idéia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LAI, Karyn L. **Introdução à filosofia chinesa**. Tradução: Saulo Alecastre. Editora Madras: São Paulo, 2009.
- THOMPSON, K. O. **When a "White Horse" is Not a "Horse"**. Hawaii: Philosophy East&West. V. 45 N. 4, 1995.

JOVENS OPERÁRIOS: TRABALHADORES INFANTIS NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Ms. Jackson Alessandro Peres (FMP)

RESUMO: Este artigo traz à tona uma discussão sobre um assunto bastante debatido no Brasil: o trabalho infantil. Porém, o estudo historiográfico apresentado trata do período da Revolução Industrial na Inglaterra, apresentando suas características e discursos para legitimar essa prática. A pesquisa teve como metodologia revisão bibliográfica de clássicos da historiografia que trabalham o tema. O referencial teórico abordado vai ao encontro do Marxismo, e do Materialismo Histórico, seguindo a inclinação das obras consultadas que tratam da luta de classes. Observamos que a prática do uso do trabalho infantil obedece a diferentes contextos e justificativas e que se constitui em uma prática atemporal. Hoje o trabalho infantil é condenado e ilegal, porém, ainda ocorre. Em tempos passados, como durante a Revolução Industrial, foi legitimado por discursos que o transformaram em solução para alguns problemas da época.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho infantil; Revolução Industrial; Educação.

1. INTRODUÇÃO

“A exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada, representou um dos acontecimentos mais vergonhosos da nossa história.” (THOMPSON, 1987, p. 224).

Muitos estudos mostram que as condições de trabalho nas fábricas durante a Revolução Industrial na Inglaterra eram desumanas. Começando pelos baixos salários, passando pelas jornadas excessivas de trabalho e culminando com as condições

insalubres dentro das fábricas. Os séculos XVIII e XIX com todas as suas transformações fizeram crescer não só as cidades como também as diferenças sociais. Trabalhadores antes rurais que perderam suas terras pelo regime de *enclosure*⁴, sem melhores perspectivas, chegaram às cidades em busca de trabalho e sustento e tiveram de se submeter ao trabalho nas fábricas. Trabalho do qual dependiam suas próprias vidas.

Se as condições dos trabalhadores em geral eram desumanas não havendo espaço para a imaginação conceber classe pior, aparece como objeto deste estudo uma classe que em análise sofreu as piores consequências da Revolução Industrial: os trabalhadores infantis.

O objetivo deste artigo é discorrer sobre as condições do trabalho infantil nas fábricas durante a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX e os discursos utilizados para o uso dessa prática. Não pretendemos, no entanto, entrar no mérito de discutir valores (familiares ou morais) em relação às crianças e procuramos não ser anacrônicos, ou seja, não transmitir para o período estudado os valores hoje estabelecidos⁵. O ponto chave é apresentar uma classe que, pelo simples fato de ser formada por crianças, foi muito mais humilhada e muito mais explorada do que os trabalhadores em geral. Isso é facilmente explicável porque “sua fraqueza era a garantia de sua docilidade: podiam ser reduzidas sem muito esforço a um estado de obediência passiva, ao qual, os homens feitos não se deixavam facilmente dobrar” (MANTOUX, 1988, p. 419).

Devido a vários fatores a Inglaterra precipitou-se no avanço tecnológico, fabril e urbano e nos séculos XVIII e XIX podemos observar maior incidência desse tipo de trabalho, sendo, portanto o ambiente do qual este estudo tratará.

⁴ No modo de produção feudal a terra era um bem comum para a produção camponesa. A partir do momento em que se processa a transição para o modo de produção capitalista, a terra passou a ser encarada como um bem de produção. Desse modo, uma parte dos senhores feudais ingleses - a “*gentry*” (nobreza rural mais progressista, aburguesada) e os “*yeomen*” (camada mais rica dos pequenos e médios proprietários), passaram a cercar as suas terras, arrendando-as como pastagens para a criação de ovelhas, e delas expulsando os camponeses.

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cercamentos>>. Acesso em: 20 maio 2012.

⁵ Para um estudo sobre esse tema, sugere-se o livro: **História Social da Criança e da Família**, de Philippe Ariès, que trabalha o conceito de criança e infância e o papel delas na sociedade, e sua transformação através do tempo.

2. DISCURSOS, CONDIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL

2.1 Do discurso

Um dos principais motivos pela adoção do trabalho infantil nas fábricas, além da docilidade já citada, foi que muitas famílias mesmo com o homem e a mulher trabalhando, não conseguiam prover o lar do necessário, obrigando então muitas crianças a trabalhar sob as mesmas condições dos adultos, recebendo para isso salários bem menores. Convém ressaltar que, a inserção do trabalho infantil foi possível devido aos avanços tecnológicos, que cada vez necessitava de menos força física e também porque já possuía certa automação, não exigindo assim muito conhecimento e treinamento para operação das máquinas.

O trabalho infantil foi explorado em diversos segmentos, mas foi nas fiações que se deu de maneira mais frequente. “O trabalho nas fiações era fácil de aprender, exigia muito pouca força muscular. Para algumas operações, o pequeno porte das crianças e a finura de seus dedos faziam delas os melhores auxiliares das máquinas” (ENGELS, 1985, p. 173). Assim sendo, houve um interesse cada vez maior dos patrões em empregar crianças, em uma prática que atingiu o ápice entre os anos de 1780 e 1830.

O emprego do trabalho infantil era defendido em diversos discursos. O ponto principal desses discursos era para que as crianças não ficassem desempregadas, e pudessem ter oportunidade de desenvolvimento e uma vida melhor. Sobre isto, Engels coloca que “Se não empregarmos as crianças nas fábricas, elas ficarão em condições de vida desfavoráveis ao seu desenvolvimento” (1985, p. 173).

Certamente, o grupo que mais sofreu com as condições de trabalho eram os aprendizes das paróquias⁶.

A maioria desses infelizes seres eram crianças assistidas, fornecidas – poderíamos dizer vendidas – pelas paróquias por elas responsáveis. [...] Por seu lado, as paróquias só queriam se desembaraçar de suas crianças. Aconteciam verdadeiros negócios, vantajosos para ambas as partes, embora não para as crianças, que eram tratadas como mercadorias, [...]. Cinquenta, oitenta, cem crianças eram cedidas em bloco e enviadas, como gado, com destino à fábrica onde ficariam fechadas durante longos anos (MONTAUX, p. 419-420).

⁶ O termo paróquia é usado por Thompson e por Montaoux em seus textos e dá-se por entender que o termo designa um lugar, comunidade ou vila. Essas paróquias que eram responsáveis pelas crianças que eram abandonadas ou órfãs. A assistência se dava em espécies de orfanatos.

De início, as crianças fornecidas pelas paróquias eram as únicas a trabalharem nas fábricas, ou seja, se encaixavam no discurso de oferecer uma oportunidade aos órfãos e abandonados. Os operários, mesmo tendo necessidade, evitavam enviar seus filhos para um ambiente que não era próprio nem para eles e que tanto os horrorizava. Com o tempo, isso se tornou inevitável devido às necessidades das famílias e algumas crianças passaram inclusive a morar nas fábricas.

Para enviá-las às fábricas era necessário o consentimento das crianças. Para isso, os funcionários das paróquias utilizavam-se de discursos nos quais diziam que a vida delas iria mudar, que teriam muitas mordomias, boa comida, boa moradia e que seriam transformadas em damas e cavalheiros, o que na prática não era verdade.

Vale lembrar, e torna-se importante ressaltar que o trabalho infantil não era uma novidade, nem exclusividade das fábricas, como aponta Thompson, “A criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1870” (1987, p. 203). Também nas oficinas domésticas se utilizava o trabalho infantil onde a aprendizagem começava entre cinco e sete anos, ou quando as crianças eram capazes de atenção e obediência. Nessas oficinas elas trabalhavam nas mesmas condições dos adultos, porém, sem trabalhar além de suas forças e possuíam intervalos. Sua inserção no trabalho era feita de maneira gradativa. “A forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas” (THOMPSON, 1987, p. 203). Mesmo com os atenuantes; variedade de tarefas, intervalos, respeito à idade e capacidade de cada criança; o trabalho doméstico também era árduo. Os próprios pais eram muitas vezes os mais exigentes e os mais duros dos mestres.

2.2 Das condições de trabalho

Os aprendizes enviados pelas paróquias transformavam-se em verdadeiros escravos, pois ficavam trancados numa fábrica onde ninguém poderia vê-los nem defendê-los, trabalhando até suas forças se esgotarem em jornadas que variavam entre catorze e dezoito horas de trabalho. Se ocorre algum problema com a máquina ou algum outro tipo de incidente, eram obrigadas a repor as horas perdidas. Além disso, “Dos quarenta minutos concedidos na maioria das fábricas para a principal ou única refeição, cerca de vinte eram consagrados à limpeza das máquinas” (MANTOUX, 1988, p. 422).

Algumas máquinas não cessavam nunca de trabalhar. Nesses casos eram utilizados equipes que se revezavam e o trabalho continuava ininterruptamente, em turnos diurnos e noturnos. Segundo Mantoux, “As camas não esfriavam nunca” (1988, p. 425).

A permanência de crianças dentro das fábricas, inclusive à noite torna-se um agravante, pois,

a promiscuidade da oficina e do dormitório favoreciam o desenvolvimento de uma perigosa corrupção dos costumes, sobretudo porque envolvia crianças, infelizmente incentivada pela conduta indigna de alguns patrões e contramestres, que aproveitavam para dar livre curso a seus baixos instintos (MANTOUX, 1988, p. 425).

A disciplina era feroz. Para manter as crianças trabalhando, sem descanso sequer, os contramestres utilizavam chicotes para estimulá-los a trabalharem quando a fadiga tentava os vencer, já que esses contramestres recebiam de acordo com a produção. Outras vezes murros e pontapés também eram utilizados. Nas fábricas onde pais e filhos trabalhavam juntos, os pais davam “tapinhas” para manter os filhos acordados, evitando que os contramestres abusassem da violência.

Como castigo, por alguma falha ocorrida, muitas vezes apenas um cochilo ou um atraso, eram aplicados castigos severos. Robert Woodward inventou torturas geniosas:

Foi ele que inventou de suspender Blincoe pelos punhos, sobre uma máquina em movimento cujo vai-e-vem obrigava-o a deixar as pernas dobradas; fazê-lo trabalhar quase nu, no inverno, com volumes muito pesados para suas costas; limar-lhes os dentes. O infeliz havia recebido tanta pancada que sua cabeça ficou coberta de feridas: para cuidar delas tiveram que arrancar-lhe os cabelos com um emplastro de pez. Se as vítimas dessas atrocidades tentavam fugir, punham-lhes ferro nos pés. Muitas pensavam no suicídio: uma menina, aproveitando-se do momento em que a vigilância foi relaxada, correu e jogou-se na água, obtendo assim sua liberdade: foi despedida, pois temiam que o exemplo fosse contagioso (MANTOUX, 1988, p. 425).

Para evitar tais castigos, muitas crianças chegavam a dormir nas fábricas, para evitar atrasos e conseguir assim algum tempo a mais de descanso. Pelas primeiras horas da manhã (por volta das cinco) não era raro deparar-se com crianças “correndo para fábrica, com lágrimas nos olhos, levando um pedaço de pão nas mãos, seu único alimento até o meio dia; chorando por medo de estarem atrasadas” (THOMPSON, 1987, p. 210).

Nem todas as fábricas proporcionaram tantos horrores, mas também não foram raras. As atrocidades continuaram até que, com o passar do tempo, começou-se a redigir algumas regras para essa prática e a se ter certas cobranças da sociedade.

2.3 Das consequências, das mudanças nos discursos e da relação com a educação

Mesmo se não considerarmos a disciplina e os castigos impostos às crianças pelos contramestres, e observarmos apenas o trabalho em si, não poderíamos considerar a situação mais atenuante, pois “no final da jornada elas estavam chorando ou adormecidas em pé, com as mãos sangrando por causa do atrito com o fio” (THOMPSON, 1987, p. 210).

As consequências de um trabalho tão fatigante geravam constantes acidentes dentro das fábricas, principalmente “no final dos dias de trabalho muito longos, quando as crianças exaustas, ficavam trabalhando meio adormecidas: foram incontáveis os dedos arrancados, os membros esmagados pelas engrenagens” (MANTOUX, 1988, p. 422). Além disso, as tarefas executadas por crianças em idade de crescimento somadas a má alimentação era o bastante para por em risco sua saúde e deformar seus corpos.

As fábricas de um modo geral eram insalubres. Os tetos eram baixos para que não se perdesse muito espaço. As janelas eram estreitas e permaneciam quase sempre fechadas. Segundo Mantoux, “Nas fiações de algodão, a borra pulverizada flutuava como uma nuvem, penetrando nos pulmões e causando, em longo prazo, os mais graves distúrbios” (1988, p. 424). A poeira da água nas fiações de linho mantinha as roupas umedecidas. A utilização de velas, num ambiente fechado, “engendrou uma febre contagiosa, [...]. Os primeiros casos dessa “febre das fábricas” foram observados em 1784, nos arredores de Manchester: ela se alastrou em pouco tempo pela maioria dos centros manufatureiros, onde fez inúmeras vítimas” (MANTOUX, 1988, p. 424).

Aqueles que conseguiam sobreviver aos anos de aprendizagem, para não dizer escravidão, os estigmas do trabalho nas fábricas os acompanhavam para sempre. A partir de 1796 a opinião pública começa a se manifestar contra os industriais. Seis anos mais tarde, em 1802 é votada no parlamento inglês, a “Lei sobre os aprendizes”, “que pôs termo aos abusos mais gritantes” (ENGELS, 1985, p. 172) ⁷.

⁷ “Em 1802 Robert Peel, um parlamentar britânico, conseguiu fazer aprovar a primeira lei de proteção aos trabalhadores. Esta lei, conhecida por “Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes”, estabelecia o limite de 12 horas de trabalho, proibia a maioria dos horários noturnos (sic) e obrigava os empregadores a lavar

Segundo Karl Marx, a lei fabril inglesa também foi responsável por legislar a respeito da educação por impor a instrução primária como condição indispensável para o emprego de crianças. De acordo com a lei, os pais não podiam mandar seus filhos com menos de 14 anos para as fábricas que estavam subordinadas a esta lei, sem colocá-los ao mesmo tempo na escola primária (MARX, 1985, p. 553). Nesse sentido, Marx vê um lado positivo na lei, até porque, descobriu-se que “as crianças empregadas nas fábricas, embora só tivessem meia frequência escolar, aprendiam tanto e muitas vezes mais que os alunos regulares que tinham a frequência diária integral”. (MARX, 1985, p. 553). A justificativa para essa percepção era que,

Aqueles que só permanecem na escola metade do dia estão sempre lépidos, em regra dispostos e desejosos de aprender. O sistema de metade trabalho e metade escola torna cada uma das duas ocupações descanso e recreação em relação à outra, sendo por isso mais apropriado para a criança do que a continuação ininterrupta de uma das duas. Um menino que desde cedo fica sentado na escola, especialmente no verão, não pode concorrer com outro que chega alegre e animado de seu trabalho. (MARX, 1985, p. 553-554)

A partir da legislação começou-se a inspecionar as fábricas através de comissões para saber se as novas leis estavam sendo cumpridas. A partir dos relatórios de inspetores e médicos dessas comissões é possível descrever algumas consequências do trabalho infantil nas fábricas inglesas do século XIX e observar que mesmo com a legislação, na prática as atitudes permaneciam quase inalteradas.

Nunca tinha constatado a deformação da extremidade inferior do fêmur antes de chegar a Leeds. Primeiro pensei que se tratasse de raquitismo, [...]. Vi até o presente cerca de uma centena de casos desse tipo, e posso afirmar da maneira mais categórica que são consequência (sic) de uma sobrecarga física. Tanto quanto eu saiba tratava-se unicamente de crianças que trabalham nas fábricas, e elas próprias vêm nisso a origem de seu mal. (SHARP apud ENGELS, 1985, p. 175)

paredes de fábricas e a ventilá-las. Em 1819 o Parlamento Inglês estabelece como idade mínima para se trabalhar nas fábricas de algodão os 9 anos, de onde se infere que há menos de duzentos anos atrás havia crianças com menos de 9 anos a trabalhar nesse tipo de fábricas e nenhuma legislação sobre a matéria e, ainda assim, quando se legislou fez-se no sentido de permitir que crianças com apenas 9 anos pudessem trabalhar em fábricas.” SAA SEGURANÇA. Disponível em:

<<http://saa-seguranca.agrinov.wikispaces.net/3.+HIGIENE+E+SEGURAN%C3%87A+NO+TRABALHO>>. Acesso em: 20 maio 2012.

O Dr. Hey, de Leeds (cidade importante do norte da Inglaterra), médico de um hospital, durante dezoito anos, exprime-se do mesmo modo:

As deformações da coluna vertebral são muito frequentes nos operários. Algumas, efeito de uma sobrecarga de trabalho, outras, consequência de um trabalho prolongado sobre uma constituição originalmente fraca ou enfraquecida por uma má alimentação. [...], e esses doentes vinham das fábricas onde se trabalhava frequentemente durante muito tempo (ENGELS, 1985, p. 175).

Temos ainda o testemunho de William Sharp Junior, que visitou a fábrica de Wood:

1) Tive ocasião de observar, nas condições mais favoráveis, os efeitos do regime de trabalho nas fábricas sobre a saúde das crianças. [...]. 2) Estes efeitos são incontestavelmente nocivos, no mais alto grau, mesmo nas condições favoráveis da fábrica onde eu estava; 3) Em 1840, tive de tratar três quintos do total das crianças que trabalhavam na fábrica de Wood; 4) O efeito mais nefasto não é a predominância dos deformados, mas as constituições débeis e doentias; 5) Verificou-se uma melhoria muito sensível desde que a duração do trabalho das crianças de Wood foi reduzida para dez horas (ENGELS, 1985, p. 180).

Poderíamos expor outros exemplos desses relatórios, porém os relatos dos inspetores são bastante próximos desses já citados que mostram algumas das consequências que os trabalhadores infantis das fábricas levavam para toda a vida, mesmo após a Lei fabril, e a Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes de 1802.

Convém dar uma atenção especial para as deformidades causadas pelo trabalho nas mulheres (meninas), pois são bastante específicos. Engels nos informa que “Deformações da bacia, quer devidas em parte a uma má posição dos ossos da bacia ou ao crescimento defeituoso, quer a um desvio da parte inferior da coluna vertebral, são freqüentemente(sic) as consequências desastrosas desse trabalho” (1985, p. 183). Essa má formação na bacia era desastrosa, pois fazia com que as mulheres das fábricas tivessem mais dificuldades em ter filhos. Outro fator que dizia respeito às meninas era que, o calor muito forte das fábricas ativava o desenvolvimento físico de tal maneira que as meninas de 12 a 14 anos já estavam completamente formadas. “Robertson, o ginecologista [...], relata [...] que examinou uma menina de onze anos que não era só uma mulher formada como tinha engravidado, e que não era raro em Manchester que jovens de quinze anos se tornassem mães” (ENGELS, 1985, p. 185).

Esses relatos apresentam os resultados de um trabalho cansativo, repetitivo, abusivo e desumano. Porém, além desses resultados físicos, podemos somar as consequências sobre o estado intelectual e moral. Afinal, principalmente antes das legislações do início do século XIX, essas crianças saíam das fábricas ignorantes e corrompidas.

Não somente não haviam recebido qualquer tipo de instrução durante sua lamentável escravidão, como nem sequer haviam aprendido, apesar das cláusulas formais do contrato de aprendizagem, o saber profissional necessário para ganhar a vida; nada sabiam além do trabalho maquinal ao qual haviam estado acorrentados durante longos e cruéis anos (MANTOUX, 1988, p. 426-427).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo pôde-se compreender melhor o funcionamento e algumas características das fábricas durante a Revolução Industrial na Inglaterra. Conhecemos também alguns discursos proferidos em prol da prática do uso do trabalho infantil nesses estabelecimentos, entre os séculos XVIII e XIX bem como a incipiente legislação trabalhista que começava a ser formulada para por fim aos abusos.

O estudo mostrou ainda que, a maciça exploração do trabalho infantil era não só um ato de extrema crueldade, principalmente nos moldes como foram aqui apresentados, como uma garantia de enriquecimento facilitado para os industriais. Além disso, percebe-se que o sistema era lícito, ou ao menos durante muito tempo foi promovendo a vida dos empresários que lucravam com esse tipo de exploração.

Durante muito tempo a exploração do trabalho infantil ficou escondida dentro das paredes das fábricas e somente com o passar do tempo o sistema foi questionado e passou a se criar leis para tentar amenizar a situação. Porém, outro fator importante é a observação do fato de não ser a fábrica a primeira a explorar o trabalho infantil. Este foi sendo praticado dentro do seio familiar, no contexto estudado, porém aparentemente com menos violência.

Quase duzentos anos depois da lei inglesa de “Saúde e Moral dos Aprendizes”, de 1802, podemos observar no Brasil, avanços significativos no que diz respeito à legislação em relação às crianças e adolescentes. Além de se ter o direito à educação básica gratuita, garantido pela Constituição Federal em seu artigo 208 (BRASIL, 2006,

p. 14), as crianças e adolescentes possuem estatuto próprio, promulgado pela Lei n. 8069 de 13 de junho de 1990, conhecido ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). O capítulo V do ECA dispõe sobre o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho. Igualmente, mesmo representando um avanço na legislação trabalhista relacionada a menores de dezoito anos, vemos alguns termos bastante subjetivos que podem gerar diferentes interpretações. É o caso do Art. 60, que diz que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 2006, p. 32). Em seguida, em seu artigo 65, o estatuto coloca que “Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem” (BRASIL, 2006, p. 33). Ou seja, não se deixa claro o limite de idade para se tornar aprendiz. Este limite é estabelecido se tomarmos a definição de adolescente como aquela estabelecida no estatuto, “aquele entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 2006, p. 23). Assim, temos que no Brasil, a partir de 12 anos, o adolescente já pode desenvolver trabalho remunerado na forma de lei e dentro das especificidades estabelecidas pelo ECA desde que seja sem prejuízo à sua educação. Nestes termos fica então proibido o trabalho infantil (menores de 12 anos) de qualquer espécie.

Outro ponto para se analisar e que podemos comparar com os acontecimentos da Revolução Industrial, é que fica proibido aos adolescentes, a partir do ECA, o trabalho:

- I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- II – perigoso, insalubre ou penoso;
- III – realizado em locais prejudiciais a sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (BRASIL, 2006, p. 33)

Garante-se assim, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a proteção dos adolescentes e seu acesso à educação, mesmo quando precisam, ou estejam desenvolvendo trabalhos como aprendiz.

Com isso, podemos concluir que os tempos são outros e os acontecimentos durante os séculos XVIII e XIX só podem ser compreendidos se entendidos dentro do seu contexto. Porém, as leis em vigor no Brasil, apesar de serem bastante avançadas, não devem e não podem mascarar realidades que diariamente nos deparamos. Basta caminharmos em qualquer centro urbano para vermos crianças (menores de 12 anos) nas ruas, de maneira indigna para qualquer ser humano, quanto mais para uma criança.

Abandonadas, vivendo embaixo de viadutos, pedindo esmolas nas sinaleiras, vendendo balas ou o próprio corpo, longe das salas de aula, distantes de tudo aquilo que dizem as leis. No Brasil, no ano 2012, no século XXI, são essas nossas crianças e nossa realidade, que deve nos envergonhar, tal qual o historiador britânico Edward Palmer Thompson, ao referir-se à exploração infantil durante a Revolução Industrial em seu país.

ABSTRACT: This article intends to discuss a very debated topic in Brazil, the child labor. However, this historiographical study presents the period of the Industrial Revolution in England, with its features and discourses to legitimize this practice. The research methodology was based in a literature review of classical historiography about this issue. The theoretical framework discussed includes the Marxism and Historical materialism, following the assumptions of the authors consulted about class struggle. The use of child labor obeys different contexts and justifications and it's a timeless practice. Nowadays, child labor is condemned and illegal practice, but it still occurs. In the past, during the Industrial Revolution, for example, this practice was legitimized by discourses that transformed it into a solution to many problems of that period.

KEYWORDS: Child labor; Industrial Revolution; Education.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC (Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A.), segunda edição, 2006.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 6. edição. Brasília, 2006.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da Indústria. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: Rosa Maria Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985, p. 157-213.

MANTOUX, Paul. A Revolução Industrial e a classe operária. In: **A Revolução Industrial no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1988, p. 407- 451.

THOMPSON, Edward Palmer. Padrões e Experiências. In: **A Formação da Classe Operária Inglesa II – A maldição de Adão**. Tradução: Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 179-224.

MARX, Karl. A Maquinaria e a Indústria Moderna. In: **O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro. Volume 1**, 10. edição. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 423-576.

SAA SEGURANÇA. Disponível em:

<[\[saa-seguranca.agrinov.wikispaces.net/3.+HIGIENE+E+SEGURAN%C3%87A+NO+TRABALHO\]\(http://saa-seguranca.agrinov.wikispaces.net/3.+HIGIENE+E+SEGURAN%C3%87A+NO+TRABALHO\)>. Acesso em: 20 maio 2012.](http://saa-</p></div><div data-bbox=)

S/A. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cercamentos>> Acesso em: 20 maio 2012.

O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PELAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PALHOÇA (SC)

Jussara Hartmann Duarte (FMP)

Claudia Regina Castellano Losso (UDESC)

RESUMO: Este estudo relata parte de uma pesquisa que teve o objetivo de identificar e analisar as políticas de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, da Secretaria Municipal da Educação de Palhoça e as formas de uso destas tecnologias pelos professores e responsáveis pelas Salas de Informática de quatro escolas da Rede Municipal de Ensino. Para tanto, recorreu-se a uma combinação das abordagens qualitativa e quantitativa, reunindo um estudo bibliográfico sobre o tema e sobre o Programa Municipal de Informática na Educação. Os principais resultados demonstraram que a inserção das TIC nas escolas da rede encontra algumas dificuldades dentre as quais se destacaram: a necessidade de uma maior capacitação na área tecnológica para os professores e uma incrementação da infraestrutura no que diz respeito ao aumento do número de computadores. Dos aspectos positivos identificados destacou-se, quanto aos alunos, maior participação nas aulas, melhora significativa na aprendizagem, na interação com os colegas e no nível de atenção às aulas e, quanto aos professores, o reconhecimento da importância da parceria com os responsáveis pelas SI e a integração dos objetivos temático-disciplinares com a utilização do computador como ferramenta pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC); Informática na Educação; Tecnologia Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Todas as grandes transformações que a sociedade vem enfrentando desde os primeiros tempos acabaram por influenciar, de uma maneira ou de outra, a educação e a formação do ser humano. “Para todas as atividades que realizamos, precisamos de produtos e equipamentos resultantes de estudos, planejamentos e construções específicas, na busca de melhores formas de viver” (KENSKI, 2007. p 24). Em relação às tecnologias na educação não poderia ser diferente.

Entretanto, as inovações tecnológicas estão indo além de tudo o que vivemos até hoje, numa transformação sem precedentes na sociedade. Uma nova era está surgindo e isto implica na formação de um novo homem, que esteja apto a atender as necessidades desta sociedade que elegeu um novo e imensurável valor: o conhecimento.

É neste ponto que se destaca a necessidade de voltar o olhar para a escola. A educação precisa estar atenta para todo este novo contexto social que está se formando e responder de forma ativa, inovadora e participativa. É preciso formar indivíduos para esta nova realidade iniciada há mais de duas décadas. Entende-se que “abrir-se para novas educações, resultantes de mudanças estruturais nas formas de ensinar e aprender possibilitadas pela atualidade tecnológica é o desafio a ser assumido por toda a sociedade.” (KENSKI, 2007. p. 41).

Este desafio somado à crença de que a educação (ou a falta dela) é o cerne das desigualdades sociais e que por este motivo pode vir a ser um fator de transformação da sociedade, suscitaram o interesse no tema da presente pesquisa. A relevância da escolha deste tema evidenciou-se pela constatação da inexistência de pesquisas nesta área no município de Palhoça, em Santa Catarina, como também pelo impacto social da inserção destas novas tecnologias.

Os objetivos que nortearam as reflexões acerca da pesquisa foram identificar e analisar as políticas de uso das TICs pela Secretaria Municipal de Educação e as formas de uso das TICs pelos professores e responsáveis pelas Salas de Informática (SI) da rede municipal de ensino.

Foram visitadas quatro escolas municipais e suas Salas de Informática (SI) a fim de conhecer o espaço físico e as práticas pedagógicas utilizadas, bem como, a Secretaria Municipal de Educação para análise documental.

Este estudo apresenta os resultados desta pesquisa, além de uma análise das informações obtidas. Entendeu-se que apesar das dificuldades encontradas em relação ao uso das novas tecnologias na educação, a reflexão se faz necessária para uma tomada de consciência das possibilidades educacionais e da imensa contribuição das inovações tecnológicas para uma educação qualificadora e equalizadora.

Sendo assim, é imperativo que a escola efetivamente caminhe no sentido de inserir as TIC no ensino e tenha como escopo a formação de um novo cidadão incluído digitalmente.

2. NOVAS TECNOLOGIAS: INOVANDO E RENOVANDO A EDUCAÇÃO

As novas possibilidades que se apresentam em todas as áreas de conhecimento com o acesso e o uso das tecnologias de informação e comunicação implicam em mudanças significativas em todas as esferas educacionais. Os paradigmas da educação tradicional, não dão mais conta de formar o cidadão que este novo contexto social exige.

Um novo modelo de instituições escolares torna-se necessário e isto implica numa transformação da cultura educacional e numa reflexão sobre o processo pedagógico como um todo. “Para que as novas tecnologias não sejam vistas como apenas mais um modismo, mas com relevância e o poder educacional transformador que elas possuem, é preciso refletir sobre o processo de ensino de maneira global” (KENSKI, 2003, p. 73).

Para as instituições públicas de ensino o desafio é enorme, pois não bastam apenas ajustes organizacionais e/ou pedagógicos, nem apenas a aquisição de novos equipamentos. Neste sentido, é essencial para a escola ressignificar a educação buscando uma nova perspectiva onde as inovações tecnológicas sejam pensadas para a realidade das instituições escolares e que sejam consideradas as peculiaridades de cada escola no planejamento e aplicação dos projetos de inserção das novas tecnologias.

Este é o ponto crucial na introdução das TIC no sistema educacional. A forma como a sociedade aceitará este novo modelo educacional e seu comportamento diante das inovações, irão determinar como as potencialidades do mundo digital podem ser exploradas em toda sua plenitude.

O que muda neste contexto é a nova relação com o saber, seja na escola ou fora dela e no envolvimento de todos para a construção individual e coletiva do conhecimento. (Lévy, 2000) ressalta que pela primeira vez na história da humanidade as competências adquiridas por uma pessoa no início de sua vida profissional estarão obsoletas ainda antes do término dela. Daí porque “trabalhar quer dizer, cada vez mais, aprender, transmitir saberes e produzir conhecimentos”, enfatiza ainda que o ciberespaço⁸ “suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio”. (LÉVY, 2000, p. 157)

⁸ O conjunto das comunidades de redes de comunicação, ou seja, a interconexão de todos os computadores do planeta.

Para que as escolas possam assumir o uso das tecnologias digitais no ensino e viabilizar toda esta transformação, há necessidade de uma infraestrutura tecnológica básica, com equipamentos que atendam a demanda de cada escola, um espaço adequado para uso dos equipamentos, *softwares* para o uso em atividades pedagógicas, acesso à Internet banda larga e demais serviços disponíveis nas redes e, principalmente, na viabilização das condições de acesso e de uso desses equipamentos.

O uso comercial da Internet vem crescendo, desde a década de 90, numa progressão geométrica. Na área educacional vem sendo usada cada vez mais intensamente pelas escolas interligando os alunos, os professores, as escolas e as comunidades, rompendo barreiras físicas, geográficas e sociais.

A interação e a integração entre alunos/professores/escola/comunidade, pode acontecer de diversas maneiras, como por exemplo, salas de chat, correio eletrônico (e-mail), “fóruns”, seminários, construção coletiva de texto, criação de um “blog” da escola, projetos educacionais, jornais virtuais, cursos à distância, depósito de textos de alunos, bem como para disponibilizar informações cadastrais da escola e desempenho acadêmico dos alunos. É uma nova forma de comunicação e socialização que estimula a escrita, a leitura e o raciocínio lógico, bem como permite a troca de experiências e informações entre os usuários do serviço.

Além das questões estruturais é de vital importância considerar as necessárias alterações nas condições de trabalho dos professores e demais funcionários da escola, na gestão escolar, na dinâmica do ensino e na formação e “*informação*” dos professores, para poder atender as especificidades de uso dessa nova tecnologia.

Isto reforça a ideia da necessidade de reformulação curricular nos cursos de formação de professores, seja no ensino médio, no magistério ou em faculdades de pedagogia. É imperiosa a necessidade de inserção de disciplinas que capacitem o professor a trabalhar com as novas tecnologias e saber usá-las como uma importante ferramenta pedagógica incorporando às suas atividades e práticas diárias em sala de aula.

Neste novo contexto, ao contrário do que muitos acreditam, o professor é protagonista e sua figura é cada vez mais necessária, pois a máquina sozinha não opera mudança alguma. É o educador que faz a mediação entre o aluno e as novas tecnologias transformando a informação em conhecimento. O professor deve ter a mente aberta para mudanças e assumir a postura “de facilitador e coordenador do processo de ensino-

aprendizagem; ele precisa aprender a aprender, a lidar com as rápidas mudanças, ser dinâmico e flexível”. (TAJRA, 2008, p.105)

Cabe a cada educador encontrar o melhor caminho e estar disposto a seguir. Neste caso, especialmente, a boa vontade fará toda a diferença. Para atender as exigências desta nova educação, no que diz respeito à capacitação dos professores, as necessidades vão além do uso dos programas, dos *softwares* disponíveis e de um mínimo de conhecimento sobre *hardware*. Somente com uma constante atualização ele conseguirá acompanhar a geração digital que se caracteriza pela atenção múltipla, ou seja, consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo como, por exemplo, jogar em rede, ouvir música, conversar no *messenger*⁹ e ainda responder a alguma pergunta, tudo ao mesmo tempo. É este aluno que o educador vai encontrar, cada vez mais, em sala de aula.

Neste novo panorama educacional, o conhecimento é partilhado por professores e alunos gerando uma cumplicidade que estreita os laços de amizade dos alunos entre si, e entre os educandos e educadores. Nas salas de aula da atualidade, com tantas possibilidades tecnológicas e com tamanha diversidade de culturas e origens, ambos podem aprender numa perfeita simbiose.

Percorrer este caminho para chegar a uma educação de qualidade é uma busca permanente e difícil, exige um esforço conjunto de pais, professores, alunos, comunidade e poder público. Acrescente-se a isso, a vontade política do poder público, o interesse e a participação ativa da comunidade e uma gestão escolar inovadora, certamente continuaremos escrevendo esta história.

3 PROJETO DE USO DAS TIC EM PALHOÇA

O município faz parte da Grande Florianópolis, região formada por treze municípios dentre os quais se destaca Palhoça, com 130.000 habitantes e uma das maiores rendas per capita do país¹⁰.

A rede municipal de ensino recebe regularmente, por volta de 11.000 alunos nas escolas municipais que são atendidos por aproximadamente 370 professores¹¹, somados

⁹ Programa de mensagens instantâneas criado pela *Microsoft*.

¹⁰ Fonte: IBGE e

http://soo.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=89&Itemid=183 site acessado em 19/11/2010.

¹¹ Fonte: Revista *Criar & Educar*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Edição 01. Ano 01.

os efetivos e os admitidos em caráter temporário – ACTs. O sistema educacional municipal é regido pela Lei Orgânica do município, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgou em 1990 e revisou em 2006.

Em 2008, com recursos próprios do município, iniciou-se a inserção da informática educativa na rede básica de ensino com a instalação da primeira sala de informática na Escola Básica Prefeito Reinaldo Weingartner, trazendo o desenvolvimento tecnológico para dentro das escolas, possibilitando assim a inclusão digital dos alunos e melhorando a qualidade do ensino público municipal.

Ainda no mesmo ano, foi estabelecida uma parceria entre o município de Palhoça e o Programa ProInfo Urbano do Governo Federal¹². Nascia, então, o “Programa Informática na Educação” do município de Palhoça. Este programa disponibilizou computadores, impressoras e internet Wi-Fi para montagem de Salas de Informática – SI em nove unidades de ensino. No ano seguinte, esta parceria montou mais nove SI, perfazendo um total de dezoito unidades escolares atendidas pelo Programa Informática na Educação do município.

Para dar início às atividades nas escolas contempladas pelo programa, foram instalados os equipamentos¹³ e contratados professores¹⁴ que, depois de participarem de um treinamento inicial, fizeram parte da elaboração do planejamento anual do programa antes do início das atividades nas escolas. Estes responsáveis pelas SI participam semanalmente de uma reunião com o coordenador do programa para troca de experiências, socialização das atividades e para avaliação e análise do andamento dos trabalhos, o que possibilita que o programa tenha a mesma identidade em todas as escolas.

3.1 Infraestrutura e Equipamentos

A rede municipal de ensino atende 6288 (seis mil duzentos e oitenta e oito) alunos semanalmente e conta com 359 (trezentos e cinquenta e nove) professores. Para

¹² Em 1997 foi lançado oficialmente o Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo, com o objetivo de instalar laboratórios de informática nas escolas públicas urbanas e rurais de ensino básico de todo o Brasil. Desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, o programa funciona de forma descentralizada.

¹³ Computadores, impressoras e internet Wi-Fi disponibilizados pelo Programa ProInfo Urbano do Governo Federal.

¹⁴ Estes professores são os “Responsáveis pelas Salas de Informática” nas escolas contempladas pelo Programa Informática na Educação.

atender esta demanda, o Programa Informática na Educação/2010 contava com um total de 281 (duzentos e oitenta e um) computadores e 20 impressoras.

3.2 Softwares e Projetos

Para suporte pedagógico o município adquiriu o material didático do *Sistema Microkids da Unibrasil*. Este sistema atende à Educação Infantil, ao Ensino fundamental e ao Ensino Médio e é composto por livros que abordam uma proposta paralela ao programa de informática já em andamento no município de Palhoça.

4. A PESQUISA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação¹⁵ o município conta com vinte e cinco escolas de ensino fundamental; um Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente/CAIC; vinte Centros de Educação Infantil/CEI que atendem, principalmente, a região periférica de Palhoça; um Núcleo de Atendimento Especializado/NAEP, que atende crianças matriculadas nas escolas da rede que apresentam necessidades específicas nas áreas bio-psico, sócio-cultural e emocional. O município conta com, aproximadamente 370 professores no Ensino Fundamental somados os efetivos e os Admitidos em Caráter Temporário - ACT's.

4.1 Metodologia da Pesquisa

Para dar encaminhamento a este trabalho e responder a questão de como é realizado o uso das TIC pelas escolas municipais de Palhoça foi efetuada uma Pesquisa Aplicada, pois envolve verdades e interesses locais e objetiva gerar conhecimentos para uma possível aplicação prática. Optou-se por uma combinação da abordagem quantitativa e qualitativa de pesquisa, por entender-se que a complexidade dos fatos histórico-sociais ligados à inserção das novas tecnologias na educação, exige um olhar sob diferentes perspectivas de uma mesma situação.

Foi aplicado um questionário com 20 perguntas a vinte e nove professores de disciplinas diversas que usaram a sala de informática durante a semana da pesquisa, e outro com 18 perguntas a quatro professores responsáveis pelas SI, ambos com

¹⁵ Fonte: Revista *Criar & Educar*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Edição 01. Ano 01.

perguntas abertas, algumas fechadas e outras de múltipla escolha. Além de um questionário a ser respondido pela direção ou pela secretaria da escola, com dados sobre o número de alunos, o nível de ensino que a escola oferece e o número de professores.

4.2 Perfil das Escolas Visitadas

O perfil das escolas foi montado a partir das informações obtidas por meio do questionário respondido pela Diretoria/Secretaria de cada escola, bem como por informações da Secretaria da Educação e Cultura de Palhoça:

✓ **Grupo Escolar Najla Carone Guedert** – Bairro Passa Vinte

Número de alunos: Educação Infantil (Pré) – 18; Ensino Fundamental – 260

Quantidade média de aluno por turma: 30 alunos - Número de Professores: 9

Equipamentos na SI: 18 computadores; 1 impressora laser; 1 roteador wireless.

Sem acesso a internet na SI.

✓ **Escola Básica Municipal Adriana Weingartner** – Bairro Caminho Novo

Número de alunos: Educação Infantil – 30; E. Fundamental – 336; EJA – 60

Quantidade média de aluno por turma: 30 alunos - Número de Professores: 26

Equipamentos na SI: 10 computadores; 1 impressora laser; 1 roteador wireless.

Com acesso a internet na SI.

✓ **Escola Básica Municipal Reinaldo Weingartner** – Bairro Rio Grande

Número de alunos: Ensino Fundamental – 917; EJA – 189

Quantidade média de alunos por turma: 30 alunos - Número de Professores: 41

Equipamentos na SI: 36 computadores; 1 impressora laser; internet wireless.

Com acesso a internet na SI.

✓ **Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Professor Febrônio Tancredo de Oliveira/CAIC** – Bairro Passa Vinte

Número de alunos: Ed. Infantil – 325; Ensino Fundamental – 800; EJA – 400

Quantidade média de alunos por turma: 33 alunos - Número de Professores: 71

Equipamentos na SI: 27 computadores; 2 impressoras laser; 1 roteador wireless.

Com acesso a internet na SI.

4.3 Perfil dos Professores

De um universo de 29 docentes participantes desta pesquisa, quatro são os Responsáveis pelas SI das escolas e 25 deles são professores de séries e disciplinas diversas, conforme abaixo:

- ✓ 16 são professoras de 1ª a 4ª séries em todas as disciplinas;
- ✓ 5 são professoras da 5ª a 8ª séries, uma de Ensino Religioso, duas de Ciências, uma de Língua Portuguesa, uma de Educação Especial;
- ✓ 1 professora de Artes de 1ª a 4ª séries;
- ✓ 2 são professoras da séries iniciais da Educação Infantil , e
- ✓ 1 professora não especificou a disciplina nem as séries.

Dos quatro professores responsáveis pelas Salas de Informática – SI, três são formados em Pedagogia, sendo que um deles também possui o curso técnico de Analista de Sistemas e Técnico em Informática (equivalente ao ensino médio); o quarto professor é graduando em Administração. Um deles é professor efetivo do município e os outros três são ACT¹⁶.

5. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Foram selecionadas as questões julgadas mais relevantes para os resultados da pesquisa. Em relação às instituições de ensino, delimitou-se o universo desta pesquisa a 4 (quatro) escolas municipais situadas mais ao centro do município, o que corresponde a 22,22% do total. Três delas contam com o serviço de internet na SI e a quarta escola ainda não tem por conta da deficiência do sinal na área da escola. Foram aplicados questionários a vinte e cinco professores de disciplinas diversas e a quatro professores responsáveis pelas SI, com 20 e 18 perguntas respectivamente.

Em relação aos equipamentos de tecnologia educacional existente nas quatro escolas participantes desta pesquisa, verificou-se que os mais usados como ferramenta pedagógica pelos professores são o computador e a TV, logo em seguida o DVD e a impressora, seguidos pelo videocassete. Isto evidencia a importância do uso das tecnologias nas escolas conforme o gráfico 1 abaixo:

¹⁶ Professor admitido em caráter temporário.

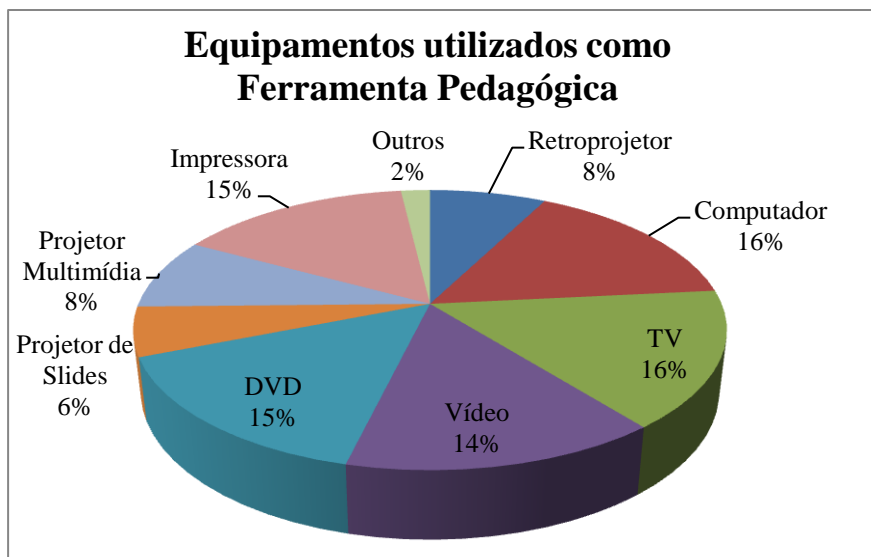


Gráfico 1 - Equipamentos de tecnologia educacional usados como ferramenta pedagógica
 Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

Em relação à formação contínua dos professores, observa-se que de um total de 25 que responderam esta pesquisa, 20 deles já fizeram algum curso de informática geral, em contrapartida, o conhecimento específico da informática na educação cai para seis que já participaram de alguma capacitação, sendo que um deles não respondeu a esta questão:

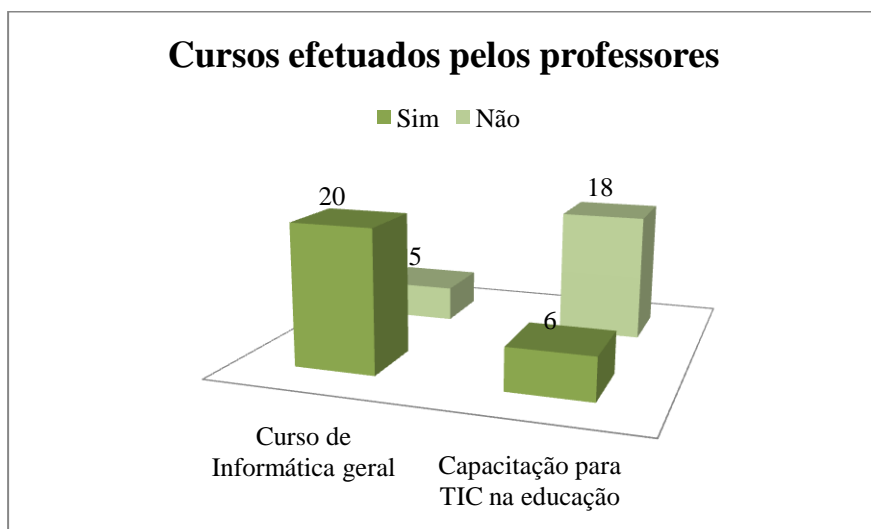


Gráfico 2 - Participação dos professores em cursos de informática geral e em capacitação para uso das TICs na educação
 Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

Este resultado evidencia a necessidade de capacitar os docentes para trabalhar especificamente com a informática educativa. Sem pretender diminuir a importância de

um conhecimento técnico mínimo, a prioridade é a conscientização do professor do potencial transformador da informática educativa nos fazeres pedagógicos diários e como isso pode mudar a forma de se fazer educação.

Quanto ao desenvolvimento de projetos educacionais com o uso de computadores, o resultado está representado no gráfico 3 a seguir:

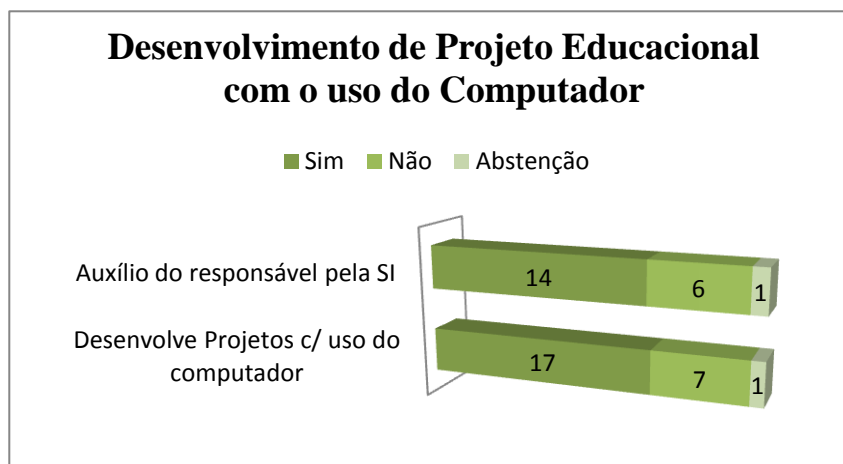


Gráfico 3 - Professores que já desenvolveram algum projeto educacional ou aula com o uso do computador e com o auxílio do responsável pela SI
Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

No gráfico anterior, observa-se que dos 17 professores que já desenvolveram alguma aula ou projeto educacional com o uso de computadores, 14 tiveram o auxílio do professor responsável pela SI, o que reforça e evidencia a importância do trabalho conjunto destes dois professores, pois são complementares no processo de ensino-aprendizagem, é uma parceria em favor do conhecimento.

Outro ponto de importância significativa é a ocorrência da integração dos objetivos temáticos e disciplinares com o uso do computador como ferramenta pedagógica:

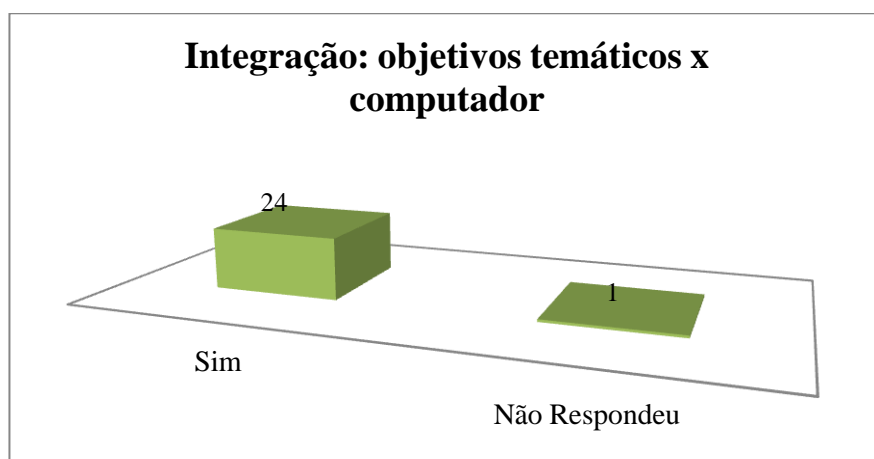


Gráfico 4 – Ocorrência da integração dos objetivos temáticos/disciplinares com a utilização do computador como ferramenta pedagógica

Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

O gráfico acima revela que a integração dos objetivos temáticos das disciplinas está sendo atingida com o uso do computador usado como ferramenta pedagógica.

Questionados sobre o desenvolvimento das atividades dos alunos no ambiente da SI, a resposta dos professores está demonstrada no gráfico 5, abaixo:

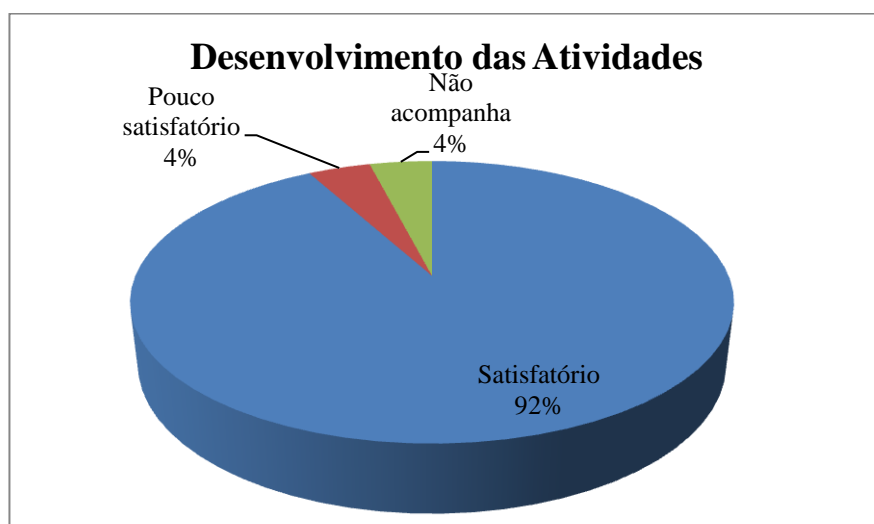


Gráfico 5 - Desenvolvimento das atividades dos alunos no ambiente de informática

Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor (2010)

Observa-se que a grande maioria dos professores está satisfeito com o desenvolvimento das atividades dos alunos na SI, restringindo-se a porcentagem dos “pouco satisfeitos” e dos que não acompanham a 4% para cada um dos casos. A relação entre o desenvolvimento das atividades dos alunos no ambiente de informática e a interação destes com as tecnologias é direta e revela que quanto maior a interação dos educandos com as inovações tecnológicas, melhor é o desenvolvimento de suas atividades.

Quanto aos aspectos positivos dos educandos observados pelos professores constatou-se:

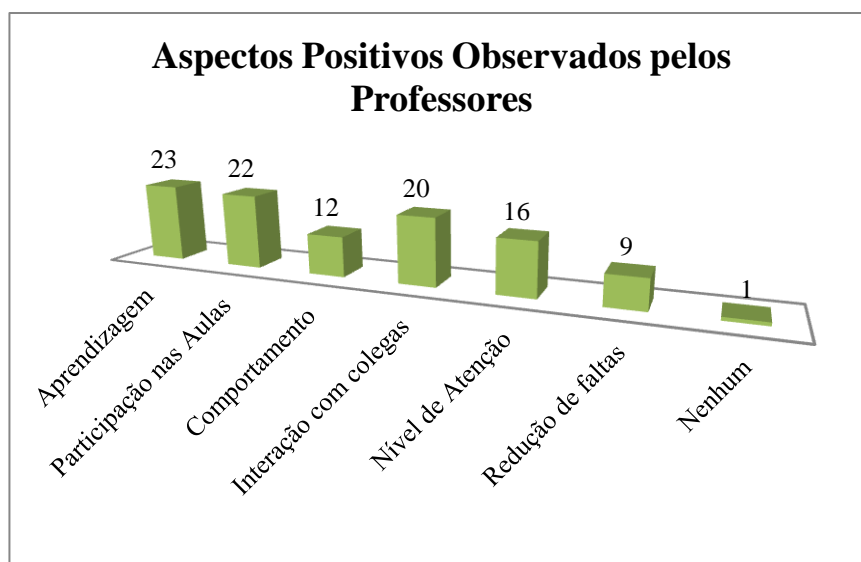


Gráfico 6 - Aspectos positivos observados pelos professores nos alunos com o uso do ambiente da SI

Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

Observa-se que em todos os aspectos citados os professores consideram que houve uma melhoria significativa a partir do uso das SI pelos alunos, com apenas uma exceção.

Solicitado aos professores que identificassem as dificuldades encontradas nas atividades em relação à informática educativa, apresenta-se a tabela 1 abaixo:

Dificuldades nas Atividades de Informática Educativa	Nº Professores
Falta de capacitação pedagógica para o professor	11
Tempo de aula insuficiente	13
Inexistência de softwares adequados ao conteúdo	2
Números de equipamentos insuficientes	6
Falta de estrutura física (tamanho da sala, ar condicionado, etc.)	4
Computadores que não funcionam adequadamente	1
Nenhuma	5

Tabela 1 – Dificuldades encontradas para realização de atividades

Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional- Professor” (2010)

Analisando a tabela acima percebe-se que o dado mais significativo refere-se ao tempo de aula insuficiente e logo em seguida a falta de capacitação para os professores. O primeiro dado corrobora a ideia de que os alunos se identificam com as novas tecnologias e gostam de utilizá-las e o segundo, que os próprios professores sentem a

necessidade de uma capacitação contínua e sistemática para que possam atender às necessidades reveladas pela chegada das inovações tecnológicas no espaço escolar.

Foi solicitado aos professores que sugerissem melhorias necessárias relacionadas à área de informática educativa. As mais citadas foram o aumento do número de computadores, a capacitação dos professores, a solicitação de internet banda larga, pedidos de mais aulas na SI e uma sala mais ampla, maior diversidade de softwares educacionais e a solicitação de ar condicionado na SI.

Portanto, pode-se perceber que o número de máquinas é insuficiente para atender a demanda dos alunos e que a necessidade de capacitação dos professores aparece novamente entre os quesitos mais lembrados pelos participantes da pesquisa, seguida pela solicitação de acesso à internet, maior número de aulas e outros itens não menos importantes, mas que apareceram em menor número.

Na tabela a seguir observa-se o perfil docente em relação à parceria com o responsável pela SI:

Perfil Docente em relação ao responsável pela SI	Nº de professores
Gosto de trabalhar em parceria com o responsável pela SI	24
Prefiro trabalhar sozinho	-
Não usaria a SI sem a presença do responsável	10
Consigo planejar a aula sozinha, pois tenho competência tecnológica para isso	3
Não tenho competência tecnológica e preciso da ajuda do responsável pela SI	7
Não gosto da interferência do responsável pela SI	-

Tabela 2 - Perfil do professor em relação à parceria com o responsável pela SI

Fonte: Questionário “Tecnologia Educacional – Professor” (2010)

Observa-se que a maioria dos professores aprecia trabalhar em conjunto com o responsável pela SI, pois este item foi assinalado por vinte e quatro professores. Isto configura uma parceria entre estes dois profissionais, o que é um pré-requisito para o sucesso do programa de informática educativa. Um dado também considerado bastante significativo é que nenhum dos professores assinalou o item “prefiro trabalhar sozinho” e tampouco o “não gosto da interferência do responsável pela SI”, o que reforça o dado anterior e define o perfil do professor como de um profissional capaz de compreender a

importância de partilhar os saberes pedagógicos em prol de um objetivo maior: a construção do conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa não teve a pretensão de analisar sob todas as perspectivas possíveis a inserção da informática educativa nas escolas do município de Palhoça, objetivou apenas identificar e mostrar à sociedade, principalmente aos educadores, um recorte da realidade educacional do município no que diz respeito à inserção das novas tecnologias nas escolas da rede municipal de ensino.

Na expectativa de suscitar o interesse dos educadores e dos educandos para as inovações tecnológicas que aos poucos estão sendo inseridas no contexto educacional, esta pesquisa se propôs a servir como ponto de partida para novos estudos e pesquisas nesta área, uma vez que as TIC já fazem parte de nossas vidas e não se tem como ignorá-las, seria um retrocesso pedagógico e uma perda imensa para todos.

Ao discorrer sobre as implicações da inserção das TIC na educação e as mudanças exigidas por estas inovações tecnológicas, bem como as possibilidades que se abrem quando da efetivação do acesso à internet nas escolas públicas, constatou-se a necessidade da reformulação nos currículos dos cursos de formação de professores para que estes, no exercício de sua profissão, estejam conscientes da abrangência das mudanças originadas pela inserção das tecnologias na educação.

Cabe aqui reafirmar que é preciso formar indivíduos para esta nova realidade e enfatizar que “abrir-se para novas educações, resultantes de mudanças estruturais nas formas de ensinar e aprender possibilitadas pela atualidade tecnológica é o desafio a ser assumido por toda a sociedade” (KENSKI, 2007, p. 41).

Este novo panorama educacional exige mudanças também na relação professor/aluno/escola/comunidade, que implica em um esforço conjunto envolvendo todos estes personagens e caminhando no sentido de construir uma escola inovadora, mais participativa e integrada à comunidade.

Dentre as necessidades reveladas por esta pesquisa, destacam-se as mais expressivas: maior capacitação dos professores das disciplinas diversas na área específica de Informática Educativa dando-lhes mais autonomia e segurança no uso das TIC; incremento nas SI quanto ao número de computadores; melhoria da infraestrutura de equipamentos básicos para o funcionamento adequado das salas informatizadas; uma

ampliação do número de aulas nas SI e acesso em banda larga à internet a todas as escolas.

Dos aspectos positivos identificados destacou-se, quanto aos alunos, uma maior participação nas aulas indicando uma melhora significativa na aprendizagem, na interação com os colegas e no nível de atenção às aulas e, quanto aos professores, o reconhecimento da importância do trabalho em parceria com os responsáveis pelas SI e a integração dos objetivos temáticos/disciplinares com a utilização do computador como ferramenta pedagógica.

No que diz respeito ao potencial transformador da informática na educação, cita-se uma frase de Paulo Freire que sintetiza e revela a ideia que se tem de educação: “Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Entendendo-se a educação aqui não somente como a educação formal dos espaços escolares, organizada em séries ou ciclos, quantificada e limitada pelo tempo passado nas instituições escolares, mas, também, aquela construída em todos os outros espaços da sociedade e que o homem internaliza no decorrer de sua vida.

As inúmeras possibilidades de interação e integração entre as escolas e entre os alunos com o uso da informática educativa, direcionam o pensamento para uma escola nova, sem limite de tempo e espaço: de tempo, porque o aprender deve ser contínuo, ao longo de toda a vida, e de espaço, porque qualquer lugar pode “se fazer” escola.

Transformar a educação enquanto “sistema” pode ser considerado por muitos como uma visão utópica do contexto educacional atual, mas, em se tratando de novas tecnologias o termo “utopia” é bastante relativo.

Preservar a esperança de que se pode contribuir de algum modo para criar possibilidades reais e palpáveis de caminhar em direção a esta transformação e ter a sociedade como participante efetiva de todo este processo são pré-requisitos para seguir este caminho. Não é uma corrida tecnológica, mas o que se pode mudar neste contexto é a nova relação com o saber, seja na escola ou fora dela e no envolvimento de todos para a construção individual e coletiva do conhecimento.

Dentre as necessidades apontadas por esta pesquisa, considera-se determinante para o sucesso do Programa Informática na Educação, o acesso em banda larga à internet que conecta os computadores do mundo todo. Isto faz crescer em progressão geométrica as possibilidades educativas, rompendo barreiras físicas, geográficas e sociais, desenvolvendo uma nova forma de comunicação que ultrapassa os muros da

escola e permite a troca de experiências e informações, fazendo a escola ficar do “tamanho do mundo” além de estimular a escrita, a leitura e o raciocínio lógico.

Para finalizar, quando se fala em “navegar” na internet abre-se um espaço para uma analogia com a época das grandes navegações e da busca histórica do homem para descobrir novos territórios. Para o homem contemporâneo o que mudou foram os meios, mas o fim é o mesmo, o espírito explorador que impulsiona esta busca por “novos mundos” ainda persiste e se revela quando se está em frente à tela do computador. Trazer este mundo de descobrimentos para o espaço escolar é ressignificar a educação, dando um sentido novo para a escola, especialmente para a escola pública.

ABSTRACT: This paper reports part of a research that aimed to identify and analyze policies for use of Information Technologies and Communication of the Municipal Education in Palhoça and ways of using these technologies by teachers and responsible for the computer rooms of four schools. For this purpose, we used a combination of qualitative and quantitative approaches, bringing together a bibliographical study about on the subject and the Municipal Program for Information Technology in Education.. The most significant results showed that the inclusion of ICTs in schools network have some difficulties: the need for greater training in technology for teachers and a good infrastructure that regards the increasing of the number of computers. The positive aspects for students are greater class participation, a significant improvement in learning, interaction with colleagues and the level of attention in class; and for teachers - recognition of the importance of partnership with those responsible in the SI for integration of goals, and the use of computers as a teaching tool.

KEYWORDS: Information and Communication Technologies (ICT); Computers in Education; Educational Technology.

7. REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terra, 2005.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. 8. edição Campinas, SP: Papirus, 2003.
- _____. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação**. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- Prefeitura Municipal de Palhoça. **Lei Orgânica do Município de Palhoça**, 1990. Revisada em 2006.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MEC/ProInfo - **Programa Nacional de Informática na Educação**. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2009.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008.